



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
E MEIO-AMBIENTE

**ADJANE DE ARAÚJO MACHADO**

**DISCURSO AMBIENTAL, POLÍTICA DE TURISMO E  
EXCLUSÃO SOCIAL: uma análise sobre o excursionismo na  
praia de Jacumã/PB**



JOÃO PESSOA/PB  
2012

**ADJANE DE ARAÚJO MACHADO**

**DISCURSO AMBIENTAL, POLÍTICA DE TURISMO E  
EXCLUSÃO SOCIAL: uma análise sobre o excursionismo na  
praia de Jacumã/PB**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientadora: Dra. Maristela Oliveira de Andrade**

JOÃO PESSOA/PB  
2012

**ADJANE DE ARAÚJO MACHADO**

**DISCURSO AMBIENTAL, POLÍTICA DE TURISMO E  
EXCLUSÃO SOCIAL: uma análise sobre o excursionismo na  
praia de Jacumã/PB**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dra. Maristela Oliveira de Andrade - UFPB**  
Orientadora

---

**Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva - UFPE**  
Examinadora

---

**Dr. Rodrigo Freire de Carvalho - UFPB**  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À Deus, pela união, saúde e amor presentes na minha família.

Aos meus queridos pais, **Aderbal Nunes** e **Djanira Lucena**, pelo carinho, a compreensão e o amor. Pelo apoio e incentivo aos meus estudos e por terem me ensinado que esse é um dos caminhos de vencer na vida.

Aos meus irmãos, **Petruska de Araújo** e **Aderbal Nunes**, pelo companheirismo e por serem tão iguais a mim, especialmente, quando se trata de conquistas pessoais e profissionais.

À minha família, em especial minha avó **Arlete Lucena**, pela sua simplicidade e sabedoria.

As minhas amigas, Flavia Karina, Larissa Lavôr, Brenda Andrade, Klécia Pereira, Elayne Ramalho pela amizade e por sempre estarem presentes nas minhas conquistas.

As minhas amigas Claudiana Santos, Ramailda Batista e Erika Lucena, por sempre estarem disponível para conversar e rir, e por serem companheiras de diversão e distração.

Aos meus **amigos “Prodemáticos”**, em especial a turma 2010, pela interdisciplinar troca de conhecimentos em sala de aula, pelos seminários e as valiosas discussões que contribuíram para o amadurecimento de valores e opiniões.

À todos os professores que fazem parte da rede ProdeMa, pelos riquíssimos ensinamentos.

À professora **Maristela Oliveira**, pela confiança e incentivo a minha pesquisa, pelas valiosas orientações e troca de idéias sempre construtivas.

Ao grupo de Yoga, que com muita sensibilidade compartilha uma energia positiva e iluminada, trazendo quietude e contribuindo na realização dos meus momentos de estudo.

À todos que colaboraram para realização dessa pesquisa, os comerciantes, os empreendedores turísticos, os veranistas e a população local da praia de Jacumã, que com muita compreensão concederam a realização das entrevistas. Além dos excursionistas populares que não só se disponibilizam a participar das entrevistas, como compreenderam a presença de uma investigadora no seu momento de lazer.

Aos secretários de turismo e planejamento no município do Conde, pela disponibilidade para as entrevistas, pelo consentimento na publicação de informações e a quem esclareço que as opiniões e posicionamentos contidos nesta pesquisa são estritamente de cunho acadêmico.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida durante o curso, que contribuiu para realização do estudo, sobretudo, as pesquisas de campo.

**“São todos iguais e tão desiguais, uns mais iguais que os outros.”**  
(Humberto Gessinger)

## RESUMO

Tomando por referência a prática do excursionismo na praia de Jacumã, localizada no município do Conde/PB, a proposta desse estudo buscou analisar a relação entre discurso ambiental, políticas de turismo e exclusão social. O discurso ambiental perpassa as atuais concepções desenvolvimentistas que cercam os debates acadêmicos e políticos a cerca do turismo, uma vez que a atividade tem sido discutida sob a perspectiva de abranger fatores socioeconômicos, culturais, políticos e ecológicos no seu desenvolvimento. A política de turismo se refere ao papel do Estado como idealizador e promotor do desenvolvimento da atividade respaldado por concepções valorativas, particularmente, no que diz respeito à geração de empregos e renda para localidade. E a exclusão social diz respeito ao estudo de caso sobre o excursionismo na praia de Jacuma/PB, que durante um longo tempo foi referência de lazer dos excursionistas populares, mais conhecidos por “farofeiros”, mas que em função de sua recente atratividade turística passou a receber um fluxo de turistas excursionistas, que se diferenciam das camadas populares pelo seu consumo distintivo. Nesse cenário de distinções sociais, a prefeitura municipal do Conde implementa uma política, respaldada por uma lei, que cobra taxas de turismo para acesso das excursões as áreas balneares da região, o que refletiu no usufruto do lazer daqueles que são membros dos segmentos sociais menos favorecidos, isto é os “farofeiros”. A partir dessa questão, partiu-se da ideia de racismo ambiental, já que a política de turismo acabou por afetar de forma desproporcional os segmentos sociais envolvidos com o lazer e turismo na região. E para a investigação realizamos pesquisas empíricas na praia de Jacumã, a fim de conhecer a opinião sobre a política de turismo dos diferentes atores que fazem parte no cenário social da praia, bem como, pesquisas com os “farofeiros” e turistas excursionistas, a fim de traçar uma análise comparativa da dinâmica sócio-espacial que configura a praia como um espaço de lazer para os dois segmentos. Concluímos com esta pesquisa que a formulação da referida política de turismo, além de privatizar, desrespeita o direito de usufruto do espaço público para uma parcela significativa de cidadãos.

**Palavras-chave:** Discurso ambiental. Política de turismo. Exclusão social.

## ABSTRACT

Making reference to the practice of excursions on the Jacumã beach, located in the Conde city, the proposal this study aims to analyze the relation between environmental discussion, tourism politics and social exclusion. The environmental discussion permeates the recent developmental concepts that surround academic and politics discussions about tourism, once the activity has been discussed from the perspective to embrace socioeconomic, cultural, politics and ecological factors in its development. Tourism politics refers to the role of the government as creator and promoter of development of activity supported by value concepts, particularly, in regards to employment generation and incomes for the location. Social exclusion refers to the case study about excursions on the Jacumã/PB beach, that during a long time it was reference of leisure for the popular excursions, known as “farofeiros”, but according its recent tourist attractiveness received a flow of tourist excursion that are different of lower classes by the distinctions consumptions. In this scenario of social distinctions, the governmental of Conde implements a politics, supported by law that charges a tourism tax for access of excursions in local beaches, reflecting the enjoyment of leisure of the members of disadvantaged social groups, it means the “farofeiros”. From this question, started with the idea about environmental racism, once the tourism politics began to affect in a disproportionate way the social groups involved with the leisure and tourism local. For the investigation was conducted an empirical research on the Jacumã beach, to know the opinion about tourism politics of different people who are part of social scenario of the beach, as well as research with the “farofeiros” and tourists in order to realize a comparative analyze of dynamic socio-spatial that defines the beach as the leisure space for two groups. Conclude with this research that the creating of tourism politics above, in addition to privatize, disrespects the rights of enjoyment of public space for a significant number of citizen.

**Keywords:** Environmental discussion. Tourism politics. Social exclusion.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ONG</b> Organizações Não-Governamentais .....	20
<b>IES</b> Instituições de Ensino Superior .....	20
<b>REDETECUM</b> Rede Cearense de Turismo Comunitário .....	20
<b>REDETURS</b> Rede de Turismo Comunitário da América Latina .....	20
<b>TURISOL</b> Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário .....	20
<b>CFC</b> Clorofluorcarboneto .....	24
<b>PNT</b> Plano Nacional de Turismo .....	27
<b>EMBRATUR</b> Instituto Brasileiro de Turismo .....	27
<b>PAC</b> Programa de Aceleração do Crescimento.....	27
<b>PRODETUR</b> Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste .....	29
<b>CAGEPA</b> Companhia de Água e Esgoto da Paraíba .....	41
<b>PPPs</b> parcerias público-privadas .....	43
<b>PNGC</b> Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro .....	80
<b>OMT</b> Organização Mundial do Turismo .....	99



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Localização da área de estudo .....	40
<b>Figura 2</b> Imagem aérea do trecho da praia de Jacumã .....	44
<b>Figura 3</b> Texto que retrata estigmas e preconceitos a presença dos públicos populares praticante do excursionismo na praia de Jacumã/PB .....	46
<b>Figura 4</b> Praia de Jacumã no período de carnaval/2004.....	47
<b>Figura 5</b> Placa fixada na entrada da praia de Jacumã/PB informando os valores da cobrança de taxa de Turismo .....	48
<b>Figura 6</b> Praia de Jacumã/PB no período de carnaval/2011 .....	49
<b>Figura 7</b> Praia do Seixas/PB .....	52
<b>Figura 8</b> Praia do Seixas/PB. Concentração de alguns excursionistas populares aguardando a saída dos ônibus para o retorno do passeio .....	53
<b>Figura 9</b> Folder turístico ressaltando um pouco da história e os atrativos da Costa do Conde...	72

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 CONCEPÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS ACERCA DO TURISMO</b> .....	<b>14</b>
1.1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	14
1.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	18
1.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	22
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL E NO NORDESTE</b> .....	<b>26</b>
2.1 OS MEGAPROJETOS TURÍSTICOS E O PRODETUR/NE .....	29
2.2 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: a produção de espaço para lazer e consumo .....	31
2.3 ORDENAMENTO DO ESPAÇO LITORÂNEO PARA O TURISMO: novos processos de segregação sócio-espaciais .....	36
<b>3 MUNICÍPIO DO CONDE: Cenário Geoeconômico</b> .....	<b>40</b>
3.1 A PRAIA DE JACUMÃ ENQUANTO ESTÂNCIA TURÍSTICA .....	44
<b>4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>51</b>
4.1 TRABALHO DE CAMPO E SELEÇÃO DA AMOSTRA .....	51
4.2 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DA PESQUISA .....	55
<b>5 EXCURSÕES POPULARES E TURÍSTICAS: um enfoque sobre os quase grupos e práticas de lazer na praia</b> .....	<b>57</b>
5.1 A PRAIA: espaço de lazer e sociabilidades .....	57
5.2 O DOMINGO DE SOL NA PRAIA .....	61
5.3 O TURISMO DE SOL E MAR .....	71
<b>6. REPERCUSSÕES DA POLÍTICA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DO CONDE</b> .....	<b>78</b>
6.1 CENÁRIO SOCIAL DA PRAIA DE JACUMÃ: discurso dos atores .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>99</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>107</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

A praia de Jacumã, localizada no município do Conde/Paraíba, durante um longo tempo foi referência do lazer das camadas populares, que se organizam através de passeios e/ou viagens de excursão para vivenciar um dia de lazer na praia. A presença desse segmento social, particularmente no domingo de verão, além de ter dado visibilidade à praia como um lugar de grande agitação, mobilizou uma significativa concentração de comerciantes informais, fixos e ambulantes. Entretanto, sua recente atratividade turística, associada à instalação de alguns empreendimentos turísticos, despertou a atenção de um público de turistas que também pratica o excursionismo –“turismo de um dia”; “turismo sem hospedagem”–, mas que se diferencia das classes populares pelo seu consumo distintivo.

Enquanto as excursões populares, mais conhecidas por excursões de “farofeiros”, são organizadas sem uso de grandes recursos e empreendidas por indivíduos de baixa renda – vindos de localidades próximas ou distantes das áreas balneares – que se organizam para o lazer na praia arcando com as despesas mínimas do transporte utilizado na viagem e com um consumo restrito de produtos e serviços no local de destino (ALCANTARA, 2005; AOUN, 2001; BRUHNS, 2000; RODRIGUES, 2001). As excursões turísticas são empreendidas por um público de certo poder aquisitivo que consome os produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos turísticos da região. Nesse sentido, a presença desses visitantes construía um cenário de distinções sociais nos espaços da praia.

Somando-se a isso, o excursionismo é considerado uma atividade de massa por envolver um fluxo grande de pessoas em sua prática, tornando-se necessárias ações de controle que disciplinem o crescimento da atividade, sobretudo, no que diz respeito à minimização dos impactos ambientais que são característicos do desenrolar de sua prática, tais como acúmulo de lixo, poluição sonora, sensação de invasão pela grande quantidade de pessoas ocupando os espaços da praia, entre outros.

Partindo desses pressupostos, a prefeitura municipal do Conde entrou em vigor com uma política de turismo, respaldada por uma lei que autoriza a cobrança de taxas para o acesso das excursões às praias da região, nas quais se inclui a praia de Jacumã. Essa cobrança – justificada no sentido de disciplinar a atividade excursionista, garantir a qualidade ambiental da praia enquanto estância turística, e gerar receita adicional para ser revertida em melhoria de infra-estrutura na região – restringiu e segmentou o acesso dos excursionistas às áreas balneares do município, o que permitiu a visibilidade de um discurso ambiental, uma política de turismo e uma questão social que envolve diversos atores.

O discurso ambiental diz respeito à preservação e conservação do ambiente natural, ou seja, a praia enquanto destino turístico, bem como, a concepção, corrente nos discursos políticos e empresariais, do turismo como atividade promotora do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ecológico sustentável. A política de turismo representa umas das principais ações do poder público para desenvolvimento da atividade na região, já que o turismo ainda é incipiente no município, apesar da existência de mudanças sócio-espaciais significativas decorrentes da atividade. E a questão social, perpassa a representação de grupos sociais com interesses diversos: no âmbito do lazer, os excursionistas “farofeiros” e os turistas excursionistas promovendo distinções sociais no uso e apropriação dos espaços da praia; no que diz respeito à oferta de produtos e serviços, os pequenos comerciantes locais e os empreendedores turísticos na disputa pela clientela que usufrui o lazer na região; além da população local e dos veranistas também usufruidores dos espaços da praia para o lazer.

Apesar dessa cobrança de taxas para acesso a praia ser uma realidade em outros Estados litorâneos brasileiros e estar diretamente ligada ao ordenamento do espaço para o desenvolvimento do turismo (ALCANTARA, 2005), no caso estudado acabou se efetivando como uma política de exclusão social e de segregação do lazer, uma vez que está direcionada apenas para o excursionismo popular, particularmente, pela informalidade da prática, enquanto as excursões turísticas tem livre acesso para circulação e estacionamento nas áreas balneares do município.

Essa questão nos levou à hipótese de que a referida política de turismo para disciplinamento do excursionismo pretendeu restringir o acesso dos públicos populares, já que os “farofeiros” são vistos como um segmento social não compatível com a proposta de tornar as praias do município em destinos turísticos.

E para esta análise, utilizamos o conceito de racismo ambiental, que segundo Acselrad (2009) e Herculano (2001), é uma forma de injustiça ambiental, cujo termo surgiu a partir de movimentos organizados nos Estados Unidos por grupos étnicos e raciais receptores da maior carga dos danos ambientais causados por indústrias, que destinavam as instalações de aterros de lixos tóxicos nas áreas de habitação dessas comunidades. Mas que no Brasil, diante da extrema desigualdade da sociedade, vai além da problemática de localização de depósito de rejeitos químicos como nas experiências norte-americanas, abarcando aspectos mais amplos (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004).

Segundo os autores, o Brasil é extremamente injusto em termos da distribuição de renda e acesso aos recursos, e o leque de desigualdades inclui como injustiça ambiental a questão de comunidades tradicionais espacialmente segregadas para o desenvolvimento de

atividades econômicas; populações que sofrem com carências de saneamento básico, emprego, moradia digna, educação e saúde; periferação de grande massa de trabalhadores que sofrem com deslocamentos compulsórios de suas áreas de moradias e trabalho; grupos sociais de menor renda que sofrem exclusão territorial e social, entre outros aspectos.

Por injustiça ambiental entende-se o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior parcela dos impactos ambientais do desenvolvimento às populações tradicionais, de baixa renda, marginalizadas e/ou vulneráveis; bem como, as políticas públicas, as práticas e ações conduzidas pelos membros dos grupos dominantes que afetam ou prejudicam de modo diferente os indivíduos, grupos e/ou comunidades (BULLARD, 2004; HERCULANO, 2011). Complementarmente, justiça ambiental implica o direito de um meio ambiente seguro, sadio, produtivo e acessível para todos (ACSELRAD; MELLO e BEZERRA, 2009).

O racismo ambiental é definido como um tipo específico de injustiça ambiental por meio de ações que tenha impacto racial, quer pelo preconceito intencional, quer pelas diferenças que resultam de questões socioeconômicas e culturais (HERCULANO e PACHECO, 2006), e o termo se articula ao caso estudado, porque aos “farofeiros” é associado o estigma de pobre, por trazerem sua alimentação de casa para o lazer na praia, bem como, as alcunhas de desordeiro e poluidor, responsáveis por diversos impactos ambientais, mesmo sendo sua presença esporádica nos espaços da praia.

Além disso, pelo fato da política que visa o desenvolvimento do turismo na região, baseada em critérios de classificação por padrões de consumo, ter acentuado a estratificação social entre “turistas excursionistas” e “excursionistas farofeiros”, ao passo em que incluiu os elementos da natureza – a praia e seus recursos – na tensão entre a prática da atividade e o comprometimento da qualidade ambiental.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o discurso ambiental, a política de turismo e a exclusão social na praia de Jacumã/PB. Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Traçar a história da praia de Jacumã/PB enquanto destino turístico;
- Comparar quais as formas de uso e apropriação dos espaços da praia pelos “excursionistas farofeiros” e os “turistas excursionistas”;
- Conhecer as dimensões do lazer e consumo vivenciadas na ida à praia através do passeio e/ou viagem de excursão pelos referidos segmentos;

- Discutir as repercussões da referida política pública para o acolhimento e limitação dos espaços físicos da praia de Jacumã/PB para o excursionismo.

Destacamos que a análise desta pesquisa está centrada no estudo sobre o excursionismo na praia de Jacumã, por a mesma, ter sido para os segmentos populares e ainda ser para os turistas, palco de tal prática social. Contudo, as mudanças sócio-espaciais ocorridas em função da cobrança de taxas de turismo, acabaram por deslocar esse estudo para outras praias. Nesse sentido, com o intuito de conhecer os significados do lazer vivenciado na tradicional ida à praia, a partir de uma atividade que tem se tornado cada vez mais limitada em virtude da disseminação dessa política restritiva nas praias do litoral brasileiro, a pesquisa se expandiu para outras estâncias balneares do litoral sul da Paraíba, também receptoras das excursões populares e turísticas.

Para a investigação realizamos pesquisas empíricas que envolveram a observação direta e coletas de dados a partir de conversas formais e informais com gestores públicos do município e moradores locais, a fim de conhecer o processo de transformação da praia de Jacumã em destino turístico. A iniciativa de buscar os dados a partir do relato desses atores decorreu da não disponibilidade de informações em documentos de fonte oficial. Além disso, foram aplicadas entrevistas com os pequenos comerciantes locais, os empreendedores turísticos, a população local e os veranistas da praia de Jacumã/PB, para traçar uma análise comparativa sobre a opinião desses atores a respeito da referida política de turismo. Foram realizadas entrevistas também com os excursionistas “farofeiros”, com o intuito de conhecer a dinâmica sócio-espacial que configura o excursionismo à praia como atividade de lazer para esse segmento.

A pesquisa que aqui se propôs torna-se relevante pelo fato do tema ser pouco explorado em termos de pesquisa acadêmica, em especial, envolvendo o contexto de segmentos sociais distintos, e também porque, grande parte dos estudos voltados para o ordenamento – físico e social – do espaço litorâneo para o desenvolvimento do turismo, envolve transformações ocorridas após a territorialização da atividade. Nessa pesquisa o estudo empírico trata da análise das transformações que se encontram em processo de acontecimento para a consolidação do espaço em destino turístico.

## 1 CONCEPÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS ACERCA DO TURISMO

Apesar de ter profunda relação com as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que influenciaram o papel e a natureza do lazer na sociedade contemporânea – tais como a industrialização, a modernidade, o uso e adoção de novas tecnologias, os meios de comunicação e de transporte, etc. – as recentes discussões sobre turismo demonstram que a atividade não se limita a uma simples modalidade de lazer, pois sua dinâmica tem influenciado estruturas mais complexas que, segundo Marques e Lucena (2007), não estão circunscrita apenas nos locais onde a atividade acontece.

A capacidade de repercutir e abranger relações socioeconômicas, políticas, educacionais, culturais e ecológicas, fez com que o turismo se tornasse aquilo que o conjunto dos atores – intelectuais, operadores turísticos, turistas, planejadores turísticos e comunidade – são capazes de entender e de argumentar em torno do desenvolvimento da atividade (MARQUES e LUCENA, 2007). E esse é um dos principais questionamentos que se impõe aos estudos do turismo, pois, o fato do campo de pesquisa envolver diferentes níveis de atuação, tem gerado uma enorme quantidade de definições e discussões de acordo com a área de conhecimento e o interesse de atores específicos (BARRETTO, 2000; GUIMARÃES, 2006).

Entretanto, pode-se dizer que foi o surgimento de algumas concepções desenvolvimentistas relacionadas ao turismo que colocaram a atividade num novo patamar de importância social e, por decorrência, tornaram o fenômeno merecedor de investigação, nesse contexto, surge a importância de se analisar o tratamento científico/acadêmico que perpassa o universo de diferentes áreas envolvidas com o estudo do turismo, e as características do que venha ser a atividade empiricamente (GUIMARÃES, 2006).

### 1.1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A importância econômica do turismo não só representa um dos principais elementos de valoração da atividade, como permite a aproximação do turismo aos novos ideários de desenvolvimento, sobretudo, aqueles cujas matizes do pensamento são socioambientais (OURIQUES, 2005). O papel que o turismo pode desempenhar enquanto provedor do crescimento econômico tem sido destacado como uma grande alternativa de desenvolvimento para as localidades mais pobres (CORIOLANO, 2006), em especial pela possibilidade de

geração de emprego e renda para comunidade, e essa perspectiva abrange também as dimensões de valorização da cultura e de preservação ambiental.

A associação do termo desenvolvimento ao fator crescimento econômico é bastante expressiva no discurso do turismo e, apesar da noção de desenvolvimento envolver aspectos mais amplos, tais como melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, emprego, moradia, etc. (SOLHA, 2010), as análises acerca do turismo fazem-se, principalmente, a partir da mensuração dos impactos econômicos diretos, indiretos e induzidos, e do reflexo desses impactos sobre os diversos setores da sociedade.

Lage e Milone (2001), por exemplo, explicam que os impactos diretos são representados pela renda criada no setor turístico, os indiretos pelos gastos produzidos no mesmo setor, e os induzidos representados pelo resultado dos impactos diretos e indiretos. Em outras palavras, os diretos são aqueles criados a partir dos diversos serviços oferecidos pelas empresas turísticas – principalmente, meios de hospedagem, companhias aéreas e agências de viagens –, os indiretos os gastos com construção civil e infra-estrutura essencial para o funcionamento de tais empresas, e os induzidos o resultado de ambos refletidos em outros setores, tais como o comércio.

Nesse conjunto, os benefícios para as comunidades receptoras aparecem, principalmente, em forma de empregos diretos, indiretos e induzidos, a partir do aparecimento de campos de trabalho nos hotéis, pousadas e restaurantes, na construção civil e nos diversos negócios comerciais, formais e informais, ligados ou não à dinâmica da atividade (LAGE e MILONE, 2001; FERNANDES e COELHO, 2000). Esse efeito, chamado de multiplicador pelos autores que tratam da economia do turismo, repercute em diversos setores econômicos, possibilita a inclusão da comunidade nas atividades turísticas, repercute na diminuição da mão-de-obra local desempregada, e representa um dos principais motivos para a concepção do turismo como fonte econômica alternativa.

Somando-se a essa perspectiva, os anuários estatísticos sobre demandas turísticas, as análises sobre a circulação de divisas, os percentuais de saldos positivos nas balanças comerciais e os gastos de consumo relacionados ao turismo, incluem-se nas evidências econômicas valorativas do desenvolvimento turístico, em especial, nos documentos políticos que trazem propostas de investimentos para o setor.

Contudo, mesmo diante de tantos indicativos, autores fazem críticas às concepções econômicas do turismo e introduzem dimensões teóricas de fetichismo e relações de dependência na ideia de desenvolvimento associada à atividade (MOLINA e RODRIGUES, 2001; OURIQUES, 2005). Segundo esses autores a indústria turística emergiu nos países



desenvolvidos e posteriormente foi lançada para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, justificando possibilidades de captação de divisas, geração de empregos e redistribuição de renda. No entanto, a situação de dependência dos países pobres não permitiu que os resultados financeiros da atividade turística fossem satisfatórios, contribuiu apenas para a integração da transnacionalização do capital nas economias periféricas e reforçou mais ainda os laços de dominação e dependência entre esses países.

Assim, a participação das empresas estrangeiras, no controle dos fluxos turísticos, isentas do pagamento de impostos e que realizam operações de pagamentos e serviços no exterior; a baixa remuneração paga aos trabalhadores, relativa apenas as necessidades básicas de sobrevivência; e a necessidade de contratar profissionais qualificados que a região turística muitas vezes não dispõe, não permitem que os benefícios e os empregos diretos sejam palpáveis pela comunidade através da atividade (MOLINA e RODRIGUES, 2001). Sendo a geração de emprego e renda um dos principais pontos argumentativos para o desenvolvimento do turismo, esses autores mostram que apenas esse indicativo não possibilita que a evolução da atividade seja social e economicamente produtiva e, nesse aspecto, o turismo acaba desempenhando o papel de atividade intensificadora de desigualdades. De acordo com Castro e Nascimento (2006),

Só a ocupação das vagas de trabalho por pessoas da localidade não é suficiente para o desenvolvimento social. Em algumas localidades muitos empregos destinados a essas pessoas possuem uma baixa rentabilidade, devido à liberação apenas de funções que necessitam baixa qualificação e escolaridade, não favorecendo a inserção da comunidade e sim o sentimento de exclusão e inferioridade.

Entretanto, pode-se dizer que é exatamente essa relação com o modo de produção e (re)produção do capital, pela categoria trabalho, que coloca o turismo na condição de atividade produtiva, sobretudo, para as nações desenvolvidas. Costa (2010) oferece dados de uma pesquisa empírica realizada em seis municípios do Rio Grande no Norte, na qual podemos entender essa dinâmica. O autor buscando analisar em que medida o turismo foi eficaz para geração de empregos na região, discute a perspectiva do desenvolvimento desigual e da flexibilização do capital no espaço turístico potiguar, uma vez que as condições de trabalho que se estabelecem na referida área de estudo seguem as tendências intrínsecas do processo de acumulação do modelo de desenvolvimento capitalista.

Segundo o autor, Natal concentra o maior número de empreendimentos turísticos – de investidores estrangeiros – e se configura como o espaço que recebe os maiores benefícios proporcionados pela atividade, enquanto que os municípios periféricos exercem a função

apenas de subprodutos que dão sustentação ao turismo na capital, sobretudo, pela emissão da força de trabalho. Nessa relação, sua pesquisa revela que o turismo foi capaz de gerar significativos empregos na região, contudo, a maioria deles situado nos níveis operacionais da atividade, absorvendo trabalhadores com baixa profissionalização, oriundos de diversas áreas desconexas ao turismo e com motivações profissionais aliadas, particularmente, à falta de trabalho. Costa (2010) ainda identifica elevadas taxas de rotatividade de mão de obra, baixo rendimento salarial, regime de trabalho flexível sem turno estável de trabalho, ampliação de jornada de trabalho, percentual de trabalhadores sem folga semanal, e a existência de doenças ocupacionais relacionadas a cansaço físico e mental decorrente das condições de trabalho.

Sua pesquisa revela a divisão internacional do trabalho – por sua conversão em mais-valia – na atividade turística e a forma como esta última assegura à lógica da acumulação flexível do capital, pois reproduz as desigualdades socioeconômicas e espaciais que são resultantes do modelo econômico predominante nas sociedades. Os dados obtidos pelo autor mostram também que mesmo gerando campos de trabalho, o turismo não atende a demanda local de melhoria da qualidade de vida, pois, além da precariedade das condições empregatícias, na maioria das vezes, existem problemas internos – associados à saúde, educação, emprego e moradia – que a chegada da atividade não é capaz de solucioná-los.

No entanto, apesar dessa importante contradição verificada entre o discurso e a prática, alguns autores argumentam que essa desigualdade acontece quando o turismo é desenvolvido levando em consideração apenas os fatores econômicos e desconsiderando todo contexto social e ambiental existentes nas localidades transformadas em destinação turística. Para esses autores, é importante que o turismo não seja desenvolvido para representar a principal fonte econômica e produtiva, ao contrário, o turismo deve ser acrescido como uma atividade complementar, no sentido de repercutir e integrar outros setores da economia, promover o desenvolvimento intersetorial e garantir o efeito multiplicador pela inserção dos demais setores econômicos envolvidos no processo (BENI, 2004; CORIOLANO, 1998; 2006).

Nesse sentido, sendo uma atividade complementar, o turismo no lugar de criar novos campos de trabalho, em especial na informalidade, contribui para o fortalecimento das atividades tradicionais – a pesca, o artesanato, a agricultura familiar, etc. – já existentes e praticadas; e a comunidade no lugar de abandonar suas atividades primárias em busca de novas alternativas de trabalho, encontra oportunidades para valorizá-las através do turismo (BENI, 2004; CORIOLANO, 1998; 2006). Esse processo não cria dependência econômica com o setor – particularmente considerando o caráter sazonal do mesmo – e, se por algum motivo o turismo deixar de repercutir na economia da localidade a população não ficará sem

perspectivas de trabalho, já que suas atividades tradicionais estarão fortalecidas. São dessas análises que surge a concepção do turismo com base para o desenvolvimento local das comunidades inserida na destinação turística.

## 1.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O turismo pode ser considerado uma das principais atividades que ingressa o processo de globalização na contemporaneidade, e esse fato se revela pelo rompimento de fronteiras entre países para permitir o fluxo internacional de pessoas e mercadorias, pelas grandes redes de empresas turísticas dotadas de modernas tecnologias, e pela atuação dos meios de comunicação e transportes de massa ligados ao setor. O fato de abranger toda essa dinâmica global, não só permite que a atividade engendre diversas possibilidades na esfera da produção e do consumo (RODRIGUES, 1999), como possibilita que sua emergência seja associada a novos processos com enfoque em práticas transformadoras, tais como o ideário de desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local surge dentro do processo de globalização, sobretudo, diante da formação de redes transnacionais financeiras que tiveram um impacto direto nas relações sociais e produtivas territorializadas, porém, como um paradoxo a esse modelo econômico de desenvolvimento e exercendo forças de integração que viabilizem processos diferenciados de articulação local no espaço global (BOCAYUVA, 2001; BUARQUE, 2008).

De acordo com Buarque (2008) o acelerado processo de globalização gerou um movimento global e econômico de grande capital que não se internalizou em economias locais, e não conseguiu transformar a economia para gerar riquezas, ao contrário, produziu dependência e dificultou qualquer expectativa de desenvolvimento para determinadas localidades, principalmente, as subdesenvolvidas. Além disso, conforme Bocayuva (2001) promoveu a divisão socioespacial do sistema capitalista mundial a partir de relações desiguais entre os territórios e as organizações de trabalho, e mediante relações de dominação na apropriação e distribuição de poder e riqueza.

Nesse sentido, essa dinâmica de fluxos de capitais definida em articulações desiguais e promovendo efeitos fragmentados, gerou, como resposta, uma perspectiva da valorização socioterritorial, orientada na formação de redes sociais, através da cooperação e solidariedade, para uma nova alternativa de desenvolvimento (BOCAYUVA, 2001). Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento centrado no âmbito local, endógeno, humano e sustentável, que

está baseado em aspectos de significado para um território específico, e que incorpora os postulados da sustentabilidade, pois busca a qualidade de vida da população; a eficiência econômica; a formação do capital social local – organização, valores partilhados, mobilidade e cooperação da sociedade –; a gestão pública e eficiente; a conservação dos recursos naturais; e a criação de raízes efetivas na matriz cultural da localidade (BUARQUE, 2008).

Seu processo de implementação se dá por meio de atividades econômicas viáveis e com capacidade de competir com mercados locais, regionais e globais, contudo, essa competitividade não pode ser confundida com uma corrida alucinada para integração no mercado internacional, pois, deve ser implementada como processo seletivo que efetive vantagens locacionais e que permita a integração da economia, sem reproduzir a insustentabilidade do sistema global de externalidades econômicas (BUARQUE, 2000).

Com base nesses fundamentos, a concepção de turismo e desenvolvimento local apresenta-se como tendência contraposta à ideia global da atividade, pois, o turismo como setor econômico e prática social pós-moderna, configura-se na lógica da produção e consumo de mercadorias e nas contradições do sistema capitalista, já que enseja a mobilização de diversas forças produtivas (BENEVIDES, 1997; RODRIGUES, 1997). Nesse aspecto, o turismo com base local se constitui como uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, buscando a manutenção da identidade cultural e a conservação e preservação dos recursos ambientais (BENEVIDES, 1997).

Um dos maiores exemplos que se engaja nessa lógica é o caso do turismo comunitário desenvolvido em algumas praias do litoral cearense, que vem sendo estudado por diversos autores e pesquisadores. O desenvolvimento do turismo no Ceará, baseado no modelo de grandes empreendimentos turísticos, gerou diversos conflitos entre residentes e investidores, nos quais a população local precisou se organizar para resistir – pacificamente depois de alguns embates agressivos – o avanço da especulação imobiliária e a ocupação desenfreada dos empreendimentos (BARBOSA, 2011; CORIOLANO, 2006; MENDONÇA, 2004), essa ação local permitiu que a comunidade encontrasse possibilidades de inserção na atividade turística por meio de redes de turismo comunitário.

O turismo comunitário é considerado um eixo alternativo da atividade, onde a população local, na maioria periférica composta por comunidades tradicionais, passa a usufruir das condições comerciais do mercado turístico global, fortemente articulada e com capacidade competitiva, sem direcionar a atividade para os fluxos de massa, pois o turismo não é planejado como “indústria”, mas sim como uma atividade complementar integrando outras atividades produtivas (BARBOSA, 2011; CORIOLANO, 2006; MENDONÇA, 2004).

Além disso, possibilita a inclusão da comunidade de forma ativa no planejamento da atividade; busca a sustentabilidade sócio-espacial; prioriza um turismo não direcionado para o luxo e consumo, com troca de experiência e valores de amizade; busca a preservação ambiental com implementação de planos de manejo compatíveis com o turismo; e luta pela regulamentação fundiária, pela garantia da posse da terra das comunidades indígenas e pesqueiras (BARBOSA, 2011; CORIOLANO, 2006).

No litoral do Ceará, o desenvolvimento do turismo comunitário se caracteriza pela mobilização de pescadores, agricultores e moradores de assentamentos rurais que, diante da inevitável expansão turística, formaram cooperativas com o apoio de Organizações Não-Governamentais - ONGs, Instituições de Ensino Superior - IES e representantes públicos; construíram com apoio de prefeituras, bares e restaurantes, pequenas pousadas comunitárias e/ou apartamentos em suas casas rústicas para hospedar turistas; criaram uma diversidade de serviços turísticos diferenciados; e assim formaram a Rede Cearense de Turismo Comunitário - REDETECUM e passaram a integrar outras redes de articulações comunitárias, como a Rede de Turismo Comunitário da América Latina - REDETURS e a Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário - TURISOL (BARBOSA, 2011; CORIOLANO, 2006).

O desenvolvimento desse eixo alternativo, pelas comunidades cearenses, é apresentando como um movimento de luta e resistência pelo direito à terra e seus recursos, com vista a garantir a sustentabilidade socioambiental no espaço (CORIOLANO, 2006). Pode-se considerar que, sem a ocupação desordenada dos empreendimentos e os impactos negativos causados pelo crescimento da atividade, talvez essas populações não tivessem se mobilizado para o turismo comunitário – apesar dessa forma de turismo já ter sido adotado em outros países da Europa e América Latina, conforme explica Barbosa (2011).

Simão et al. (2010) trazem uma discussão bastante oportuna nesse contexto, pois, os autores buscando analisar os indicadores que permitem avaliar uma política e/ou uma atividade como ação sustentável, afirmam que a sustentabilidade se configura como uma nova forma de pensar e agir das pessoas e das organizações, onde os objetivos desses atores estão direcionados para comportamentos e ações que visem a sustentabilidade. Desse modo, entende-se um amadurecimento das pessoas e das instituições com relação aos conhecimentos do meio ambiente, bem como, uma compreensão das principais transformações ocorridas na sociedade e seus impactos futuros – positivos e negativos (SIMÃO et al., 2010).

Essa explicação torna-se interessante, pois os autores sugerem que a sustentabilidade não é entendida como um modelo a ser seguido. Trata-se de uma série de considerações acerca do pensamento – que é complexo – e que resulta de revoluções, evoluções,

amadurecimento e desenvolvimento das relações pessoais e organizacionais, entre si e perante o meio; isto é, depende de uma nova visão de mundo para entendê-la, alcançá-la e dividi-la enquanto ação sustentadora das condições econômicas, ambientais, sociais, culturais, democráticas e políticas (SIMÃO et al. 2010).

Nesse sentido, é possível afirmar que as referidas populações do turismo comunitário, perceberam a resignificação – principalmente monetária – do espaço pela ocupação dos empreendimentos turísticos na faixa litorânea; a partir do convívio com turistas no entorno do seu território, amadureceram para o fato de que a presença desses visitantes implica a chegada de novos objetos de consumo para a localidade, inclusive o consumo de drogas; amadureceram para os impactos sociais da atividade, como o turismo sexual – que ainda possui significativa repercussão no Ceará; bem como, para os principais impactos aos recursos naturais que a atividade turística promove em sua prática.

Assim, o reconhecimento de todo esses impactos é importante para despertar uma mudança de consciência no sentido de mobilizar para novas alternativas, menos impactantes e que permitam a articulação da comunidade para ações de salvaguarda do seu território e patrimônio. Mesmo porque, como afirma Benevides (1997, p.40) “[...] as modalidades do turismo alternativo não podem superar as situações substantivas da condição de ser turista, mas apenas maquiá-los, adjetivando-os de alternativos.” Além disso, de acordo com Buarque (2008, p. 30):

[...] o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto. Do contrário, o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não criem raízes no local e não se traduzam em efetivo desenvolvimento e não se internalizem na estrutura social, econômica e cultural local [...].

Dessa forma, pode-se dizer que, mesmo sendo o turismo comunitário uma iniciativa promissora e um exemplo de ação local que, segundo os pesquisadores, proporcionou um desenvolvimento sustentável, propor – ou melhor, importar – esse modelo turístico para outras comunidades parece nem sempre ser adequado, principalmente, para aquelas que não possuem contato com o turismo – isto é, não estão preparadas para as mudanças que a atividade pode ocasionar – e acabam sendo seduzidas para esse tipo de atividade, como alternativa de geração de emprego e renda, valorização do patrimônio cultural e ecológico, etc.

No entanto, pode-se dizer que é com base nessas experiências de inclusão em uma atividade que inicialmente foi desenvolvida de forma excludente, que se torna corrente nos

debates acadêmicos e políticos a concepção do turismo como atividade que pode dá certo e que pode ser planejada para a sustentabilidade.

### 1.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Abordar o tema desenvolvimento sustentável requer uma análise do processo histórico pelo qual o homem produziu seus meios de existência no meio ambiente, pois, desde as formas produtivas mais arcaicas, até a industrialização, implicando o crescimento das cidades e a formação das sociedades modernas, o homem deu um largo passo na forma de produzir o espaço – através da tecnologia, da ciência e da economia – modificando a natureza (MAY; LUSTOSA e VINHA, 2003). Entretanto, pode-se dizer que foram as mudanças ocorridas com o processo de globalização, sobretudo, no que se referem os padrões de produção e consumo orientados por um modelo econômico, que trouxeram o tema como marca de uma nova visão de desenvolvimento, envolvendo o sentido de sustento, de equidade e de responsabilidade (LEFF, 2009).

A definição mais consagrada de desenvolvimento sustentável foi apresentada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, chamando atenção para duas premissas fundamentais: a primeira que as necessidades básicas de sobrevivência de toda população sejam atendidas, a segunda, que os recursos naturais são finitos e parte deles não são renováveis (SANTOS, 1996). Tal compreensão passou a exigir que novas políticas e posturas buscassem alterar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensa dos recursos e na distribuição desigual dos mesmos (BUARQUE, 2008) e, a partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável foi se tornando mais complexo.

Segundo Oliveira (2006) o desenvolvimento sustentável é aquele que pressupõe a sustentabilidade econômica, com eficiência do sistema de alocação e gestão dos recursos; a sustentabilidade ecológica, com a preservação do meio ambiente e dos recursos necessários a sobrevivência humana; a sustentabilidade espacial, que corresponde ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana e a distribuição territorial das atividades econômicas; e a sustentabilidade cultural, que diz respeito às alterações nos modos de pensar e agir da sociedade, despertando para uma consciência ambiental que reduza níveis de consumo.

Para Guimarães (2001) trata-se de uma nova ética, na qual os seres humanos constituem o centro do processo de desenvolvimento, que deve ser ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais, com respeito à dignidade humana promovendo justiça e

equidade; culturalmente sustentável na conservação dos sistemas de valores, práticas e símbolos de identidade – demarcação e autonomia territorial, gênero, religiosidade, dimensões estéticas e espirituais, etc.; e politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem política.

Em todo caso, a relação do conceito propondo campos de disputas e críticas com as diferentes concepções de sociedade – global, industrial, moderna, de consumo etc. – uma vez que estas propõem modelos insustentáveis do ponto de vista da organização socioeconômica e ambiental, fez com que o termo adquirisse visibilidade e os ideais de reconhecimento dos limites ambientais e das desigualdades sociais passaram a ser associados a diferentes percepções e estratégias de planejamento (SCOTTO e CARVALHO, 2007; LEFF, 2009).

Nesse contexto, o termo passou a evocar um sentido ambíguo, pois, mesmo representando uma proposta de superação do estilo de crescimento, baseado nos padrões técnico-científico e industrial – que produziu e continua produzindo diversos impactos e variadas formas de desigualdades –, o conceito, no momento que não efetiva as vias de transição para sustentabilidade, parece aludir aos problemas sociais e ambientais dentro da lógica do sistema político-econômico capitalista (SCOTTO e CARVALHO, 2007; LEFF, 2009). Assim, o atributo “sustentável” ou “sustentabilidade” foi incorporado nas mais diversas atividades econômicas, de forma que muitas delas se apóiam no conceito do termo para indicar propostas favoráveis associadas ao desenvolvimento de determinados meios produtivos (SCOTTO e CARVALHO, 2007; LEFF, 2009).

O conceito de turismo sustentável, por exemplo, propõe envolver as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e ecológicas presentes no conceito de desenvolvimento sustentável no planejamento da atividade, contudo, na maioria dos estudos que fazem referência ao termo, a ideia parece mais representar um modelo para alcançar efeitos desejáveis, do que propriamente uma análise da atividade enquanto realidade empírica.

O debate em torno do tema se orienta na perspectiva das contradições oriundas dos conflitos de interesses econômicos, minimizando a in-sustentabilidade que cobre grande parte dos projetos turísticos na atualidade e a característica da atividade voltada para o consumo de massa (SANTOS FILHO, 2005). Nesse sentido, autores, tais como Ruschmann (1997) e Swarbrooke (2000), apresentam os preceitos de equilíbrio e harmonia, incorporados na ideia de sustentabilidade, com o objetivo de fundamentar uma metodologia ou estabelecer parâmetros para elaboração de planos, ações e políticas voltadas para o turismo sustentável.

Ruschmann (1997, p.10), por exemplo, afirma que é preciso que o turismo não destrua as bases que o fazem existir, por esse motivo, torna-se fundamental e indispensável o



desenvolvimento equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras. Segundo a autora, o turismo sustentável é “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade do usufruto para gerações futuras”, para tanto, é preciso desenvolver outras formas de turismo – turismo “brando”, ecológico, alternativo, naturalista, personalizado, etc. – nas quais um dos requisitos essenciais é determinar a capacidade de carga da localidade e limitar o acesso de pessoas a determinadas áreas.

A autora defende que a qualidade da destinação turística depende da não massificação de suas atrações ambientais, e afirma que o turismo de massa, caracterizado pelo deslocamento de um grande fluxo de pessoas pouco conscientes das questões ambientais, contribui para inúmeras agressões socioculturais e ecológicas, e não garante a rentabilidade esperada devido à sazonalidade da atividade. Ruschmann (1997) ainda ressalta que o planejamento do turismo sustentável incrementará os custos do seu desenvolvimento, o que dificultará o acesso do turista de massa, e a tendência será a predominância de um turismo seletivo ou individual, isto é voltado para o público elitista, mais rentável e menos impactante.

Suas argumentações esclarecem claramente que a ideia de turismo sustentável se articula à lógica do mercado, pois procura incorporar a questão ambiental dentro dos interesses do capital, sobretudo, o interesse de sustentação do viés econômico. Além disso, a autora quando propõe o desenvolvimento do turismo “dirigido” para um público específico, parece esquecer que isso representa o usufruto privado do espaço e que um dos requisitos da sustentabilidade é a questão da equidade.

Apesar da existência de outros estudos com enfoques mais atuais acerca do tema, grande parte deles chama atenção para os impactos negativos decorrentes do turismo em determinadas localidades e, como proposta, sugerem que o turismo seja desenvolvido levando em consideração os princípios da sustentabilidade, como forma dos efeitos positivos superarem os efeitos negativos da atividade.

Entretanto, para Rodrigues (1997) não se pode atribuir a questão da sustentabilidade na produção da atividade turística sem analisar a complexidade de uma atividade econômica relacionada ao mercado global, pois, de acordo com a autora, a ideia de turismo sustentável nem sempre leva em consideração o fato da atividade incluir, necessariamente na sua prática, a utilização de meios de transportes – onde a grande maioria é responsável pela eliminação do CFC (Clorofluorcarboneto) que destrói a camada de ozônio, provoca o efeito estufa e, conseqüentemente, outros problemas ambientais; o consumo de recursos – água e energia – e

de produtos industrializados, que contribuem significativamente na geração de impactos quando levado em consideração seu processo de transformação, transporte e descarte.

Além disso, como a sustentabilidade da atividade turística não diz respeito apenas a sua dimensão ecológica, torna-se importante avaliar se do ponto de vista social a atividade pode ser sustentável para demanda local de melhoria de qualidade de vida, pois, uma vez destacada como atividade socioeconômica produtiva, não basta a inclusão da comunidade é necessário que essa participação de fato se efetive como auto-sustentável. Mesmo porque, no âmbito do mercado global, atualmente fatores externos – relacionados às características de ofertas e demandas comandadas por empresas aéreas, agências de viagens, bancos, etc. – podem influenciar diretamente a dinâmica da atividade sobre territórios ou espaços locais.

Essas considerações revelam que faltam aprofundamentos teórico-conceituais e estudos empíricos para a compreensão e discussão da concepção do turismo sustentável. No tocante aos estudos empíricos, destacam-se aqueles sobre turismo comunitário, nos quais percebemos que o conceito de desenvolvimento local surge como uma perspectiva de efetivar os princípios da sustentabilidade. Torna-se também visível, a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a sociedade industrial, moderna e global para o debate do papel do turismo na atualidade, pois enquanto atividade de lazer, o turismo se efetiva como realidade empírica, ao passo que as análises que buscam o estudo do turismo frente às novas concepções socioeconômicas, políticas e ambientais, muitas vezes, discutem perspectivas ainda não concretizadas.

Essas podem ser consideradas as três principais concepções desenvolvimentistas que perpassam a discussão do turismo na atualidade, refletir entre o discurso e a prática torna-se importante, não no sentido de negar o seu potencial socioeconômico e ambiental, mas para construir uma reflexão crítica a respeito das concepções que são super-valorativas e argumentativas na implementação da atividade, em especial, quando o turismo passa a integrar a formulação de políticas públicas.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL E NO NORDESTE

A relação entre o Estado e o domínio econômico encontra-se na condução de toda política pública, por esse motivo, os setores econômicos são considerados prioritários e estão sempre presentes nos planos governamentais para o desenvolvimento (SOLHA, 2010). Exemplo disso pode ser encontrado nas análises sobre os processos de formulação das políticas públicas voltadas para o turismo, nas quais autores destacam que a descoberta do turismo como setor produtivo e seu potencial gerador de emprego e renda, foram os principais motivos para a intervenção do Estado nas esferas que compõem a atividade (OURIQUES, 2005; SERRANO et al. 2000; YÁZIGI, 1999).

Segundo esses autores, os indicadores econômicos de oferta e demanda, receitas e despesas, as estimativas da população economicamente ativa e as cifras do produto bruto gerado pelo turismo, evidenciam a importância contemporânea do setor, bem como, justificam ações de planejamento público para garantir que o turismo cumpra seu papel de atividade econômica promissora. Nessa perspectiva, o turismo é visto como uma alternativa de reversão rápida de panoramas econômicos negativos (SOLHA, 2010), e os ideário de desenvolvimento perpassam a formulação e implementação das políticas de turismo.

Comumente, as públicas de turismo são entendidas como políticas orientadas a coordenação, ao planejamento, a legislação, a regulamentação e ao incentivo da atividade, que deve voltar-se para a geração de divisas, para a preservação e conservação do patrimônio natural e cultural e para melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, como forma de assegurar a sustentabilidade (BENI, 2004; HALL, 2004; RUSCHMANN e WIDMER, 2004). Questões como complexidade, tomada de decisão e ações voltadas para o futuro, são conceitos de planejamento estratégico que perpassam a formulação das políticas direcionadas ao setor no sentido de alcançar tais objetivos (BENI, 2004; HALL, 2004; RUSCHMANN e WIDMER, 2004).

Essas análises compreendem as visões técnicas a respeito das políticas de turismo, consideradas por Ouriques (2005) como “volumosos manuais para empreendedores”, nos quais são sugeridas diretrizes básicas no sentido de propor a elaboração de uma política pública que vise o planejamento e a organização do setor, para que o desenvolvimento da atividade transcenda a esfera econômica e se constitua numa alternativa de bem-estar social e de preservação ambiental.

Com base no exposto, no Brasil, planos, ações, políticas e programas são subsidiados pelo Ministério do Turismo, que na sua estrutura organizacional tem o Plano Nacional de

Turismo 2007/2010, como política prioritária, para estabelecer os rumos para o desenvolvimento do turismo receptivo no país (KANITZ et al., 2010; SOLHA, 2010). Na apresentação do PNT o turismo é visto como um ator importante no desenvolvimento econômico e social, e as estratégias e medidas expostas no documento trazem propostas para que todos possam se beneficiar com o crescimento da atividade, seja pela oferta de emprego e renda, seja pelo acesso direto ao lazer turístico (MTUR, 2007).

As ações do PNT 2007/2010 estão voltadas para a inclusão social e o Plano estabelece metas para fortalecer o desenvolvimento do turismo no mercado interno, assegurando viagens facilitadas a aposentados, estudantes e trabalhadores; e no mercado externo “tornando o Brasil conhecido aos olhares estrangeiros” (MTUR, 2007). Nesse objetivo, o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR se concentra na promoção, no *marketing*, e no apoio à comercialização dos destinos turísticos brasileiro. Suas diretrizes visam desenvolver o turismo apoiando-se, principalmente, em ações de fomento como forma de planejamento.

Além disso, no Plano Nacional de Turismo, o desenvolvimento da atividade é inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançado pelo governo federal, que propõe um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura – logística, energética e social – e medidas de incentivos aos investimentos privados, tais como créditos e desoneração tributária, para que o turismo possa contribuir na aceleração do crescimento do país, sobretudo, a partir da geração de emprego e renda, que é vista como uma alternativa à estabilidade econômica, à minimização das desigualdades e à erradicação da pobreza e da fome (MTUR, 2007).

Apesar de priorizar o enfoque dos resultados econômicos do turismo no Brasil e no mundo – no sentido de respaldo para a questão social que se propõe solucionar mediante a atividade – o PNT também ressalta a questão ambiental assegurando que o turismo pode ser uma importante ferramenta para a sustentabilidade, já que o potencial de recursos existente no país favorece o desenvolvimento da atividade que, em comparação a outros processos produtivos, é considerada menos impactante.

É nesse contexto, que autores destacam ações de planejamento turístico, tomando por base as políticas públicas regionais no litoral nordestino, pois, segundo Cruz (2000) nenhuma outra microrregião brasileira empreendeu ações políticas tão contundentes favoráveis ao desenvolvimento turístico quanto o Nordeste. A análise desses autores também mostra que o processo de planejamento governamental voltado para o setor resultou do crescente significado econômico do turismo, bem como, do potencial natural existente na região para o desenvolvimento da atividade (ALMEIDA, 1997; CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2000; LIMA e ARAGÃO, 2010; LOPES JÚNIOR, 1997; SOUZA, 2010).

De acordo com Cruz (2000) a equiparação do setor ao termo “indústria turística” – que não se sabe quando ou quem utilizou pela primeira vez, mas o termo passou a ter um significado importante vinculado à atividade – e o reconhecimento do turismo como fonte capaz de proporcionar o desenvolvimento e minimizar as desigualdades regionais, foram fundamentais para a tomada de posição por parte do Poder Público ante a atividade turística no Nordeste.

Associado a isso, a vocação natural passou a traduzir uma nova paisagem socioespacial do litoral nordestino e tornou-se recurso estratégico a ser trabalhado nas políticas e nos planos governamentais de turismo (ALMEIDA, 1997; CORIOLANO, 2006; LOPES JÚNIOR, 1997; SOUZA, 2010). Coriolano (2006), por exemplo, destaca que o Nordeste ganhou uma nova identidade vinculada ao turismo, pois, a imagem de pobreza e seca transformou-se em beleza agradável, paradisíaca, ensolarada e acolhedora, assim como, o sol causticante tornou-se um atrativo e a típica vegetação caatinga acinzentada passou a mostrar seus encantos, tornando-se “veredas dos sertões” nordestinos.

Para esses autores, é a partir desse novo cenário que se inventa o litoral do Nordeste como lugar turístico e o Estado, como promotor dessa nova representação, inicia uma série de “políticas de *marketing* político” apoiadas em discursos essencialmente positivos em relação ao desenvolvimento da atividade (ALMEIDA, 1997; CORIOLANO, 2006; LIMA e ARAGÃO, 2010).

Para atrair investidores, o Estado cria a divulgação das belezas naturais disponíveis a serem transformadas em atrativos turísticos; para assegurar a aceitação da comunidade local, divulga as possibilidades socioeconômicas que podem ser proporcionadas pela atividade; para justificar a transformação do espaço litorâneo em áreas exclusivas para o lazer, cria espaços de conservação ambiental como forma de assegurar o turismo como vetor de preservação da natureza (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2000; LIMA e ARAGÃO, 2010).

Assim, a esfera governamental voltada para o planejamento do turismo significa, simplesmente, a propaganda turística obedecendo às técnicas comuns de *marketing* e às regras comuns do mercado (BARRETTO, 2000), e o resultado dessa ação é a competitividade local – vista, por exemplo, na especulação imobiliária, entre os comerciantes locais e os grandes empreendedores – e a competitividade frente a outros destinos turísticos na disputa de investimentos e dos grandes fluxos nacionais e internacionais, por intermédio das classes governantes e empresariais (CORIOLANO, 2006; YÁZIGI, 1999). Esse planejamento, atende apenas os interesses dos grupos empresariais envolvidos com o turismo (BARRETTO, 2000) e o Estado se torna, nesse contexto, o principal agente na transformação sócio-espacial para a

atividade turística, (re)ordenando o território e (re)significando os antigos usos dos espaços (RODRIGUES, 1999).

## 2.1 OS MEGAPROJETOS TURÍSTICOS E O PRODETUR/NE

Nos estudos sobre os processos de implementação do turismo no Brasil e, especialmente no Nordeste, dois projetos traduzem a grande participação do Poder Público no desenvolvimento da atividade, a Política de Megaprojetos Turísticos e o Prodetur/NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

A Política de Megaprojetos Turísticos, surgida no final dos anos 70, tem por objetivo promover a superestrutura turística, em trechos da costa pouco ou nada urbanizados, a partir da ampliação da infra-estrutura hoteleira voltada para a captação de demandas internas e externas, que inclui desde pousadas rústicas até condomínios fechados, luxuosos hotéis e *resorts* de alto padrão (CRUZ, 1996; 2000).

O Prodetur/NE é um projeto de parceria entre os governos federais e estaduais, instituído em 1991, por meio de diploma legal Portaria n.1 de 29/11/1991, como um programa de apoio ao financiamento do desenvolvimento do turismo na região. Seu principal objetivo é garantir a melhoria de infra-estrutura básica e de apoio no sentido de orientar a implantação dos empreendimentos turísticos, tais como infra-estrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária, fornecimento de água e energia elétrica, sistema de coleta de lixo, saneamento básico, telefonia e demais serviços (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2000; SILVA, 2004). O Prodetur/NE, associado a esse objetivo central, propõe ainda alguns objetivos específicos, como aumentar a demanda turística no Nordeste, gerar empregos e renda com a exploração direta e indireta do turismo, e promover a preservação e valorização do meio ambiente e dos recursos naturais, culturais e históricos existentes (CRUZ, 2000).

A Política e o Programa se completam. Segundo Cruz (2000) tanto a Política de Megaprojetos quanto o Prodetur/NE tem como base de potencialidade especialmente o litoral, a partir do binômio sol e praia; o Estado é o idealizador, interventor e financiador dos projetos; estão baseados num modelo de desenvolvimento turístico internacional, implantado em Cancún no México; concentram a infra-estrutura básica e turística acompanhando a disposição espacial dos atrativos, isto é, promovem a urbanização do espaço para atender demandas específicas; e traduzem um discurso preservacionista embutido no projeto.

Esse modelo de urbanização é planejado e revela o caráter de padronização dos complexos turísticos implantados no litoral nordestino, pois, o (re)ordenamento dos espaços

para o turismo apresenta-se de maneira uniforme: a construção de uma rodovia asfaltada que segue a linha paralela ao mar, para garantir o acesso do fluxo turístico; a instalação e distribuição concentrada dos empreendimentos hoteleiros na posição de frente ao mar, área de considerável valor imobiliário; e o recuo da população local da faixa litorânea para a ocupação dos espaços menos valorizados e afastados, na maioria das vezes rumo à BR, rodovia que garante o acesso interno a localidade (CRUZ, 2000; MURICY, 2001; SOUZA, 2010).

Tais características transparecem o padrão desigual de urbanização turística, no entanto, o Estado intervém nesse modelo de desenvolvimento sob forma de “indução”, no sentido de atrair investidores – principalmente os internacionais – mediante a divulgação das áreas e recursos naturais propícios a se tornarem atrativos turísticos, oferecendo incentivos fiscais para instalação dos empreendimentos, e comandando todo processo de implementação dos projetos, definindo e loteando as áreas a serem urbanizadas para fins turísticos (CRUZ, 2000; CORIOLANO, 2006).

A tendência neoliberal de anulação do Estado empreendedor, a participação das empresas privadas e o (re)ordenamento dos territórios para usos exclusivamente turísticos fazem-se bastante claros nesse modelo de urbanização turística (CRUZ, 2000). Segundo Lopes Júnior (1997) esse padrão de urbanização expressa o modelo pós-fordista de desenvolvimento, no qual é construído um *apartheid* urbano, com a “liberação” das áreas centrais e costeiras para o turismo, combinada com o abandono e, muitas vezes, a favelização de áreas do entorno. Para Costa (2010) e Loiola (2001) reflete disparidades espaciais de um modelo de desenvolvimento desigual, que está longe de sinalizar a equalização de oportunidade e ganhos, pois enquanto as áreas periféricas assumem a função produtiva, particularmente, pela emissão da força de trabalho, outras lideram a dinâmica da atividade, e tornam-se grandes centros receptores de fluxos, investimentos e benefícios turísticos – redes de empresas, serviços específicos, infra-estrutura, órgãos públicos setoriais, etc.

No entanto, como suporte político para tais projetos, destaca-se a criação de áreas de preservação que respaldam a aprovação urbanística perante os órgãos competentes e as comunidades locais, assim como, minimizam as pressões por parte dos movimentos ambientalistas que reivindicam a preservação das áreas naturais litorâneas (CRUZ, 1996; 2000). Em Natal, por exemplo, a construção do Parque Estadual das Dunas foi a primeira providência tomada pela Poder Público para a gestão do território que seria ocupado pelo Complexo Turístico Via Costeira (CRUZ, 2000).

Vale lembrar ainda que o argumento econômico é também bastante significativo para legitimar o (re)ordenamento do território, pois as possíveis oportunidades de emprego e renda são bastantes sedutoras para as comunidades locais, que passam a acreditar nesse potencial do turismo sem, no entanto, possuir o poder decisório com relação ao desenvolvimento da atividade (CORIOLANO, 2006; 1998).

Nesse sentido, a construção da infra-estrutura turística e de apoio via a política de Megaprojetos e o Prodetur/NE faz-se mediante o embelezamento de áreas prioritárias que são condizentes com uma estética de lazer (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2000; SILVA, 2004), e a participação do Estado no desenvolvimento do turismo, faz-se conforme Acselrad (2001) mostra como foram estabelecidas as políticas governamentais no Brasil, anos 70, para outras atividades produtivas, isto é, por meio do que hoje chamamos de “políticas ambientais implícita e explícita”. A primeira, segundo o autor, configurada na oferta de serviços públicos de infra-estrutura para assegurar o funcionamento da produção, a segunda no reconhecimento de áreas a serem preservada, como “ilhas de conservação”, para uma exploração de maneira sustentável. Contudo, ambas as políticas centradas no agenciamento das condições naturais do território de modo a favorecer os interesses empresariais estruturados nas condições gerais da produção capitalista (ACSELRAD, 2001).

Nesse sentido, o Estado ao seguir esses modelos de planejamento urbano para manter-se como gerenciador do turismo, parece atender mais o crescimento da demanda mundial em torno da atividade, já que intensifica as desigualdades sócio-espaciais pela concentração na distribuição e oferta dos serviços e benefícios públicos.

### 2.3 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: a produção de espaços para o lazer e consumo

A ideia de urbanização turística não só está direcionada ao (re)ordenamento de territórios para fins exclusivamente turísticos, como sugere, de um lado a transformação do espaço em mercadoria – na qual, ao valor de uso dos territórios está submetido o valor de troca – e de outro, a configuração de novas relações de produção e consumo que revestem o espaço de novos significados (ALMEIDA, 1997; RODRIGUES, 1999; LOPES JÚNIOR, 1997; SILVA, 2004; OURIQUES, 2005).

Tais características são entendidas a partir do enfoque do consumo do espaço e da produção de novos espaços de consumo movidos para e pelo o turismo. Conforme Rodrigues (1999), Luchiari (2000) e outros autores, o consumo do espaço está contido nos processos de desterritorialização e reterritorialização, nos quais há uma apropriação direta e indireta do



território, das paisagens e dos recursos. Essa apropriação se apresenta como o primeiro processo de produção e consumo, pois promove a redefinição das formas sócio-espaciais associada às bases paisagísticas – elementos naturais como o clima, a vegetação e o relevo; e elementos culturais, como festas populares e arquitetura – peculiares dos territórios atraentes para o turismo (LOPES JÚNIOR, 1997; RODRIGUES, 1999; SILVA, 2004).

A produção dos espaços para o consumo, por sua vez, compreende a transformação do lugar com o arranjo de novas formas espaciais que atendam diretamente o turismo. Trata-se, para Silva (2004), de uma “cenarização planejada do espaço”, na qual se incorpora uma variedade de empreendimentos hoteleiros, centros comerciais, parques de diversão, juntamente com a introdução de novas materialidades para o consumo, como o café expresso, a coca-cola, o fast-food, o artesanato, as roupas com a logomarca do destino turístico e outros objetos (LUCHIARI, 2000; RODRIGUES, 1999; SERRANO, 2000). Silva (2004) ainda acrescenta que a construção desses equipamentos é relacionada aos elementos naturais e culturais, de forma que a cenarização trabalha na reprodução desses espaços na mais perfeita similaridade. Ao relevo montanhoso e ao clima frio são associadas a arquitetura de chalés de madeira típicos do cenários europeus, juntamente com os vinhos e os chocolates; aos espaços litorâneos, uma parede de edificações com varandas com vista para o mar e uma avenida principal na beira mar com quiosques, rede de restaurantes e quadras de esportes.

Esse detalhe é visto como um dos principais paradoxos do turismo, pois, torna os lugares semelhantes entre si, criando a sensação de *déjà vu* e oferecendo a possibilidade de imaginar o lugar como se estivesse lá (MURICY, 2001; YCARIM, 2001). Contudo, o objetivo é evidenciar aspectos visuais desejáveis – em particular, pela afirmação do conforto, da diversão, da alegria e do prazer – que criem dicotomias, tais como fronteiras entre espaços de lazer e trabalho, pois o sentido de “escape”, de ruptura com o cotidiano e de sensação de liberdade, estabelecem as antíteses entre a fantasia, o imaginário e a realidade, que são metáforas representativas das experiências turísticas e que dão sustentação a atividade (MURICY, 2001; DAMIANI, 2002; SILVA, 2004; YCARIM, 2001).

Alguns autores, como é o caso de Lopes Júnior (1997) e Muricy (2001), com base nesse contexto, classificam os lugares turísticos como espaço de “desordem ordenada”, sugerido por Featherstone (1995), que corresponde a lugares que prometem um leque amplo de experiências e sensações exóticas e desconhecidas, ao mesmo tempo, em que incluem a exposição de uma variedade de mercadorias familiares – como é o caso da coca-cola – relacionadas à agitação, aos prazeres, a liberdade e a fartura de consumo.

Para Guimarães (2006) e Silva (2004) esse aspecto gira em torno na questão “autenticidade” *versus* “inautenticidade” dos atrativos turísticos, de um lado pela produção da paisagem que confunde a análise da relação entre ambiente natural e ambiente construído, e de outro pela experiência turística vivida, uma vez que, o ambiente inautêntico aproxima o turista de “[...] uma montagem que quase sempre está muito distante da realidade.” (KRIPPENDORF, 2001, p.43).

Quando o turista entra em contato com a realidade concreta, provavelmente não deixa de notar os bastidores da vida real; porém, os lugares que frequenta – o hotel, o restaurante, o centro comercial, apresentam um cenário ou mesmo uma fachada arquitetônica que o coloca a salvo da convivência com o lado menos glamuroso da cidade, como bairros pobres da periferia e áreas degradadas. Às vezes bairros inteiros ou pedaços da cidade são construídos para os turistas, desviando a atenção, e não raras vezes camuflando, a porção da cidade comum, sem atrativos para o turista-padrão, onde as pessoas moram, trabalham e também tem o seu lazer (SILVA 2004, p 22).

É nesse sentido, que alguns autores sugerem que os espaços turísticos são como não-lugares, espaço vazio ou falsos lugares. Augé (1997), por exemplo, afirma que os atrativos turísticos são construídos para certos fins e promovem uma relação fictícia entre o olhar e a paisagem, por isso são não-lugares. O autor propõe uma reflexão sobre os não-lugares partindo de uma oposição com a noção do lugar antropológico, e afirma que os lugares se definem como identitário, histórico e relacional, quando expressam um princípio de sentido e de compartilhamento entre aqueles que o habitam, isto é, define-se como o lugar onde se nasceu, onde se vive, onde se trabalha, onde se mantém as disposições sociais e as normas de residência, onde se tem referências dos antepassados (AUGÉ, 1994). Ao passo que o não-lugar, não se constitui num dispositivo espacial de identidade, relação e história, pois representa um mundo efêmero, de ocupações provisórias, da superabundância de acontecimentos e de individualização das referências (AUGÉ, 1994).

Nessa perspectiva, Augé (1997) analisa lugares turísticos, como a Disneylândia e o Central Park em Nova York, os definem pelos excessos da circulação de pessoas, imagens, informações e mercadoria, e afirma que o que está em jogo é criar ambientes para o simulacro e a fantasia, cujas práticas sociais distanciadas da realidade realizam-se meramente através das compras e das fotografias.

Ycarim (2001) também discute essa perspectiva da produção de não-lugares, e argumenta que se apoiando nas técnicas de *marketing* o turismo constrói cenários artificiais e/ou transforma paisagens comuns e naturais em imagens que passam a evocar uma diversidade de sensações, como desfrute, aventura, sensualidade, romance e liberdade.

Segundo o autor é como se os lugares, rodeados de iconicidade, tentassem representar outro lugar. Nesse sentido, Ycarim (2001), bem como Ribeiro e Barros (1997), citam como exemplo dessa representatividade, a construção do Megaprojeto turístico em Cancún, onde uma praia praticamente selvagem, habitada apenas por pescadores, transformou-se no segundo ponto de maior afluência do turismo global, simulando um México idílico no litoral paradisíaco do Caribe.

De acordo com Featherstone (1995, p. 143), essas são as características das cidades pós-modernas, pois vinculadas a signos e imagens, são transformadas em centros de lazer, consumo e entretenimento, “[...] ao ponto de qualquer coisa poder ser representada, tematizada e transformada em objeto de interesse, de observação turística”. O autor cita sítios históricos revitalizados para serem revisitados, museus e galerias de artes que passam a agradar platéias mais amplas, e o “populismo” dos parques temáticos, *resorts*, *shopping centers* e lojas de departamentos, que além simularem uma variedade de experiências culturais e de lazer, criam a imagem da cidade e dão importância a mesma sob condição de intensa competição.

Por esse contexto, de acordo com Muricy (2001) o turismo participa de maneira muito particular dos processos de planejamento e construção das cidades contemporâneas, pois, o ordenamento do espaço, especialmente no que diz respeito aos investimentos públicos, passa a contemplar não apenas a estrutura urbana, mas a imagem – o rótulo, o símbolo identitário – que a cidade precisa ter de si mesma. “Tais imagens funcionam como o capital simbólico das cidades, ao tempo em que refletem as mudanças socioeconômicas, espaciais e culturais decorrentes de suas inserções no mercado turístico.” (MURICY 2001, p. 128).

A transformação das cidades litorâneas nordestinas em atrativos turísticos, por exemplo, assemelham-se a este aspecto, segundo a autora, já que buscam mudar à imagem de pobreza à sensualidade das características naturais e culturais condicionadas ao desenvolvimento do turismo. Assim, tornam-se cenários e “cartões-postais” com o destaque dos principais elementos – as praias, o folclore, o exotismo do lugar e das pessoas, etc. – que as caracterizam como cidades construídas para o lazer e turismo, como é o caso de Porto Seguro na Bahia e Natal no Rio Grande do Norte (MURICY, 2001).

Nessa construção de cenários, o desenvolvimento do turismo e, por conseguinte, a chegadas de novos atores sociais, promovem a valorização econômica do território e da cultura, o fomento de novas sociabilidades e o aparecimento de novas demarcações temporais – baixa e alta estação determinadas por demandas turísticas – que se sobrepõe as referências cronológicas da esfera local e aos antigos vínculos de sociabilidades pré-existent

(MURICY, 2001). “[...] o ritmo da cidade é totalmente modificado e passa a ser condicionado por elementos de fora, representados pela racionalidade da indústria turística e pelos desejos, expectativas e valores em relação à vivência na cidade por parte daqueles que a visitam.” (MURICY 2001, p. 186).

Contudo, mesmo diante dessas características, a autora ressalta que a noção de não-lugar nem sempre é adequada para se referir as cidades turísticas, pois, algumas delas, como é o caso das cidades históricas, não deixam de simbolizar referências e elementos de identidade para a comunidade local, e até mesmo para os turistas que, em alguns casos, retornam ao lugar visitado e mantêm lembranças e contatos sociais a partir dessas visitas. Nesse sentido, para Muricy (2001), a noção de lugar-mito, isto é, um lugar que abre possibilidade para imaginação, parece ser mais adequada em alguns casos de destinos turísticos.

Augé (1994), no entanto, afirma que da mesma forma que o lugar, enquanto relação de história e identidade, nunca se apaga completamente, o não-lugar nunca se realiza totalmente, isto é, não existe na sua forma pura. Sendo assim, criando um não-lugar e/ou uma cidade-mito, a urbanização para e pelo o turismo reveste o espaço de novos significados, uma vez que sugere uma experiência metamorfoseada e aparentemente diferente da vida cotidiana, sendo esta última transformada em vivência estressante e carregada de descontentamentos para serem aliviados por meio das sensações promovidas pelo lazer turístico (DAMIANI, 2002).

Esse novo contexto não só repercute sobre a organização do espaço urbano geográfico, como cria novos padrões de uso e apropriação do mesmo, uma vez que seu usufruto se torna restrito para públicos específicos (RODRIGUES, 1999). A concentração de hotéis, pousadas, condomínios de segunda residência, e outros equipamentos planejados, além de possibilitar a configuração de uma nova classe social, tem como resultado a imposição de limites para determinados segmentos sociais que não se inclui aos processos de turistificação espacial. Até a infra-estrutura básica e de apoio implantadas sob a responsabilidade do Estado, configuram-se nessa lógica, pois, os principais serviços públicos, tais como as rodovias de acesso, o sistema de transporte urbano, os postos de saúde, os postos de telefonia, entre outros, localizam-se nos espaços construídos para fins turísticos, tornando-se bens de uso coletivo, mas não público, já que o uso é destinado a determinados consumidores dos espaços (RODRIGUES, 1999).

Essas considerações, acerca da transformação do espaço em atrativo turístico por meio da urbanização concentrada e planejada, são importantes para compreender o contexto dos

novos processos de exclusão sócio-espacial que se fazem presentes no desenvolvimento do turismo.

#### 2.4 ORDENAMENTO DO ESPAÇO LITORÂNEO PARA O TURISMO: novos processos de segregações sócio-espaciais

Grande parte do que tem sido pesquisado a respeito dos impactos do ordenamento dos espaços litorâneos para o desenvolvimento do turismo, corresponde à caracterização da intensa concentração de empreendimentos turísticos gerando disputas nas formas de uso e ocupação dos espaços – particularmente aqueles espaços que concentram os principais recursos naturais, culturais e paisagísticos –, bem como, aos impactos que a atividade proporciona a comunidade local, modificando suas atividades tradicionais e suas condições de existência.

Nesse último aspecto, a redução do acesso aos recursos naturais; a apropriação das terras para instalação de grandes complexos hoteleiros; a substituição das atividades tradicionais da população pelo trabalho assalariado nos empreendimentos turísticos; a dificuldade de acesso da população aos benefícios públicos e privados decorrentes da atividade; a intensificação de fluxos migratórios pela expansão urbana; o surgimento de mudanças culturais nos hábitos alimentares, nas relações de gênero nas famílias tradicionais; as transformações lingüísticas; a interferência na tranquilidade e privacidade; são todos impactos sócio-espaciais e culturais destacados com o desenvolvimento turístico (BANDUCI JR. e BARRETTO, 2001; RIBEIRO e BARROS, 1997).

Apesar do reconhecimento que outras dinâmicas influenciam diretamente o processo sócio-espacial e cultural de uma comunidade – já que essas particularidades não são estáticas – como, por exemplo, os meios de comunicação, a urbanização, a modernidade e outras atividades industriais (BANDUCI JR. e BARRETTO, 2001) a questão da velocidade em que as mudanças acontecem com a chegada do turismo e o fato da atividade ser direcionada para um fluxo de massa no sentido de se tornar rentável, são características que impõe às populações a rápida adaptação à lógica do mercado turístico.

Assim, esses impactos e processos de segregação sócio-espacial são tratados como uma das principais consequências negativas do desenvolvimento turístico, que progressivamente vai tirando de cena a população local que não corresponde aos cenários estéticos produzidos para o turismo – exceto quando se tornam parte da espetacularização produzida pela atividade. Porém, outra forma de exclusão social, por meio da segregação do

lazer, tem se apresentado de forma mais direta nos espaços litorâneos, apesar de ainda pouco estudada ou reconhecida. Trata-se da exclusão da praia de um segmento social, no senso comum conhecido por “farofeiros”, cujos perfis de práticas de lazer e padrões de consumo são considerados incompatíveis com a remodelação dos espaços para o desenvolvimento do turismo (ALACANTARA, 2005).

De acordo com o Dicionário Escolar da língua Portuguesa (BUENO 1986, p. 481) o termo farofeiro significa “aquele que tem farofa ou jactância”. No senso comum, é designado às pessoas que, munidas de alimentação – comida e bebida – churrasqueira, carvão, tendas, cadeiras e outros itens, se juntam em caravanas para passar um dia de lazer na praia (ARRUDA, 2010; BRUHNS, 2000). Essas caravanas, na maioria das vezes realizadas por meio de ônibus de excursão, são organizadas de forma coletiva por ser uma maneira facilitada às condições de vida das classes populares e existe um amplo setor alternativo promotor desses passeios, que não estão vinculados às agências de viagens ligadas ao setor turístico (ALCANTARA, 2005).

O excursionismo é considerado uma modalidade de lazer cuja permanência não ultrapassa 24 horas no local visitado e, apesar de sua prática ser realizada para outras manifestações de cultura e lazer, como festas populares, parques de diversão, romarias, feiras, etc. (ARRUDA, 2010), é tradicionalmente organizado para o domingo de sol na praia, já que, o domingo representa o dia de folga do trabalho e a praia uma opção de lazer de baixo custo para uma parcela significativa da sociedade (RODRIGUES, 2001).

Esse público, que usufrui os espaços da praia, principalmente, para o lazer, pode ser considerado o primeiro estrato social diretamente excluído do processo de desenvolvimento turístico, já que, diferentemente da população local, não possui a ocupação dos espaços e não utiliza os recursos naturais como base de produção de subsistência, características essas que, na maioria das vezes, contribuem na reivindicação do direito no território. Talvez esse seja um dos motivos que justifica certa invisibilidade do uso do espaço praiial por esse segmento social, pois, poucas são as pesquisas acerca do espaço litorâneo como área de lazer que trazem o enfoque dessa prática.

Os estudos de Alcantara (2005) e de Arruda (2010) são uns dos poucos que trazem uma caracterização do lazer das excursões populares, sendo que a pesquisa desta última está centrada no excursionismo em áreas lagunares da região potiguar do Rio Grande do Norte, ao passo que o estudo de Alcantara (2005) trata do excursionismo nas praias do litoral do Rio de Janeiro. Porém, ambos os pesquisadores, baseiam sua discussão na negligência e vulgarização da mobilidade desse segmento, por parte do poder público e outros agentes

sociais, em função do ordenamento do espaço para o desenvolvimento do turismo. De acordo com Alcantara (2005), as pessoas da classe média fogem dos pontos onde se concentram os “farofeiros” e os pobres, por esse motivo, as intervenções no território para a atividade turística tendem a privilegiar a apropriação dos espaços por parte dos públicos consumidores e rechaçar a popularização das atividades marcada pela informalidade de suas relações.

Assim, a designação dos públicos populares ao termo “farofeiro” se insere em um contexto social amplo, pois diz respeito às formas como os excursionistas se organizam para usufruto do lazer; o tipo e a qualidade do transporte utilizado na viagem – normalmente visto como de baixo padrão; o tipo de produto e serviço consumidos; e as atividades de diversão realizadas nos espaços da praia. Além disso, os estereótipos, que cercam as representações sociais dos excursionistas populares, associam o segmento à população de baixo poder aquisitivo, pouco consciente às questões ambientais, que causa uma série de problemas às áreas receptoras, uma vez que, suas ações e comportamentos – em especial, o ato de trazer a comida de casa para comer na praia – são vistas de forma simbólica como práticas desviantes que não estão em acordo com as configurações sócio-espaciais, estéticas e paisagísticas para o desenvolvimento turístico (ALCANTARA, 2005; ARRUDA, 2010; BRUHNS, 2000).

Essa visão tem sido uma das principais causas para justificar certos processos de privatizações da praia, pois, diante do surgimento de impactos ambientais pela presença desse segmento social, os atuais modelos de planejamento público buscam estabelecer barreiras e restrições à mobilidade dessas pessoas, como, por exemplo, adotar cobrança de taxa de turismo para a entrada, circulação e permanência dos ônibus de excursão na praia.

Estudos anteriores mostram que essa restrição já foi adota como uma tentativa de distanciamento entre classes sociais, no momento que o usufruto lúdico da praia tornou-se popular enfraquecendo o caráter elitista que até então predominava em certos balneários turísticos (URRY, 2001). Atualmente, em várias praias do litoral brasileiro essa arrecadação é justificada para gerar receita adicional para ser revertida em obras de infra-estrutura, controlar a massificação do lazer e garantir a preservação e conservação ambiental da praia.

Entretanto, tal disciplinamento, já adotado em muitas faixas litorâneas pelo poder público municipal, impõe novos modelos de organização e uso do território, coíbe o acesso dos “farofeiros” as áreas balneares, já que suas limitações de renda não permitem o pagamento da taxa de turismo, bem como, desarticula a dinâmica de uma prática tradicional de parte significativa da população, que buscam a atividade como aproveitamento de seus escassos momentos de folgas (ALCANTARA, 2005).

Vale destacar que o fato de parte do segmento ser formado por pessoas pobres, com significativa parcela de negros, inclui esse público numa estratificação social inserida no processo histórico de preconceito, o que torna o controle para acesso à praia uma ação discriminatória no usufruto do lazer e no uso do meio ambiente. Por esse motivo, tal processo pode ser discutido sob a perspectiva de racismo ambiental, pois, como já visto, o termo chama atenção para uma forma de discriminação institucionalizada que, ambientalmente – isto é do ponto de vista social, econômico, ecológico, político e cultural – afeta, prejudica e promove um tratamento injusto para uns, ao passo que defende, protege e intensifica vantagens e privilégios para outros (BULLARD, 2001).

Herculano e Pacheco (2006) definem o racismo como um pré-conceito, um juízo antecipado, fixo e negativo a respeito de alguém ou de um grupo, que desqualifica e desumaniza, cria e dissemina para senso comum “verdades” gerais concebidas a partir de visões de formadores de opiniões específicas – tais como jornalistas, professores, políticos, policiais, artistas, etc. A prática do racismo, de acordo com as autoras, implica na aceitação da pobreza e desigualdade de enorme parcela da população, bem como, na legitimação de ações sociopolíticas excludentes. Como é o caso das políticas públicas segregacionistas voltadas para o desenvolvimento do turismo, que desqualificam simbolicamente o lazer dos segmentos populares para justificar os mecanismos de exclusão dos mesmos dos espaços da praia (ALCANTARA, 2005).

Vale lembrar que, para a maioria dos “farofeiros” a escolha e motivação para freqüentar uma determinada praia provem de referências familiares ou de amigos e, em alguns casos, a praia se torna estância tradicional das excursões populares, isto é, um lugar onde todos se encontram, se conhecem e restabelecem relações sócio-espaciais antigas. Uma vez submetidos ao pagamento de uma taxa para ter acesso à praia, os excursionistas se vêem obrigados a procurar novas paisagens para novamente transpor suas formas de sociabilidade em outros espaços.

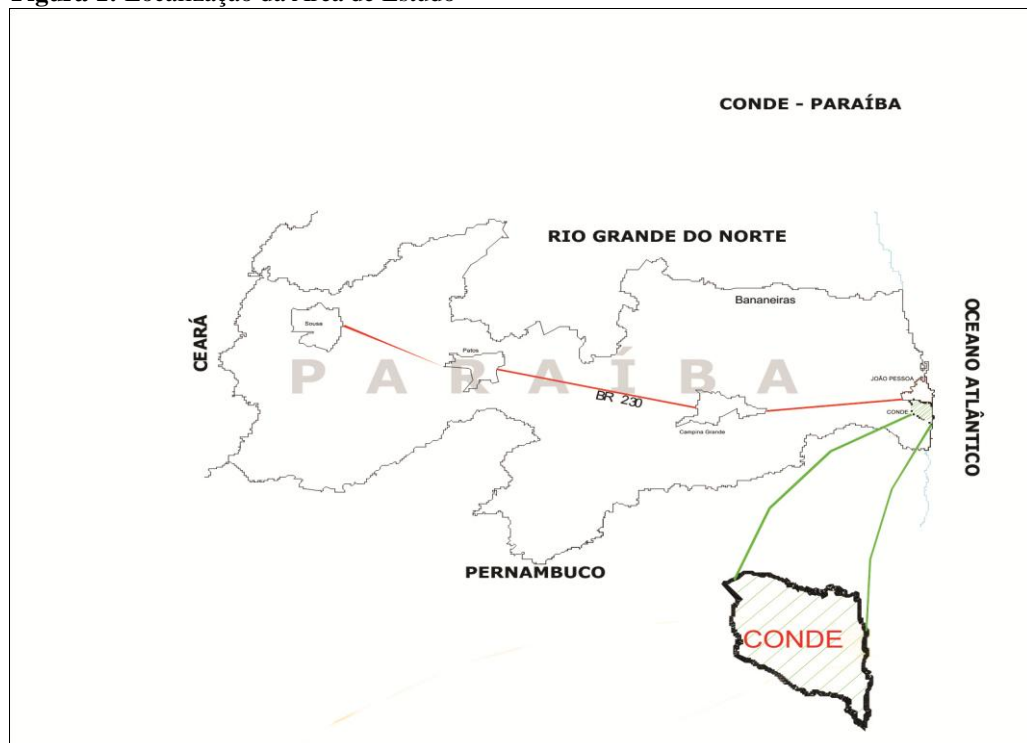
Esse aspecto compreende o que pretendemos discutir nessa pesquisa, não só pelo fato do objeto de estudo escolhido envolver a implantação de uma política de turismo que excluiu os segmentos populares da praia, mas, pela presença de outro público de excursionista – que são tratados como “turistas” – cujo padrão de consumo é visto como um indicador de receitas para localidade, tornando a prática de lazer desse público sócio-economicamente aceita e estimulada, bem como, condizente com os discursos vigentes do turismo como atividade promissora.



### 3 MUNICÍPIO DO CONDE: cenário geoeconômico

O município do Conde encontra-se situado na Microrregião do Litoral Paraibano, entre as coordenadas geográficas de Latitude Sul 07°15'35'' e Longitude Oeste 34°54'27''. Limita-se ao norte, com o município de João Pessoa; ao sul, com o município de Pitimbu; a leste, com o Oceano Alântico; e a oeste, com os municípios de Alhandra e Santa Rita (GUEDES, 2005; SILVA, 2010).

**Figura 1:** Localização da Área de Estudo



Fonte: BEZZERA, 2006

As principais vias de acesso ao Conde são a BR-101, a rodovia PB-018 e a rodovia litorânea PB-008 que se destinam à sede municipal e à praia de Jacumã (GUEDES, 2005; SILVA, 2010). Além da sede municipal, o Conde possui Jacumã como distrito do município, que ascendeu a esta condição em 1997, e que tem como balneários as praias de Gramame, do Amor, de Jacumã, de Carapibus, de Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e praia Bela (IBGE, 2010). A costa do conde possui 30 quilômetros de praia, inicia em Gramame, que faz divisa com o município de João Pessoa/PB, e termina em Praia Bela, que faz limite com o município de Pitimbu/PB (GUEDES, 2005; SILVA, 2010).

O município possui segundo dados do IBGE (2010) 21.400 habitantes residentes, concentrando 14.487 habitantes na área urbana e 6.913 na área rural. Com uma taxa de

urbanização correspondente a 54,24% do território, a infra-estrutura básica da região apresenta-se ainda precária quanto ao esgotamento das águas pluviais e residuais domésticas. Na zona urbana, boa parte dos domicílios possui instalações sanitárias com predominância das fossas sépticas, estas também utilizadas pela população da zona rural, além do uso comum de outras formas rudimentares para o destino final dos dejetos (SILVA, 2010).

O abastecimento de água é fornecido pela CAGEPA - Companhia de Água e Esgoto da Paraíba, no entanto, apenas uma parcela dos domicílios cadastrados tem ligação com a rede pública, a maioria dos domicílios é abastecida por poços artesianos administrados pela prefeitura – devido à disponibilidade de água no lençol freático considerado de excelente qualidade e bastante superficial – que, entretanto, não oferece adequado controle dos gastos da água (SILVA, 2010). Com relação ao sistema de coleta de lixo, esse serviço é ainda deficitário, pois apesar da maioria dos domicílios serem abastecidos pela coleta de lixo realizada pela prefeitura municipal, uma parcela significativa tem destinação imprópria dos resíduos, como, por exemplo, o descarte ao céu aberto em terrenos baldios (SILVA, 2010).

Quanto aos aspectos naturais, o município do Conde possui um clima tropical quente e úmido, com presença de chuvas abundantes no outono-inverno. A região apresenta solos do tipo arenoso e argiloso, o relevo com características acidentadas destacando-se as formações do tipo morros, vales, baixadas litorâneas, mangues, várzeas e tabuleiros (BONFIN, et al., 2004). O município é banhado por duas importantes bacias hidrográficas, a do rio Gramame, ao norte, que faz divisa com o município de João Pessoa, e a bacia do Graú, ao sul, além dos riachos: da Bica, Ipiranga, Estiva e Pau Ferro (SILVA, 2010).

No terraço dos rios o relevo é plano e os solos muito férteis, sua vegetação é composta por vegetação pioneira, manguezais – que se originam nos baixos cursos desses rios e que deságuam no litoral, ficando sujeitos à ação das marés – e Mata Atlântica. A vegetação pioneira trata-se de uma formação vegetal herbácea, adaptada às condições de elevada salinidade, e algumas espécies apresentam folhas suculentas como defesa à seca fisiológica local (BONFIN, et al., 2004; SILVA, 2010). A variação das espécies é pequena, destacando-se a salsa de praia, no entanto, à medida que se afasta da praia, devido a diminuição do teor de sal e o aumento da quantidade de matéria orgânica do solo, pode-se encontrar vegetação de porte semi-arbustos e arbustos (BONFIN, et al., 2004; SILVA, 2010).

O perfil de atividades produtivas do município caracteriza-se no setor primário por atividades definidas na agricultura, a maioria delas, na cultura temporária de frutas e grãos como abacaxi, graviola, maracujá, laranja, mamão, feijão, inhame, mandioca, cana e etc.; e na

pecuária no rebanho de bovinos, suíno, caprinos e galinhas. Neste setor, a estrutura fundiária caracteriza-se pelas pequenas e médias propriedades rurais (BONFIN, et al., 2004).

No setor secundário, boa parte das indústrias de João Pessoa – como a COMPEL, (indústria de papel) e a indústria Cerâmicas Elizabeth – localiza-se no município do Conde em razão da proximidade com a Capital, que dispõe de infra-estrutura e fatores favoráveis à atração de empreendimentos industriais (BONFIN, et al., 2004). No setor terciário as atividades comerciais são tipicamente tradicionais, os estabelecimentos comerciais como mercearia, bar, farmácias, sorveterias, lanchonete, salão de beleza, armarinhos, lojas de confecções, postos de gasolina, minimercados, entre outros, representam uma das atividades prioritárias.

No setor de serviços, a prefeitura municipal tem também investido nos últimos anos na atividade turística como proposta para o desenvolvimento da região. O projeto público para o turismo tem como eixo central a atração de investidores e de turistas que utilizem os meios de hospedagem da localidade, e apesar de possuir poucos equipamentos e serviços específicos para o atendimento turísticos, atualmente, o município dispõe de 45 meios de hospedagem em funcionamento.

A atividade turística na região teve um grande impulso a partir da construção da Rodovia Abelardo Jurema, a PB-008, que interliga o distrito de Jacumã diretamente à orla marítima de João Pessoa (GUEDES, 2005). A rodovia PB-008, financiada com parte dos recursos do PRODETUR, diminuiu o percurso entre João Pessoa e Jacumã, o que facilitou o acesso de turistas e a especulação imobiliária, como também, trouxe um significativo processo de urbanização turística para o município. (GUEDES, 2005; SILVA, 2010). Entretanto, várias intervenções ainda precisam ser realizadas na referida rodovia, pois, desde sua construção faltam acostamentos, sinalização e iluminação adequada, cabeceiras de ponte, além de manutenção das condições asfáltica.

Mesmo o turismo sendo uma atividade ainda incipiente, o fomento turístico em torno da região já é bastante forte no Estado. Uma das principais ações de *marketing* realizada é a instalação de um *stand* de divulgação turística em centros comerciais de outros Estados – como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Distrito Federal – por parte da prefeitura, que aluga o espaço, e algumas pousadas que montam a “ilha” para divulgação dos atrativos da região.

Os recursos naturais e as belezas paisagísticas compreendem o principal potencial atrativo para divulgação. Os trinta quilômetros de faixa litorânea abrangem uma diversidade ecossistemas com falésias emolduradas por coqueirais, barreiras de corais, lagunas costeiras,

manguezais, além das praias propícias para banhos, práticas de esportes náuticos e naturismo. Por esse motivo, as praias são referências turísticas da Paraíba, Tambaba, por exemplo, de destaque internacional por ser considerada a primeira praia naturista do Nordeste.

Uma característica bastante singular na região é a presença de espaços poucos ou ainda não explorados pela atividade turística. O que se torna um diferencial para turistas, pela oportunidade de conhecer praias pouco urbanizadas ainda com seus aspectos naturais primitivos, e uma vantagem para empresas do setor hoteleiro, pela possibilidade de obter facilidades para investir na região, tendo em vista a carência e necessidade da implantação de equipamentos turísticos diante da demanda que cresce a cada dia.

No entanto, o suporte infra-estrutural para o desenvolvimento da atividade ainda é precário, sobretudo, no que diz respeito à distribuição de água e a rede de esgotamento sanitário. Em função disso o poder público promove parcerias com investidores hoteleiros, que se responsabilizam pelos principais investimentos infra-estruturais essenciais para o funcionamento do empreendimento, e em contrapartida a prefeitura garante descontos ou isenções de imposto ao investidor. O caso do hotel *resort* Mussulo, recém inaugurado na praia de Tabatinga, é um exemplo, pois, o Grupo Mantra *Resorts* se compromissou com a pavimentação da principal via que garante o acesso entre o empreendimento e a faixa litorânea.

De acordo com Valente (2007) atualmente as parcerias público-privadas - PPPs, tem se apresentado como uma solução viável para a Administração Pública oferecer os serviços necessários à população, sobretudo na área de infra-estrutura que, muitas vezes, demanda investimentos que ultrapassam os recursos orçamentários para o setor. Além disso, a iniciativa privada, como patrocinadora à concessão de serviços ou obras públicas, ganha maiores oportunidade de explorar seu empreendimento para garantir o retorno financeiro e ampliar suas estratégias econômicas, particularmente, quando se trata de empresas transnacionais que concentram um grande volume de capital produtivo (VALENTE, 2007).

Apesar da viabilidade de investimentos para ambas as partes e desta parceria ser apresentada como uma aliança importante no planejamento turístico, as PPPs tem sido destacadas também como parte do discurso desenvolvimentista da atividade (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2000), pois, como já discutido, na maioria das vezes as obras de melhoramento de infra-estrutura concentram-se nas localizações privilegiadas dos empreendimentos turísticos, não contemplando as áreas de habitação da comunidade.

### 3.1 A PRAIA DE JACUMÃ ENQUANTO ESTÂNCIA TURÍSTICA

A praia de Jacumã, com um trecho de aproximadamente 1.788 metros, se configura com presença de falésia, manguezal, pouca cobertura vegetação e localiza-se na área que representa o maior núcleo urbano do município do Conde (SILVA, 2010). Seu processo de urbanização inicia-se com o loteamento das áreas próximas à faixa litorânea e, por conseguinte, o deslocamento dos pescadores da praia para ocupação dos espaços mais internos da localidade, o que possibilitou a construção das primeiras segundas residências e dos primeiros equipamentos de lazer à beira mar.

Atualmente, a praia de Jacumã além de dispor de uma considerável infra-estrutura básica e de acesso – ruas pavimentadas, circulação de transporte público, energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água – em relação às outras áreas balneares da região, concentra no entorno grande parte dos meios de hospedagem e um centro comercial, com farmácia, bares, restaurantes, mercados de pequeno e médio porte, padarias, lanchonetes, lojas, posto de abastecimento de combustível, entre outros.

**Figura 2:** Imagem aérea do trecho da praia de Jacumã.



**Fonte:** Patrimônio da União, 2005.

Do ponto de vista da transformação da praia em destino turístico, a urbanização turística é percebida pela ocupação espacial dos empreendimentos turísticos e a forte especulação imobiliária que, significativamente, começa a mudar os espaços físicos e sociais de Jacumã. A oferta por hospedagem, a extensão de áreas loteadas e a forte concentração de propagandas publicitárias – *outdoors*, cartazes, faixas, letreiros divulgando imóveis, atrativos

e empreendimentos – são exemplos de ações que promovem a valorização dos espaços e mudanças nas paisagens da praia.

A expansão do veraneio, nesse contexto, pode ser considerada uma das formas de ocupação impulsionadora da urbanização na localidade, já que as segundas residências atraem investimentos imobiliários e garantem um fluxo considerável de visitantes na praia durante o verão. Neste período, o movimento de pessoas é freqüente, essencialmente na época de carnaval, pois o carnaval é motivo de grande agitação, e a praia de Jacumã por sua estrutura urbana e comercial torna-se a área central para receber visitantes.

Contudo, o uso dos espaços da praia por diversos atores sociais e para diferentes modalidades de lazer – população local, veranistas, excursionistas, turistas, visitantes de localidades próximas, empreendedores turísticos, comerciantes formais e informais e etc. – tornaram a praia símbolo do turismo de massa no município, especialmente, por ser referência da prática do excursionismo.

O excursionismo em Jacumã envolvia a presença de dois públicos distintos: os excursionistas populares, mais conhecidos por “farofeiros”, e os turistas excursionistas. As excursões de “farofeiros”, típicas dos domingos de verão, correspondem aos ônibus fretados por pessoas vindas do interior da Paraíba ou de Estados vizinhos – como é o caso de Pernambuco, limítrofe do litoral sul da Paraíba – que normalmente partilham, além do transporte, a alimentação, muita brincadeira e animação nos espaços da praia. As excursões turísticas são organizadas, no período de alta estação, por agências de viagens para que turistas hospedados em João Pessoa tenham a possibilidade de conhecer os atrativos do entorno – isto é, a Costa do Conde – mediante o excursionismo.

O excursionismo popular sempre foi considerado uma prática de lazer responsável pela imagem de Jacumã como a praia da “farofa”, da “bagunça” e da “cachaça”, tanto que alguns informes publicitários recomendavam evitar a praia aos domingos diante da diversidade social que se encontrava nos espaços da praia. As excursões empreendidas por turistas, ao contrário, proporcionam a praia o *status* de destino turístico, pela presença de visitantes com certo poder aquisitivo, que mesmo consumindo os produtos e serviços turísticos da região apenas por um dia, são considerados potenciais clientes dos empreendimentos. Vejamos como exemplo, um comentário que relata a presença dos “farofeiros” na praia de Jacumã capturado de um portal de notícias da Internet.

**Figura 3:** Texto que retrata estigmas e preconceitos à presença dos públicos populares praticante do excursionismo na praia de Jacumã/PB.

## **De novo os farofeiros**

Em 06/11/2006 às 06:11

Se é verdade que a praia é um espaço democrático a ser desfrutado por ricos e pobres, também verdade é que todo brasileiro tem a obrigação de ser limpo, de não emporcalhar as ruas. Mas os farofeiros que invadem Jacumã à cada domingo não querem saber desta segunda parte. Deixam as ruas cheias de destroços, de copos descartáveis, de litros de Ron Montilla e Cachaça 51 vazios, de cascas de bananas, de pacotes de biscoitos, de ossos de galinha e, em algumas vezes, de bosta.

Neste domingo que passou não foi diferente. Eles chegaram aos bandos, trazendo seus cozidos, suas bebidas, suas bugingangas. Vieram de Jaboatão, de Juripiranga, de Campina Grande, de Esperança, de Bayeux, de Santa Rita e de Paulista. Contei mais de 50 onibus, que ficaram estacionados na rua calçada que dá para o Chifre de Ouro. Saíram a pé em direção ao mar e dava trabalho atravessar a imensa massa. Carregavam nas costas os equipamentos de trabalho. As mulheres eram feias, gordas, de buchos quebrados, as pernas cheias de veias, o couro da barriga enfeitado de estrias, chapas reluzentes e de imensas gengivas substituindo os dentes naturais.

O danado foi a volta, depois das 4. De novo as ruas cheias, só que, desta vez, a maioria embriagada, tombando pelos cantos, chamando para a briga, as mulheres com os biquinis frouxos deixando a aparecer pedaços de xoxota, regos de bundas e peitos amolecidos, todos entrando nos ônibus para a viagem de volta, o retorno da esbórnia.

Quando os ônibus partiram, ficou a lembrança, aquele amontoado de lixo, um retrato de terra arrasada, de ninguém. Se isso é turismo, então o prefeito do Conde inventou um jeito de divulgar suas praias que merece, no mínimo, uma repreensão. O turismo farofeiro não dá nem mesmo dinheiro ao município, pois os "turistas" já chegam abastecidos com suas cachaças, seus refrigerantes marca Sacy e as galinhas torradas com farofa que preparam na véspera da viagem e comem fria e sem gosto deitados na areia do mar.

**Fonte:** LUCENA, Tião, 2006 Disponível em: <[www.obeabadosertão.com.br](http://www.obeabadosertão.com.br)>

No site uma nota explica que o texto serve apenas de entretenimento e que as opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando as opiniões do referido portal. Entretanto, o texto revela uma série de estigmas acerca dos “farofeiros”, sendo alguns presentes no senso comum e outros bastante preconceituosos. De acordo com o texto, os excursionistas populares mesmo estando no seu tempo livre, isto é, no seu momento de folga do trabalho, são associados à condição de trabalhador, particularmente, trabalhadores braçais, o que agrega a identidade de uma série de categorias como baixa escolaridade, baixos salários, jornadas árduas de atividades, etc. Além disso, a chegada dos excursionistas à praia é vista como uma invasão – pois se considera que eles chegam aos “bandos” – ao passo que a saída dos mesmos, é associada ao aspecto de desordem, lixo e sujeira, ações que, segundo o autor, “merecem no mínimo uma repreensão”.

Durante alguns anos, no período de verão, essa era a interpretação da praia de Jacumã. A população flutuante superava a população residente e ultrapassava a capacidade de suporte da infra-estrutura local, que não atendia a nova demanda, propiciando inúmeros problemas como acúmulo de lixo, poluição sonora, engarrafamento, entre outros. Somando-se a isso, a

concentração desordenada do comércio formal e informal, e dos empreendimentos turísticos – com seus produtos e serviços – se diversificavam para atender as distintas demandas de visitantes que a praia atraía.

**Figura 4:** Praia de Jacumã/PB no período de carnaval.



**Fonte:** SILVESTRE, 2004.

Nesse contexto, na tentativa de controlar o turismo de massa e garantir a imagem e qualidade ambiental da praia enquanto estância turística, a prefeitura municipal deu início a algumas ações em prol do controle das atividades excursionistas no município.

Segundo moradores locais, no verão de 2006 a prefeitura do Conde reservou um espaço como estacionamento provisório próximo à aldeia de pescadores da praia de Jacumã, no entanto, apenas os ônibus das excursões populares eram orientados para estacionar no local, enquanto os ônibus de excursões turísticas tinham livre acesso para circulação e estacionamento. O objetivo era disciplinar o trânsito e diminuir o fluxo das excursões populares, uma vez que, o desembarque dos excursionistas no referido espaço de estacionamento ficava um pouco distante da praia, dificultando o acesso dos “farofeiros”, que tinham que descer alguns metros em direção à área balnear.

Contudo, tal medida não foi o suficiente para controlar os problemas de congestionamento na via principal do distrito municipal, e para dificultar a chegada das excursões populares à praia. Dessa forma, em 2009 foi implantada a Lei N. 575/2009 que cobra taxa para entrada dos ônibus de excursão nas praias da Costa do Conde. A Lei entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 2010, com a instalação de uma placa na entrada da praia de Jacumã informando os valores a serem pagos pelos veículos de excursão que transportam acima de doze pessoas; que não se destinam a algum empreendimento hoteleiro, colônias de



férias, *camping*, bar e restaurante do município; e que não seja excursão organizada por empresas regulamentadas de turismo. Tais critérios condicionam o pagamento da taxa apenas às excursões populares, já que as excursões turísticas são organizadas por agências de receptivos, devidamente regulamentadas pela EMBRATUR, e possuem parcerias com os empreendimentos turísticos da localidade.

A lei ainda determina que:

Art. 2º - Parágrafo Segundo - “O pagamento da taxa dará direito ao usuário de uma permanência máxima pelo período de 24 (vinte e quatro) horas, que, se ultrapassado, será devido novo pagamento da respectiva taxa, em igual valor”.

Art. 5º - “[...] a circulação e/ou estacionamento dos veículos de que se trata essa lei, em desacordo com suas disposições, implicará na multa de 50 (cinquenta) UFMs - Unidades Fiscais do Município do Conde e na remoção do veículo para depósito municipal.”

Parágrafo único - “A liberação dos veículos removidos só ocorrerá, mediante o prévio pagamento da multa imposta e das despesas com remoção e estadia.”

Art. 7º - “Os recursos provenientes do pagamento da taxa para a emissão do documento de ‘Autorização para Circulação de Veículo de fretamento e/ou de aluguel’ prevista nesta lei constituirão receita da Prefeitura Municipal de Conde.”

**Figura 5:** Placa fixada na entrada da praia de Jacumã/PB informando os valores da cobrança de taxa de Turismo.



Fonte: MACHADO, 2010

Em dezembro de 2010, a referida placa foi retirada da entrada da praia de Jacumã e a indicação do pagamento passou a ser realizada pela guarda municipal que faz plantão em trechos do município nos fins de semana e feriados prolongados, período que anteriormente as praias da Costa do Conde recebiam o maior fluxo de excursões populares.

De acordo com os guardas municipais, não sendo uma excursão legalizada é solicitado o pagamento da taxa conforme a categoria do veículo, se o pagamento não for realizado a guarda informa o retorno da excursão, pois a entrada não é permitida. Caso não seja realizado o retorno, o veículo é rebocado e multado em 1.200,00 reais. Segundo os guardas municipais a Lei de cobrança foi instituída diante da necessidade de gestão do espaço e o trabalho de fiscalização não tem a função de repressão, trata-se apenas de um paliativo no controle do fluxo do excursionismo.

Conforme gestor público municipal, essa política de turismo para o disciplinamento do excursionismo de massa na região, acompanha o Projeto Orla do município, que compreende um projeto de cunho urbanístico e ambiental, cujo objetivo é o ordenamento dos espaços litorâneos sob o domínio da União, buscando responder problemas ocasionados pelo crescimento do uso e pela ocupação irregular e desordenada que afetam o frágil ecossistema litorâneo (MMA, 2011).

Além do controle do fluxo do excursionismo, a prefeitura, por via do Projeto Orla, pretende (re)ordenar as instalações das barracas instaladas na praia de Jacumã, e promover algumas obras de urbanização, em particular, no que diz respeito à pavimentação dos acessos à praia. Atualmente a praia de Jacumã nos fins de semana, em especial nos domingos, recebe um fluxo de visitante bastante inferior e os únicos “farofeiros” que ainda freqüentam a praia são moradores ou veranistas da localidade, que também compartilham a prática de trazer sua alimentação para o usufruto do lazer na praia.

**Figura 6:** Praia de Jacumã/PB no período de carnaval.



Fonte: MACHADO, 2011

Contudo, o carnaval continua sendo um período de muita agitação, e apesar da ausência das excursões populares, a movimentação nas ruas principais da localidade é intensa. A região recebe um grande número de veranistas em busca de diversão, e em função dessa ocupação, alguns problemas são facilmente identificados, tais como, poluição sonora – é comum o uso dos famosos paredões de som automotivo que compreendem uma verdadeira “bomba” auditiva; concentração desordenada do comércio ambulante – os moradores locais aproveitam esse período para improvisar barracas nos espaços da praia; falta de água e queda de energia elétrica; acúmulo de lixo – incluem-se nesse ponto, as brincadeiras de mela-mela que contribuem na poluição dos espaços; excesso de álcool e, em alguns casos, confusão.

Certamente, temos que considerar que o carnaval representa um momento de grandes manifestações populares, no qual se torna comuns brincadeiras e comportamentos que transcendem o controle social e a ordem, da mesma forma, que a praia é um lugar bastante atrativo para o desfrute dessa comemoração, por significar um espaço público de fácil acesso a diversos estratos sociais. Sendo assim, na praia de Jacumã não seria diferente, especialmente, porque nesse período a prefeitura municipal inicia uma intensa propaganda a respeito do carnaval na região e monta palco para apresentação de bandas na quadra da praia. Além disso, muitos dos moradores locais, na oportunidade de ganhar uma renda extra, alugam suas casas para grupos de pessoas, o que torna o preço do aluguel bastante acessível – já que o mesmo é dividido entre o grupo – e permite a presença de um público diversificado na praia.

Ressaltamos apenas, a partir dessas características, que o perfil dos veranistas da praia de Jacumã, sobretudo, aqueles que costumam veranear no período de carnaval, em parte não se difere do perfil dos “farofeiros”. Aliás, em Jacumã, muitos dos veranistas são oriundos de Campina Grande/PB, cidade considerada pólo emissor de um significativo fluxo de excursão à praia. Nesse contexto, podemos dizer que Jacumã era um dos principais centros receptores de excursões populares no município, pois, considerando a praia como um espaço de encontros sociais e um lugar “onde se vê, e onde se é visto”, representava o “*point* do verão” para os residentes de algumas cidades, sendo para alguns segmentos o excursionismo a única possibilidade de frequentar a praia da grande “badalação.”

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 TRABALHOS DE CAMPO E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Não sendo mais possível encontrar as excursões populares na praia de Jacumã/PB, a pesquisadora percorreu outras praias a fim de identificar para onde se deslocaram as tradicionais excursões de “farofeiros”. A procura se realizou em outras praias do Litoral Sul da Paraíba, uma vez que a praia de Jacumã se localiza nesse segmento litorâneo do Estado.

Foram identificadas que quatro praias do Litoral Sul recebem um grande fluxo de excursionistas “farofeiros”: a praia do Cabo Branco, do Seixas, da Penha e do Sol, todas localizadas no município de João Pessoa, Paraíba. Contudo, a pesquisa selecionou a praia do Seixas, onde foi possível encontrar com mais facilidade os excursionistas populares que anteriormente freqüentavam a praia de Jacumã/PB.

A praia do Cabo Branco atualmente é a menos freqüentada pelos “farofeiros”, pois, segundo alguns motoristas dos ônibus de excursão, a praia possui uma área residencial de considerável padrão social, concentrar um conjunto de hotéis e pousadas na orla, além de restaurantes, bares e quiosque que oferecem serviços e produtos não acessíveis aos públicos populares. Um motorista chegou a afirmar: *“Se o pessoal quer mesmo ir pra praia do Cabo Branco, eu desembarco eles lá e venho pra o Seixas ou Penha. O pagamento que recebo não cobre almoçar na praia do Cabo Branco, é tudo muito caro.”*

A praia da Penha por abrigar a capela de Nossa Senhora da Penha, recebe um grande fluxo de excursionista popular, no entanto, grande parte desse público se aproxima do perfil de romeiros, já que a visita a capela e a missa celebrada às 9:00 horas da manhã do domingo representam uma importante motivação para a realização do passeio de excursão à praia. A praia do Sol, assim como era a praia de Jacumã no Conde, é referência do excursionismo popular em João Pessoa, porém, a partir de conversas informais com os motoristas dos ônibus e com alguns excursionistas, a maioria informou que sempre faz o passeio de excursão para a referida praia.

Diferentemente, na praia do Seixas grande parte dos motoristas dos ônibus das excursões populares e todos os excursionistas entrevistados na pesquisa, informaram que frequentavam a praia de Jacumã antes da implantação da lei de cobrança de taxa de turismo. Além disso, a partir de conversas informais, alguns dos excursionistas responderam que a primeira vez que visitaram a praia do Seixas através do passeio de excursão foi no verão de 2010, período em que o acesso as praias da Costa do Conde tornou-se restrito. Isso permite

concluir que a houve um deslocamento considerável das excursões populares de Jacumã para a praia do Seixas e justifica a escolha desta praia para o trabalho de campo e aplicação das entrevistas.

**Figura 7:** Praia do Seixas/PB



**Fonte:** MACHADO, 2011

Uma vez identificada a praia do Seixas como um espaço de atração das tradicionais excursões de “farofeiros” que freqüentavam a praia de Jacumã/PB, iniciou-se a pesquisa de campo na referida praia. Os primeiros contatos, por meio de entrevistas abertas, foram realizados com alguns motoristas dos ônibus de excursão e com alguns organizadores do passeio, mais conhecidos por fretantes. Essas entrevistas foram realizadas na intenção de colher informações sobre o período de maior demanda pela excursão; as praias mais procuradas; a média de preço da excursão; entre outras informações. Em seguida, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com os participantes das excursões populares. As primeiras entrevistas aplicadas com os excursionistas foram consideradas pré-teste, no sentido de validar a estrutura do questionário para que as perguntas se tornassem amplas na obtenção de resposta.

Após o pré-teste o questionário foi semi-estruturado contendo uma pergunta objetiva e nove subjetivas. A questão objetiva foi direcionada para o perfil sócio-demográfico dos entrevistados, dado importante para a caracterização dos selecionados na pesquisa e para a análise dos resultados. As questões abertas envolveram perguntas direcionadas ao sentido simbólico de vivenciar um dia de lazer na praia através do excursionismo.

Como se trata de um estudo qualitativo, a partir da análise a respostas de questões abertas, seguindo a orientação de Goldenberg (2004) e Minayo (1994) delimitamos uma

amostra de cinco entrevistas com os excursionistas, pois, conforme as autoras, na pesquisa qualitativa o pesquisador não se preocupa com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão do grupo social pesquisado. Além disso, é importante considerar que na técnica de entrevistas com questões abertas, as respostas tendem a ficar repetitivas e a pesquisa acaba sendo dada por encerrada. Contudo, foram realizadas entrevistas com nove excursionistas populares, sendo descartadas quatro entrevistas, duas por suas respostas não serem suficientes de análise – por serem monossilábicas – e duas por desistirem de responder o questionário no meio da entrevista.

As entrevistas foram realizadas no retorno do passeio dos excursionistas, pois a pesquisadora percebeu ser mais fácil chegar às pessoas depois destas terem usufruído o seu momento de descontração na praia. A seleção da amostra dos entrevistados foi não-probabilística por acessibilidade e o único critério seguido para amostragem dos sujeitos da pesquisa foi não se tratar de crianças.

**Figura 8:** Praia do Seixas/PB. Concentração de alguns excursionistas populares aguardando a saída dos ônibus para o retorno do passeio.



Fonte: MACHADO, 2011

Com relação às excursões turísticas, a pesquisadora buscou localizá-las na praia de Jacumã, área de estudo do trabalho, contudo, identificou que essas excursões são itinerantes, isto é, percorrem várias praias da Costa do Conde num só dia, não se fixando numa praia específica, assim como fazem as excursões populares. Tal fato representou uma dificuldade para pesquisadora, que encontrou obstáculos para acompanhar tal deslocamento, pois, tornou-se difícil seguir a ordem de visita pelas excursões turísticas das oito praias que fazem parte da Costa do Conde.

Devido a esse padrão de excursão, a pesquisadora procurou conhecer os pacotes turísticos oferecidos para a região da Costa do Conde junto às agências de receptivo de João Pessoa/PB. Foi identificado que os passeios a Costa do Conde são vendidos como visita ao Litoral Sul da Paraíba, e os pacotes de excursão oferecidos são organizados para visitação de aproximadamente três ou quatro praias do município, com um custo que varia entre 45,00 e 50,00 reais por pessoa. Os passeios normalmente são realizados de segunda à sexta, pois os dias de semana são considerados mais tranquilos para receber uma quantidade grande de visitantes.

A pesquisadora buscou informações sobre a possibilidade de participar do passeio de excursão turística, mediante autorização da agência de viagem – tendo em vista seu objetivo de abordar os excursionistas para participarem de uma entrevista –, contudo sua participação necessitava a espera de uma vaga no ônibus de excursão. Como no período de alta estação a demanda pelos passeios aumenta e algumas agências chegam a levar cerca de 150 turistas por dia à Costa do Conde, tornou-se demorado a disponibilidade de uma vaga na excursão. Nesse sentido, no lugar das entrevistas a pesquisadora optou por aplicar um questionário, a fim de facilitar a coleta de dados. O questionário foi estruturado com perguntas objetivas de múltipla escolha e envolvia questões direcionadas à identificação do perfil socioeconômico dos turistas excursionistas, bem como, perguntas direcionadas ao usufruto do lazer através do excursionismo nas praias da Costa do Conde.

Os guias de turismo aceitaram passar o questionário no retorno do passeio de excursão, no entanto, a maioria dos excursionistas, segundo os guias, não manifestaram interesse em participar da pesquisa. Nesse sentido, tendo em vista as dificuldades de realizar essa etapa do trabalho, escolhemos fazer apenas uma abordagem teórica sobre a prática da atividade pelo referido segmento, a partir das informações observadas pela pesquisadora nos seus estudos de campo e mediante o relato de alguns guias do passeio de excursão.

Além dessas pesquisas de campo que tiveram como foco central as excursões populares e turísticas, a pesquisadora realizou pesquisas *in loco* na praia de Jacumã, no intuito de traçar o perfil da praia enquanto destino turístico. No que diz respeito às repercussões da implantação da Lei que cobra taxa de turismo para acesso as praias pertencentes à costa do município do Conde, foram realizadas entrevistas com gestores públicos do município – especificamente com os secretários de turismo e planejamento – alguns guardas municipais, os comerciantes locais, os empreendedores turísticos, os moradores locais e os veranistas da praia de Jacumã, a fim de traçar uma análise comparativa do discurso desses atores a respeito

da política de turismo. As entrevistas foram realizadas seguindo os mesmos critérios de amostragem adotados nas entrevistas com os excursionistas populares.

Para esta análise, o questionário foi semi-estruturado com nove perguntas abertas, no entanto, para análise das respostas a pesquisadora enfocou apenas cinco perguntas do questionário que foram direcionadas a discussão da Lei para o excursionismo no município, e as questões foram distribuídas para o conjunto de respostas do grupo de atores. As outras quatro perguntas foram consideradas perguntas de entrada e encerramento da entrevista, no sentido de não tornar o questionário direto para a discussão da cobrança de taxa de turismo.

Vale lembrar que todas as entrevistas foram registradas a partir de gravação em áudio, transcritas sem passar por correções lingüísticas e conservando registros de risos e repetições a fim de garantir a originalidade das falas dos entrevistados. Além disso, foram realizadas mediante a apresentação, por parte da pesquisadora, da declaração de aluna regular do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente de Desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba, e termo de compromisso para consentimento dos entrevistados sobre a divulgação das mensagens nos resultados da pesquisa.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DA PESQUISA

O primeiro procedimento de pesquisa consistiu na técnica da observação direta, na qual foi realizada uma investigação preliminar na praia de Jacumã, para conhecer suas principais características enquanto estância balnear para o lazer. Em paralelo a essa investigação, observou-se as principais praias do litoral Sul da Paraíba, consideradas pontos de atração da prática do excursionismo. Essas pesquisas se iniciaram em Novembro de 2010, aconteceram nos fins de semana, sobretudo, nos domingos, e incluíram conversas informais com alguns atores.

Em seguida, após a escolha da praia do Seixas para o estudo do excursionismo popular, o trabalho de observação tornou-se mais específico. Então, observou-se a apropriação sócio-espacial da praia do Seixas pelos excursionistas populares, a saída das excursões da mesma praia, a quantidade de ônibus de excursão e o local de destino dos mesmos. Do ponto de vista das excursões turísticas, observou-se o uso dos espaços das praias da costa do Conde pelos turistas excursionistas, o fluxo de pessoas nessas praias, além de outros aspectos. Essas observações foram realizadas fazendo uso de diário de campo, no qual foram feitos registros das informações obtidas mediante conversas informais com diversos atores nas praias inseridas neste estudo. Além disso, a pesquisadora construiu um acervo



fotográfico das referidas praias (ver Apêndice do trabalho), registrando as paisagens e o movimento de pessoas, a fim de proporcionar a visualização de alguns contextos enfocados na pesquisa.

Após esses registros, prosseguiu-se com a análise das entrevistas. A primeira etapa consistiu no estabelecimento de um *corpus*, onde o conteúdo a ser analisado foi organizado a partir de quadros, nos quais foram transcritas as mensagens transmitidas oralmente pelos entrevistados da pesquisa. Como se trata de um estudo comparativo, optamos por apresentar um perfil para cada entrevistado a fim de demonstrar as principais características sócio-econômicas dos sujeitos envolvidos na pesquisa e associá-las as respostas dos mesmos, sem, no entanto, considerar alguns elementos de significação que pudessem identificar o sujeito ao discurso, especialmente no caso dos comerciantes e empreendedores turísticos da praia de Jacumã/PB. Em seguida, realizamos uma leitura profunda dos *corpus* para levantar os principais elementos significantes presentes nos discursos, passíveis de análise. A discussão dos dados obtidos levou em consideração o conjunto de respostas de cada segmento dos atores envolvidos na pesquisa.

Destacamos, entretanto, que não seguimos o rigor de uma modalidade metodológica específica para interpretação dos dados obtidos a partir das entrevistas, pois, de acordo com Goldenberg (2004) em pesquisas qualitativas, os dados obtidos não são padronizáveis tanto quanto os dados quantitativos, o que possibilita ao pesquisador flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Além disso, “Não é possível formular regras precisas sobre as técnicas de pesquisa qualitativa porque cada entrevista e observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados.” (GOLDENBERG 2004, p.57). Apesar de reconhecer a existência de críticas pela falta de regras rigorosas nos procedimentos de análise dos estudos qualitativos, a autora ainda destaca que, a riqueza dos dados explorados, que vão além da objetividade, possibilita expor resultados significantes na pesquisa.

## **5 EXCURSÕES POPULARES E TURÍSTICAS: um enfoque sobre os quase grupos e práticas de lazer na praia**

Com o objetivo de conhecer as formas de uso e apropriação dos espaços da praia, bem como, os elementos simbólicos que perpassam as práticas da atividade excursionista, traçamos uma análise comparativa entre as excursões populares e turísticas. Para tanto, trazemos inicialmente uma breve reflexão sobre a construção da praia como um espaço de lazer, pois, o advento da praia como cenário social de lazer trás consigo alguns elementos cujas repercussões são evidentes na forma como o turismo se apresenta na atualidade.

Utilizamos o termo quase grupos, nos apoiando em Mayer (2010), em razão das excursões se encaixarem no conceito do autor, uma vez que envolve pessoas que se reúnem em torno de um interesse comum, isto é, vivenciar um dia de lazer na praia, mas que não constituem grupos definidos que mantêm alguma forma fixa de associatividade entre seus membros. Nesse sentido, essa forma de relação social será analisada como condição inerente ao processo associativo desta modalidade de lazer coletivo.

Destacamos que essa parte da pesquisa trata-se da extensão de um artigo publicado numa revista eletrônica de antropologia, PontoUrbe.net, cuja elaboração do mesmo foi iniciada para o cumprimento de uma das disciplinas do mestrado.

### **5.1 A PRAIA: espaço de lazer e sociabilidades**

A história da relação do homem com o mar é descrita como um processo simbólico, onde a repulsa pela natureza selvagem, aparentemente sem beleza e utilidade, transformou-se em volúpia, criando novas sensibilidades e aproximando o homem das virtudes da natureza marítima (CORBIN, 1989). Seguindo a cronologia de alguns autores, durante o século XVIII e metade do século XIX, os fins medicinais e terapêuticos associados aos banhos de mar foram os motivos iniciais para o despertar de práticas e desfrutes que mais tarde criaram novos valores à harmonia do corpo como o ambiente marítimo (CORBIN, 1989; MACHADO, 2000; PORTER, 1995; RAUHC, 1995).

Nesse imaginário, a vilegiatura marítima que se tornava uma prática social por proporcionar benefícios físicos – como a possibilidade de respirar bem, de acalmar a ansiedade, de curar febres, insônias e melancolias – acabou por despertar prazeres estéticos, tais como o estímulo ao espírito de aventura, o desfrute da agradável paisagem, o desporto ao ar livre, a distração em meio a um público elegante, entre outras emoções (Corbin, 1989).

Machado (2000) e Rauch (1995) explicam que essa passagem da praia terapêutica para a praia lúdica é entendida a partir da mudança ocorrida nos horários de utilização da praia, pois enquanto que os potenciais terapêuticos se associam aos elementos frios da natureza, a ideia hedonista corresponde à valorização dos elementos quentes do ambiente a beira-mar.

A luz e o calor do sol ganham um grande relevo na estruturação dos códigos de apreciação da natureza marítima. À medida que a praia começa a ser freqüentada na altura do dia em que o “quente” se sobrepõe ao “frio”, chega-se mais tarde à praia, permanece-se mais tempo e desenvolvem-se outras atividades além do banho de mar. A praia é cada vez mais entendida como um espaço de convívio, de alegria, de lazer. Progressivamente, a praia assume um caráter de espaço público (MACHADO, 2000, p. 213).

O desejo pelas praias e o mar começa, então, a incitar o deslocamento de um fluxo de pessoas e o surgimento de práticas de lazer para usufruto desses espaços. A esse contexto, autores destacam a transformação da praia num espaço moderno e associam a esse processo a crescente urbanização acentuando a idealização de ambientes mais tranquilos e saudáveis; a consolidação do modo de produção capitalista proporcionando novas fontes de poder econômico; a ascensão da burguesia industrial; e, conseqüentemente, o desejo e a busca das elites por práticas sociais distintivas (CARDOSO, 2008; CORBIN, 1989; MACHADO, 2000).

É nessa perspectiva que a praia se torna um espaço de sociabilidades, no qual se configuram novos hábitos coletivos, novos esquemas de apreciação e modelos de comportamento – maneiras de postar-se, permanecer na praia, sentar-se, estender-se na areia (CORBIN, 1989). Além desses elementos estéticos, somam-se as casas de praia representando um refúgio ao repouso na estação de verão; as vestimentas e os acessórios ditando modas; a exposição do corpo revelando intimidades e anseios sentimentais; o ato de fotografar possibilitando a apropriação da natureza através da imagem; e o estímulo de estudar sobre a natureza e biologia marítima funcionando também como sinal cultural e simbólico de *status* social (CARDOSO, 2008; MACHADO, 2000; RAUCH, 1995). Assim, a estadia na praia passou a significar, sutilmente, um estilo de vida distintivo e uma prática ostentatória daqueles que sabem usar o tempo livre e daqueles que podem gozar de um tempo livre. (CARDOSO, 2008; MACHADO, 2000).

No entanto, uma série de mudanças ocorridas na sociedade industrial – com destaque para a Inglaterra pioneira no processo de industrialização – repercutiu no caráter elitista dos balneários de praia. A melhoria das estradas e do sistema de transportes, os meios de comunicação propagando os locais de veraneios, a diminuição da carga horária de trabalho, o

dinheiro sob forma de salários e a conquista das férias por parte dos trabalhadores, induziram a mobilidade de parcelas da sociedade industrial, proporcionando o rápido crescimento do lazer de massa e, conseqüentemente, a vulgarização dos balneários, outrora locais exclusivo dos grupos sociais dominantes (KRIPPENDORF, 2001; URRY, 2001).

No decorrer dessas transformações, a atividade turística se moderniza pela consolidação das primeiras entidades e associações no setor de meios de hospedagem, guias turísticos e eventos; pelas viagens organizadas com a finalidade única de lazer e recreação – diferente do *Grand Tour*<sup>1</sup> estruturado no final do século XVII que correspondia às viagens eminentemente de cunho educacional e cultural; e por um enxame das excursões de um dia direcionadas, especialmente, para os balneários da moda, de forma que, nitidamente o público das viagens itinerantes se diferenciava daqueles que tinham estadia na praia no período de alta estação (REJOWSKI et al. , 2002; URRY, 2001).

Como referência, a literatura enfoca a figura de Thomas Cook, que desempenhou um papel reconhecido na popularização do lazer, ao oferecer viagens de trem para grupos com tarifas reduzidas e pacotes promocionais, que, por consequência, subverteu a estratificação social inglesa que detinha o direito ao lazer e turismo no período industrial (PORTER, 1995; SANTOS FILHO 2005, p. 65). “Sua ação permitiu que a classe operária imitasse o comportamento da nobreza e passasse a freqüentar praias e balneários em moda, antes tido como redutos apenas dos ricos.”

Nesse sentido, desenvolveu-se uma hierarquia do balneário e um grau nítido de segregação de classes. À medida que os balneários mais acessíveis às grandes e pequenas cidades industriais iam se popularizando, os visitantes de *status* social mais elevado iam se distanciando a procura de paisagens, acomodações e tons sociais mais superiores (URRY, 2001). Corbin (1989) ainda destaca que a chegada de novas categorias sociais, além de levar muitos aristocratas a se refugiarem em novas praias, criou o hábito *distingué* nos meses de freqüentar os balneários. Segundo o autor, efetuou-se uma modificação no calendário das temporadas, de forma que, se no verão a praia se tornava abarrotada e barulhenta, os meses de agosto e setembro se tornam estações mais nobres para a alta sociedade.

No entanto, essas estratégias não foram suficientes para diminuir a diversidade na praia e restringir o acesso dos segmentos populares, Urry (2001), por exemplo, cita que em alguns balneários da Europa foi necessário cercar o terreno e instalar guarita, com entrada

---

<sup>1</sup> Viagens organizadas para jovens aristocratas ingleses, que pretendiam se preparar para o comando político, e para membros da pequena fidalguia. Tinham como ênfase a visitas a centros culturais, museus e galerias de artes, mas, contribuíram para a disseminação dos códigos e signos comuns na experiência moderna das viagens de turismo (PORTER, 1995; SANTOS FILHO, 2005; URRY, 2001).

paga, a fim de excluir as classes populares da praia, ou facultar o acesso apenas para aqueles que tinham condições de se acomodar em determinado meio de hospedagem da localidade.

Por esse motivo, apesar da ocorrida popularização do lazer a beira-mar, o usufruto da praia continuou sendo socialmente seletivo e relativamente restrito em função dos diferentes tons sociais que se configuravam na conquista dos e dos melhores espaços (URRY, 2001). Tais estratégias de distinção e medidas de controle mediante a cobrança de taxa são também percebidas nos dias atuais e isso acontece tanto em função do valor paisagístico – paisagem natural e romântica, na qual se pode contemplar com deleite (URRY, 2001) – quanto devido ao interesse dos diversos atores que buscam se agrupar com os demais de acordo com suas semelhanças e diferenças, construindo um grau nítido de inclusão e exclusão social nos espaços da praia.

Para essa compreensão, Bourdieu (2007) explica que o mundo social pode ser representado em forma de um espaço, no qual podemos recortar classes sociais que ocupam posições de acordo com suas atitudes e interesses semelhantes. A posição de um determinado agente no espaço social é definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos econômico, cultural, social ou simbólico, e na distribuição dos poderes que atua em cada um deles. Dessa forma, as relações sociais se organizam e os agentes se distribuem, espontaneamente, no espaço, segundo a lógica da identificação e da distinção, que tendem a funcionar simbolicamente como espaços dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007).

Assim, a praia como espaço social não só passa a significar lócus de lazer, como também, inaugura distintas formas de sociabilidades. A presença simultânea de distintas classes sociais reflete as diferenças de estilos de vida entre aqueles que na praia circulam, particularmente, visíveis nas formas de consumir. Pois, seguindo uma cronologia do sentido do uso da praia de terapêutico para lúdico, pode-se dizer que num terceiro momento a praia se transforma num lugar que atrai para diversas formas de consumo, e se efetiva como palco de disputas simbólicas de poder na apropriação e usufruto de seus espaços. Potter (2005) e Rauch (2005), por exemplo, citam que a massificação dos lazeres possibilitou a associação dos elementos da praia a uma variedade de equipamentos para o divertimento, tais como hotéis, lojas, casas de chá, parque com jardim zoológico, cassinos, salões para concertos e bailes, sustentando espaços reservados às classes superiores e, permitindo o relacionamento entre tempo livre e consumo.

Essa discussão envolve a transformação da praia em atrativo turístico, pois a visitação a balneários ainda compreende uma das formas mais expressiva de lazer, e com o desenvolvimento da indústria do turismo, o lazer sob forma das viagens turísticas não só se

transformou numa das atividades mais desejada por diversos segmentos da sociedade, como passou a implicar grandes transformações no espaço litorâneo.

## 5.2 O DOMINGO DE SOL NA PRAIA

A praia do Seixas, localizada na parte leste do município de João Pessoa/PB, atualmente é bastante conhecida por representar o ponto mais Extremo Oriental das Américas, título que lhe garante certa popularidade e divulgação, apesar da praia não ser considerada referência de atratividade turística. A praia possui uma estreita faixa de areia, que é bastante ocupada por mesas e cadeiras dos diversos bares e barracas instalados na área, mas, a vegetação que acompanha a extensão da praia, coqueirais, árvores frutíferas e outras, garante uma paisagem singular e um espaço privilegiado para aqueles que não desejam a sombra dos guarda-sóis das barracas.

O momento de maior circulação de pessoas na praia, sem dúvida, é no domingo de verão, especialmente, com a chegada das excursões populares, vindas principalmente de municípios interioranos da Paraíba e Pernambuco. Num domingo de verão é possível contar na faixa de 20 ônibus de excursão, o que garante uma quantidade aproximada de 1000 excursionistas na praia, mas no período de carnaval a quantidade de ônibus aumenta e a praia fica super movimentada. O público das excursões populares é bastante diversificado, jovens, crianças, adultos e terceira idade se organizam para vivenciar variadas formas de lazer na praia. Nos espaços da praia e do mar misturam-se jogos de futebol, crianças brincando nas piscinas de areia, soltando pipas, jovens fazendo batucadas, mulheres estendidas para o banho de sol, e a esse conjunto, somam-se diversos vendedores ambulantes oferecendo uma variedade de gêneros alimentícios e artigos para praia – cangas, bronzeadores, óculos de sol, etc.

De acordo com os motoristas dos ônibus de excursão, a procura pelos passeios se intensifica nos meses de novembro e dezembro e nos feriados prolongados, especialmente, no período de carnaval. A organização da viagem é coletiva, um grupo de pessoas ou um organizador, conhecido por fretante, informa que deseja contratar o ônibus de excursão para um passeio à praia. Normalmente, de acordo com os motoristas, são pessoas de um mesmo bairro ou de bairros próximos, mas, às vezes, tem participantes de regiões diferentes que pegam a excursão no caminho.

Um dos primeiros contatos para realização da excursão acontece entre o fretante e os motoristas dos ônibus, onde esses últimos informam quais as praias que possui o acesso livre

e a melhor facilidade de estacionamento. A partir de então, o fretante começa a propaganda boca a boca, na maioria das vezes, passando de casa em casa procurando as pessoas que tem o interesse de ir à praia. Segundo um dos fretantes entrevistado, a partir das indicações dos motoristas ele seleciona a praia que o pessoal deseja visitar, em seguida fica combinado o dia, o horário e o preço da viagem. Porém, em algumas excursões a organização da viagem é coletiva, pois, alguns fretantes contam com a ajuda dos amigos na venda das passagens necessárias a lotação do ônibus de excursão para que o passeio e/ou viagem aconteça. As respostas dos excursionistas entrevistados na pesquisa confirmam a propaganda boca-boca e a organização coletiva da viagem. Vejamos.

Que tipo de comunicação é realizada para você ter o conhecimento e participar da excursão à praia?

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Minha irmã é fretante, aí ela avisa: vou viajar quem vai? Depois passa recolhendo o dinheiro do povo.”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“Tem um rapaz que organiza. A gente é muito amigo, aí ele deixa umas passagens comigo, eu revendo pra ele, ele vende a deles, então a gente vem.”*

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“O organizador comunica, pessoal tal dia a gente vamos pra praia, nesse dia a gente se junta e vamos tudo junto. Ele passa onde a gente mora, passa nas casas e sai avisando.”*

**Campinense, 53 anos, trabalha numa transportadora. Visitava a praia do Seixas pela segunda vez por indicação de amigos.**

*“Quando o fretante tem avisa a gente pra comprar a passagem, ele é lá do bairro da gente.”*

Percebemos que o caráter coletivo da organização da viagem está relacionado às relações de parentesco e amizade entre os excursionistas, o que facilita a divulgação e garante a integração entre os participantes do passeio. Segundo um dos fretantes, se no dia da viagem faltar algum participante, o organizador se responsabiliza pelo pagamento para não comprometer a realização da excursão, contudo, na maioria das vezes, com ajuda dos amigos

as passagens são vendidas com facilidade e o fretante, além de se divertir com a viagem de excursão e com o lazer na praia, consegue ganhar um extra pela organização do passeio.

Essa forma de agenciamento revela o caráter informal da excursão, onde sua realização mobiliza recursos financeiros relativamente modestos. Alguns motoristas, por exemplo, mesmo estando num momento de trabalho, levam sua família para participar do dia de lazer na praia, o que implica gastos e comprova que nem sempre os motoristas estão envolvidos na excursão apenas por motivos financeiros.

Que tipo de relação que você tem com as outras pessoas participantes da excursão?

**Senhor de 51 anos, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela quarta vez.**

*“Essa galera todinha vai no ônibus mais eu. Perai vou explicar, nem de todos eu convivo, umas pessoas e outra não, porque tem um que me cobre e outro que bota terra, entendeu? Mas, é tudo beleza, tudo família.”*

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Todo mundo é conhecido, uns mora perto da Ramadinha onde minha irmã mora, e outros no Presidente Médici onde eu moro, e vai tudo amigo.”*

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“O grupo é variável. Somos amigos mesmo. Tem alguns tios, primos, irmãos.”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“De amizade. Porque eu moro em condomínio e tem gente do mesmo setor que eu moro. Essa aqui mesmo (se referindo à excursionista que estava ao lado) mora onde eu moro, só que ela mora no primeiro andar e eu no terceiro apartamento. Às vezes vem essas mesmas pessoas no ônibus e às vezes vem outras.”*

**Campinense, 53 anos, trabalha numa transportadora. Visitava a praia do Seixas pela segunda vez por indicação de amigos.**

*“Tudo aqui é conhecido. Tou com minha esposa. Tem um colega meu com a família dele, todo mundo se conhece.”*

Identificamos nessas respostas características que trazem a ideia de quase grupos, pois, as excursões geralmente envolvem a participação de membros de grupos diferenciados, isto é, o vizinho de um, o irmão de outro, e assim por diante. Mayer (2010) explica que no quase grupo as interconexões não são permanentes, estão centradas num propósito comum e seus membros possuem laços sociais em função de participarem de outros grupos, fundamentados,



por exemplo, em grau de parentesco e de amizade, vizinhança, seita religiosa, clube esportivo, partido político, entre outros.

Contudo, apesar de não estarem envolvidos por uma associatividade fixa, Magnani (2003) inclui as excursões populares na categoria de rede de lazer, na qual é tecida toda uma rede de relações e interações entre familiares, amigos, colegas e desconhecidos. O autor ressalta as animadas conversas, o acolhimento aos integrantes que aparecem de última hora para o passeio, o entusiasmo pela perspectiva de passar um dia diferente na praia, e afirma, ao descrever a organização das excursões, que tudo se passa como uma preparação para uma grande festa.

Primeiramente, o aviso afixado na padaria do bairro informando preço, local, dia e hora da saída; depois a contratação do ônibus [...]; a venda da passagem a colegas, vizinhos e parentes; finalmente, a preparação do imprescindível farnel o encontro e a curta mais animada viagem (Magnani, 2003, p. 124).

Mayer (2001) também utiliza o conceito de rede quando se refere ao quase grupo, já que no quase grupo os indivíduos, mesmo sendo transitórios e diferentes, se articulam em torno de um propósito pelo fato de possuírem relações externas que são definidas no âmbito de uma rede social. Por esse motivo, na dinâmica das excursões populares, mesmo não havendo a permanência e regularidade da participação dos seus membros, estabelecem-se relações de troca e sociabilidades que são visíveis nas formas de descontração e de ocupação dos espaços da praia: “futebol na areia, banho de mar, pescaria, caminhar pelas pedras, apreciar o movimento, saborear o lanche” (Magnani, 2003, p. 125).

Fale sobre o que você mais gosta na viagem de excursão à praia.

**Senhor de 51 anos, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela quarta vez.**

*“É um lazer, eu venho para me divertir... é bom demais (risos).”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“Dentro do ônibus uns ficam contando piada, outros faz a pessoa rir. Graças a Deus num tem briga, num tem bagunça, num tem droga. Graças a Deus, porque eu não gosto dessas coisas não. E se às vezes ficar um bebo, a gente tem que ter paciência porque às vezes ficam conversando lolota né? (risos).”*

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Quando a gente vem tava tocando um sonzinho. Num gosto muito dessas coisas não, mas eu fico cochilano.”*

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“O que eu mais gosto é a união, a união do pessoal, porque como o povo diz né? que a união faz a força. Ai como é tudo unido não tem briga, eu acho isso excelente. Às vezes a gente canta dentro do ônibus só para descontrair um pouco. Só que na volta ta todo mundo cansado a gente prefere ficar dormindo, nas paradas é que a gente desce e vai tomar uma água ai conversa.”*

De fato o passeio de excursão representa um momento de grande interação e descontração entre os excursionistas, onde comer, beber, cantar, conversar, fazer brincadeiras, rir e contar piadas são atividades compartilhadas, que tornam a excursão uma diversão que antecede e precede o lazer na praia. Essas características foram identificadas não apenas pelas referidas respostas, mas pela forma alegre como os excursionistas responderam a pergunta, e pela animação apresentada por alguns integrantes da excursão quando se dirigiam aos ônibus para retorno do passeio.

Apesar disso, dois excursionistas chamaram atenção para a questão da reputação, afirmando que não há brigas, bagunças e drogas entre os membros da excursão. Um fato “interessante” ocorrido no dia de algumas dessas entrevistas foi uma briga que contou com a participação de vários rapazes de excursões diferentes. Esse evento além de mobilizar os excursionistas que esperavam a saída dos ônibus e interromper um pouco o trabalho da pesquisadora, pode ser considerado um motivo para a ênfase no aspecto de tranquilidade e união ressaltado pelos excursionistas entrevistados.

De acordo com Alcantara (2005) e Rodrigues (2001) o termo “farofoeiro” se associa a imagem de pessoas mal educadas e bagunceiras, e essa visão não é compartilhada apenas pelas classes elitizadas, pois aparece muito freqüente no depoimento de pessoas de vários estratos sociais. Por isso, podemos dizer também que os argumentos dos excursionistas em torno da reputação da excursão, representaria uma forma de desfazer a crítica comumente feita a eles e se isentar das características intrínsecas no imaginário que perpassa as excursões populares, especialmente diante de uma confusão que comprovaria os estigmas a cerca desse segmento.

Comente o que representa para você um dia de lazer na praia.

**Senhor de 51 anos, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela quarta vez.**

*“Minha cumade olhe, o que representa pra mim é meu prazer, porque se fosse por mim, minha loucura era ficar por aqui. Eu gosto demais, pra mim é um xodó.”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“Ave Maria representa tudo, porque eu trabalho muito, só de ta longe de serviço doméstico dentro casa, não pra mim já é tudo esse dia. Porque assim, que é cansativo é, mas é um domingo de lazer né? A gente tá tomando banho, eu vejo meus amigos se divertindo, meus filhos se divertindo, eu fico muito feliz.”*

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“O que representa? Folga! Folga do trabalho. E também diversão né? Por acaso encontrei uns amigos de Lagoa Seca e Riachão que vieram em outras excursões. A bóia, que muitas praias por aqui não tem, ai aqui é a mais que tem para alugar. A diversão daqui foi ótima.”*

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Bem, eu gostei da sombra boa que a gente fica sentada, um ventinho bom. Tomar banho eu não tomei”*

A partir das respostas dos excursionistas, percebemos que ir à praia no domingo se apresenta como uma oportunidade de lazer fora do cotidiano do trabalho, por esse motivo, mesmo sendo uma prática cansativa, assim como argumenta uma das excursionistas, acaba se tornando uma atividade compensatória para a redução do estresse da vida rotineira, pois simbolicamente irá proporcionar sentimentos de satisfação e felicidade.

Tal perspectiva representa uma das principais discussões propostas em vários estudos sobre o lazer, sobretudo aqueles que tratam a atividade a partir da dialética entre trabalho e tempo livre. Autores como Dumazedier (1999) e Krippendorf (2001), por exemplo, colocam que a separação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, fruto da sociedade industrial, possibilitou que o lazer assumisse a função escape da rotina semanal que gera certo esgotamento físico e psíquico, bem como, um momento para reconstituir as forças para o retorno à jornada de trabalho. Nesse sentido, o lazer passou a ser concebido como uma atividade lúdica e uma oportunidade de libertação das obrigações profissionais e cotidianas, que tornam crescente as necessidades de descanso e evasão (DUMAZEDIER, 1999; KRIPPENDORF, 2001).

Além disso, a busca do prazer a partir das experiências vividas no momento de lazer torna-se também característica marcante, pois, de acordo com Gutierrez (2001 p. 13) “Não existe lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer.” E isto, segundo o autor, é justamente o que distingue o lazer de outras atividades sociais, em especial, para aquela

parcela da sociedade onde a vida é demasiadamente pesada, tornando fundamental buscar alternativas que a tornem mais suportável, por meio de sensações e atalhos para o prazer.

Destacamos ainda, que dois excursionistas ressaltam os recursos naturais – o sol, a sombra das árvores, o vento – como elementos que proporcionam bem estar, o que confirma que a praia assume não só o caráter lúdico, mas também terapêutico. Além disso, o fato de ocorrer encontros casuais na praia, assim como coloca um dos excursionistas, reforça a ideia de rede social que se estabelece no momento de lazer, o que garante uma sociabilidade básica pelas relações de proximidades entre as pessoas que estão vivenciando o dia de lazer na praia.

Esse fato ainda influi na forma como os excursionistas se agrupam nos espaços, pois em alguns trechos da praia do Seixas o movimento de pessoas é mais tranquilo, em comparação a outros, onde todos se aglomeram formando uma grande massa de pessoas todas concentradas no mesmo lugar, é como se todos quisessem estar na proximidade e no encontro dos outros. Essa característica torna a praia um espaço bastante atrativo, entretanto, a democratização do espaço assume um papel relevante nesse contexto, pois permite o desenvolvimento de relações sociais e a possibilidade de coletividade.

Que tipo de alimentação e bebida você trouxe para passar o dia na praia e como se dá a partilha desses alimentos?

**Senhor de 51 anos, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela quarta vez.**

*“Eu ajeitei o alimento na minha casa, eu comprei dois quilos de carne guisada e mandei a mulher preparar pra gente. Eu acho meio ruim pra fazer comida, aí eu falo pra o pessoal: faz uma comida aí que a gente leva. A comida a gente divide com todas as amigas, eu tou aqui de barriga cheia (risos). Também trouxe cerveja pra tomar, mas tudo pra mim é o lazer.”*

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Minha sobrinha preparou essa noite em casa, arroz, farofa de cuscuz, frango assado. Ela trouxe em vasilha de plástico, né? Tudo direitinho. A gente comeu no ônibus né? e divide com o pessoal”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“A gente trouxe só besteira, bolacha, refrigerante, o todinho pra crianças, maçã, laranja, essas coisas assim. A gente não come nada dessas comida de casa na praia não, não gosto não. Comprei no mercado e trouxe pra gente, mas depende, se tiver alguém que tiver precisando né? aí a gente divide.”*

A alimentação coloca o compartilhar como elemento fundamental nas relações e experiência do passeio de excursão das camadas populares, o uso de depósito de isopores, o circular do lanche, a repartição do alimento e, até mesmo, a divisão do ato de cozinhar, são características compartilhadas que acabam se tornando um motivo a mais para o passeio de excursão (ALCANTARA, 2005; MAGNANI, 2003). Na praia do Seixas, as árvores e as tendas armadas assumem uma função importante nesse aspecto, pois garantem sombra para os excursionistas colocarem o armazenamento da alimentação e estenderem a canga para um cochilo depois da refeição.

Contudo, trazer sua comida, bebida e utensílios domésticos para passar um dia de lazer na praia é a principal característica de associação dos excursionistas populares ao termo “farofeiro”. O termo, como já foi visto, é associado de forma depreciativa às pessoas pobre que tem a praia como uma das poucas opções de lazer de baixo custo, mas que para vivenciá-la precisam chegar com sua alimentação preparada em casa, já que suas condições socioeconômicas pouco permitem consumir no local de destino. Essa característica classifica ainda os “farofeiros” como bagunceiros e mal educados, pois a presença de churrasqueiras, pratos e panelas, preenchidas de arroz, galinha e farofa, além de reproduzirem particularidades que fogem o sentido de ordem, promovem, na visão de alguns atores, uma verdadeira poluição visual e o acúmulo de lixo na praia (ALCANTARA, 2005; ARRUDA, 2010).

Talvez por esse motivo, alguns excursionistas não compartilham a prática de trazer a alimentação de casa para o lazer na praia. Notamos, por exemplo, na fala de uma das excursionistas uma sutil tentativa de não se identificar como “farofeira” quando a mesma afirma: *“A gente não come nada dessas comida de casa na praia não, não gosto não”*. A excursionista esclareceu que apenas trouxe algum lanche, e assim, entendemos que para a excursionista “comida de casa” significa o que no senso comum se conhece por “comida de panela” – feijão, arroz, carne e etc. – que faz parte da refeição do dia a dia e que está diretamente relacionada à imagem do “farofeiro”.

Nesse sentido, colocamos a hipótese que, em função dos estigmas socialmente construídos e compartilhados, existam formas de distinção entre os membros das excursões populares. Vale salientar que em meio uma das entrevistas, uma excursionista se aproximou e relatou que a proprietária de um dos bares da praia do Seixas, solicitou que a ela se retirasse da frente de seu estabelecimento no momento em que a excursionistas decidiu aproveitar a sombra de uma árvore para fazer seu lanche. Segundo a excursionista, a dona do bar falou que a área é exclusiva para clientes em atendimento, e se ela não se retirasse teria que pagar 1.800

reais. Esse episódio mostra a existência de conflito de interesse entre os agentes sociais que se apropriam dos espaços da praia do Seixas; mostra a possibilidade dessa cobrança indevida ser uma reprodução do modelo adotado pela gestão pública em outras praias no sentido de inibir os “farofeiros”; bem como, a existência de distinção de perfis entre os excursionistas populares, já que alguns assemelham-se aos segmentos dos excursionistas consumidores. A seguir temos as respostas de mais dois excursionistas referentes à mesma pergunta.

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“Só água mineral e coca-cola. Almocei com meus amigos aqui na barraca da praia mesmo.”*

**Campinense, 53 anos, trabalha numa transportadora. Visitava a praia do Seixas pela segunda vez por indicação de amigos.**

*“Comi na barraquinha da praia.”*

Vale destacar que a presença desses excursionistas na praia acaba por atrair comerciantes informais que oferecem uma variedade de produtos e serviços a esse público, tornando mais cômodo para os excursionistas, pois representa uma alternativa barata e acessível de se alimentar. Na praia do Seixas, por exemplo, além de bares e barracas, identificamos a concentração de diversos vendedores ambulantes, oferecendo uma variedade de gênero alimentício, tais como churrasquinho, batata-frita, amendoim, salgados, sucos, saladas de frutas, etc.

Fale qual o custo que você teve com a viagem, e se esse custo compensa o dia de lazer na praia.

**Senhor de 51 anos, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela quarta vez.**

*“Rapaz, o que eu construí na praia sabe o que foi? Só foi lazer e amizade e boas coisas, e pagar uma passagem de vinte conto que compensou pra mim.”*

**Praticante do excursionismo há muito tempo, tem 48 anos, doméstica e residente de Campina Grande/PB. Visitava a Praia do Seixas pela sétima vez.**

*“Gastei mais ou menos 52 reais, porque eu ajudei a vender algumas passagens aí a minha saiu de graça. Pra mim compensa, porque como eu já disse a gente se diverte, a gente tá no meio de amigos, é um passeio bom, é uma família entendeu? Pra mim é uma família que eu não tenho. Aí eu gosto muito.”*

**Rapaz de 20 anos, é operador de marketing e mora em Campina Grande/PB. Costuma ir à praia com os amigos através do excursionismo.**

*“Pelo transporte foi 25 reais e na praia mais ou menos uns 50 reais. Compensa, só de pensar de está fora do trabalho que às vezes estressa, é uma maravilha.”*

**Campinense, 53 anos, trabalha numa transportadora. Visitava a praia do Seixas pela segunda vez por indicação de amigos.**

*“20 reais pela passagem 100 reais na praia. Compensa por que foi a diversão da gente, e a gente vem mais pelo lazer, pra brincar né?”*

**Senhora de 66 anos, é vendedora autônoma da Avon e mora em Campina Grande/PB. Visitava a praia do Seixas pela primeira vez acompanhada da Sobrinha, afirmou que gostou muito da praia e que pretende voltar.**

*“Não gastei nada. Eu não paguei pelo ônibus porque minha irmã que me trouxe.”*

O valor do gasto informado pela maioria dos excursionistas chamou atenção para o item de renda mensal incluído no perfil socioeconômico do questionário, pois mesmo formulado num intervalo – de 1 à 3 salários, de 4 à 6 salários, etc. – todos os participantes das excursões populares envolvidos nessa pesquisa responderam receber um salário mínimo. Nesse sentido, as despesas assumidas pelos excursionistas para um dia de lazer na praia são significativas diante de sua condição socioeconômica.

Macedo e Figueiredo (1986 apud BRUHNS, 2000) afirmam que a viagem de excursão para o “farofeiro”, muitas vezes, requer planejamento e gastos, exigindo dispêndio de energias e certa dose de sacrifício, obrigando o excursionista a tirar o maior proveito possível do evento, que talvez não se repita tão cedo. Assim, segundo os autores, podem-se ver os “excessos” como resultado de uma expectativa de retorno do prazer.

Vale lembrar que para alguns excursionistas, como é o caso do (Senhor de 51 anos, moreno, é agricultor e mora em Campinha Grande/PB) o custo da viagem que foi informado não incluiu as despesas com alimentação feita no dia anterior do passeio, pois, o senhor respondeu anteriormente que havia comprado 2 quilos de carne guisada para preparar a alimentação que ele trouxe à praia. Da mesma forma, para a (praticante do excursionismo de 48 anos, morena clara, secretária do lar e residente de Campina Grande/PB) o custo da viagem de 52 reais informado por ela, inclui as despesas com o lanche comprado no dia anterior do passeio. A excursionista chegou ainda a dizer que algumas coisas ela prefere comprar perto de casa para não correr o risco de pagar mais pelo mesmo produto na praia.

Nesse sentido, percebemos que a cobrança de taxas de turismo para acesso à praia torna-se incompatível com as condições socioeconômicas desse segmento excursionista, em especial, devido semelhança do perfil socioeconômico e o desigual padrão de consumo dos públicos populares, pois enquanto alguns arcam apenas com os custos da viagem, outros consomem no local de destino com gastos consideráveis. Além disso, notamos que a ideia do “farofeiro” como não consumidor é uma falácia, pois os gastos com alimentação – comida e

bebida – seja por aqueles que comprem para levar à praia ou por aqueles que consomem nas barracas, bares e ambulantes da praia, não deixam de gerar tributos e circulação de renda. Arruda (2010), nesse aspecto, cita além da circulação de pessoas e mercadorias, os ativos em supermercados, postos de gasolinas, restaurantes da estrada, equipamentos de lazer etc. como parte do setor formal movimentado com a realização da atividade.

## 5.2 O TURISMO DE SOL E MAR

As experiências vivenciadas na prática do lazer turístico estão relacionadas a um conjunto de fatores que envolvem a paisagem do lugar, a infra-estrutura, os equipamentos turísticos e de lazer, o ambiente social, cultural e ecológico local (GUIMARÃES, 2006). Tal particularidade, além de implicar uma série de condições para que a atividade se realize, pressupõe determinados consumos para que a prática se efetive como experiência turística. É nesse sentido, que buscamos conhecer a dinâmica sócio-espacial do segmento turístico do excursionismo na Costa do Conde/PB, principalmente, a partir das características que diferenciam o lazer desse público das classes populares.

A primeira constatação diz respeito à organização do passeio de excursão, pois identificamos que o mesmo segue a caracterização básica dos pacotes turísticos, no qual todo o itinerário da viagem é antecipadamente programado e envolve horários pré-determinados, visitas a locais pré-selecionados, alimentação em bares e restaurantes conveniados, entre outras atividades. De acordo com alguns guias de turismo, na Costa do Conde os passeios são organizados para visitação de quatro ou três praias do município, e para cada parada da excursão existe um período determinado de 30 a 50 minutos para saída. Mas, se há possibilidade do excursionista caminhando conhecer outras praias vizinhas, o tempo de permanência da visitação pode aumentar para uma hora e meia.

Segundo uma agente de viagem, *“a visitação nas praias é o suficiente para o reconhecimento do local, para um banho rápido e tirar algumas fotos”*. Os pacotes oferecidos são montados de acordo com a preferência do cliente, podem ser passeios coletivos ou privativos em carro particular, estes últimos incluem a visitação de uma quantidade maior de praias e o tempo de permanência nas mesmas é maior que o tempo dos passeios coletivos. Normalmente, as praias mais visitadas para contemplação na Costa do Conde são Tambaba, praia Bela, praia do Amor e Coqueirinho, a praia de Jacumã é um dos pontos de apoio para almoço dos excursionistas e o tempo de permanência no restaurante chega ser em torno de três horas.

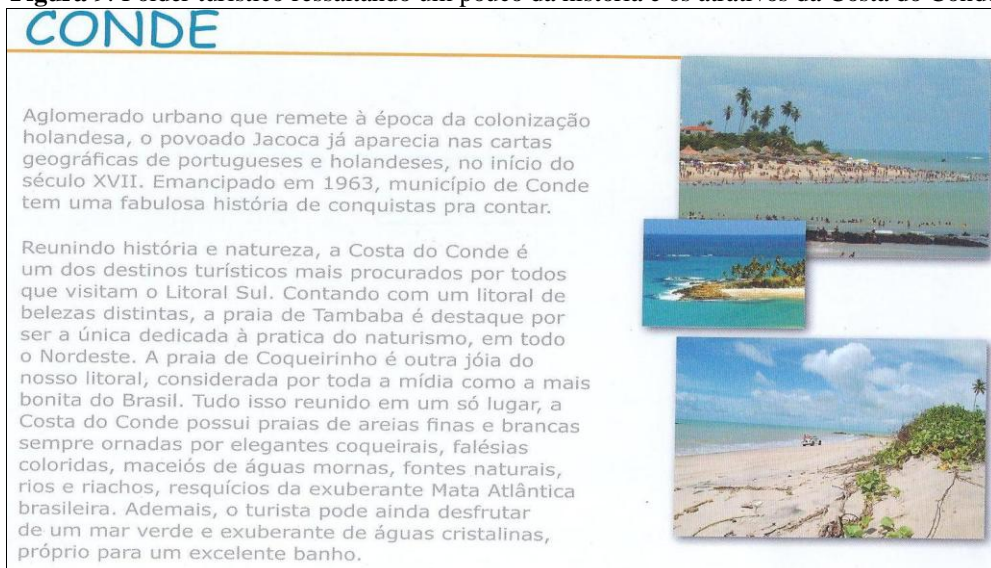


Podemos dizer que essa mobilidade das excursões turísticas demonstra certa superficialidade do contato do turista com o lugar visitado (WAINBERE, 2003), pois, esse formato de pacotes turísticos, de acordo com Carlos (1999), homogeneiza comportamentos, direciona olhares e engendra a passividade do turista, uma vez que o uso do tempo e espaço torna-se delimitado. Além disso, “Geralmente as programações são contínuas, compactas e, de certo modo cansativas, por causa da pressa ou da obrigação de cumprimento do roteiro e dos compromissos assumidos por contrato de viagem” (ANDRADE, 2002, p. 57).

Para Ycarim (2001) esse tipo de experiência turística se resume a um ritual de visitação de atrativos, no qual os visitantes são tratados como verdadeiros bonecos robotizados: entram no ônibus, descem com suas filmadoras e câmeras fotográficas, registram as imagens, e voltam para o ônibus, sempre guiados por profissionais que os mantêm da forma mais obediente possível. Nesse curto espaço de tempo, segundo o autor, os turistas comportam-se como objetos que caminham na esteira de uma fábrica da linha de produção fordista, e perdem o poder de decisão ou de escolha do seu próprio passeio.

A publicidade e o *marketing* desempenham um papel central nesse contexto, já que, muitas vezes, são os intermediários que promovem a aproximação entre os turistas e os espaços de atração turística, através de dicas úteis, mapas, informações históricas, geográficas e culturais, e uma variedade de ilustrações (AOUN, 2001) que possibilitam um encontro prévio com o lugar de destino, cabendo aos turistas apenas a tarefa de conferir o real a partir da representação mental construída mediante os folhetos e imagens publicitárias (URRY, 2001). Vejamos um exemplo de *folder* turístico do município do Conde direcionado aos visitantes desse segmento.

**Figura 9:** Folder turístico ressaltando um pouco da história e os atrativos da Costa do Conde



**Fonte:** Associação dos Municípios Turísticos do Litoral Paraibano, ANTUR-LP

Os turistas excursionistas, então, se comportam como observadores da paisagem, porém, mediante olhares rápidos e desprovidos de profundidade, pois, como afirma Urry (2001), o olhar é referência central na experiência turística, mesmo que boa parte daquilo que é apreciado não seja diretamente a realidade vivenciada, mas as representações ideais da vista em questão, bem como, as representações da imagem que as pessoas internalizam a partir dos cartões postais, dos guias de viagem e das fotografias.

Por esse motivo, de acordo com Castrogiovanni (2003) as pessoas optam por conhecer um lugar turístico a partir de vários fatores, mas, quase sempre ligados as características do lugar de destino, aos estímulos promocionais, à confiança que atribuem ao espaço turístico que está sendo almejado e ao imaginário simbólico social que tal espaço pode representar. Contudo, percebemos que mesmo sendo a imagem das praias o recurso turístico oferecido pelas agências de turismo e os atrativos escolhidos pelos visitantes, são para os espaços de consumo que os turistas são “conduzidos”.

Na Costa do Conde, por exemplo, a parada no restaurante representa o repouso depois do incessante movimento nas praias, pois, é o último espaço de visita dos turistas excursionistas, no qual se permanece mais tempo que o horário destinado para as visitas das praias. Assim, o restaurante se torna o lugar de hospitalidade, já que garante o apoio suficiente para acolher os visitantes com uma variedade de produtos e serviços.

Nesse sentido, o consumo torna-se também um elemento característico da experiência do turista, já que se compra a prática turística contratando os serviços de uma agência de viagem, paga-se pelas horas e os espaços de visita, utiliza-se os equipamentos de alimentos e bebidas no local de destino, compra-se o *souvenir* ou a lembrança do artesanato local, e tudo isso funciona como uma forma distintiva de usufruto dos espaços da praia. Por esse motivo, as atuais medidas de controle às atividades de lazer e turismo de massa não inclui restrições ao acesso deste público excursionista, em alguns casos a única cobrança é a garantia da utilização de algum empreendimento turístico da localidade, o que implica a comprovação de se tratar de turistas consumidores de um dia.

Essa questão nos lembra as reflexões de Bauman (1998) quando o autor utiliza a figura do turista como metáfora para explicar o jogo da mobilidade na pós-modernidade. De acordo com o autor, os turistas que valem o que comem realizam a façanha de estar dentro e, ao mesmo tempo, fora do lugar que estão visitando, guardando sua distância como se estivessem dentro de uma bolha de osmose, podem sair de novo em busca de outros destinos quando sua diversão parecer ter-se exaurido, ou quando aventuras ainda mais excitantes acenam de longe.

O distanciamento é também uma característica marcante nos passeios turísticos, pois, apesar da sua organização ser, na maioria das vezes, coletiva, a participação dos indivíduos é basicamente individualizada. O turista excursionista não possui ramificações que o ligam e o levam a participar da excursão, apenas compra um passeio – *city tour* –, através de uma agência ou promotor de viagens, se informam sobre dia, horário e condições de pagamento para conhecer um ou vários destinos turísticos. Nesse caso, encontramos características que se encaixam no perfil de quase grupos, pois, o critério para participação na excursão não requer a interação entre seus membros (MAYER, 2010).

Daí o sentido da presença de um guia na excursão para incentivar algum tipo de animação ou possibilitar alguma socialização entre os indivíduos. Outra estratégia utilizada pelas empresas de viagens é a organização das excursões para públicos homogêneos, no sentido de atender a necessidades comuns e oferecer serviços específicos para os integrantes que eventualmente viajam juntos, como por exemplo, o segmento da terceira idade, o estudantil, o desportivo, etc. Estes arranjos favorecem a possibilidade de socialização e a formação de quase-grupos.

De acordo com Mayer (2010) duas categorias envolvem situações para a formação dos quase grupos, quando certo grau de interação entre os indivíduos possibilita um conjunto intencional de aproximação, ou quando interesses e condutas comuns, em algum momento, podem formar grupos definidos. Podemos dizer, nesse sentido, que o consumo e o estilo de vida dos excursionistas também são favoráveis a formação de quase grupos, já que permitem a identificação e diferenciação entre os indivíduos pelo uso de objetos comuns ou pelas práticas e posturas semelhantes. Os excursionistas chegam à praia trazendo consigo a câmera fotográfica e a filmadora; o óculos de sol, o chapéu e a bolsa de praia; os protetores solares, etc. repetem os olhares e as posturas expressivas de contempladores da paisagem, simbolizando aspectos de desfrute, gozo ou satisfação, imaginando o livre arbítrio de ir e vir no espaço desconhecido (KRIPPENDORF, 2001).

Essas características também levam o turista excursionista a uma apropriação diferenciada do espaço e contribuem para que o sentido simbólico do lazer desse segmento do excursionismo adquira aspectos diferenciados dos públicos populares. As colocações de Baudrillard (1995) tornam-se relevantes para essa discussão, uma vez que o autor parte da ideia que na atual sociedade, que tem o uso de objetos/signos como referência central de igualdade e distinção, o lazer e o tempo livre tornam-se dimensões constrangidas ao tempo de produção e consumo, o que implica certo deslocamento do entendimento do lazer como

prática social livre e espontânea, e direciona a atenção para novas formas de vivenciar a atividade.

Baudrillard (1995) explica que na real ou imaginária sociedade de consumo, o lazer se transformou em uma nova norma social, na qual a ordem é explorar a fundo todas as possibilidades de se fazer vibrar, gozar ou gratificar diante de diversas aspirações consumidoras, proporcionadas, principalmente, pelas experiências vividas nos *shopping centers*, condomínios de segunda residência, parques de diversão, clube esportivos, cruzeiros e hotéis turísticos, etc. Nesse contexto, funda-se uma moral de divertimento (*fun-morality*), onde o tempo livre tende cada vez mais a ser comprado para ser usufruído e o lazer, tal como o consumo, deixa de estar ligado a uma função ou necessidade definida, e passa a corresponder a uma lógica social na esfera do signo e do prestígio, isto é, da diferença (BAUDRILLARD, 1995).

Krippendorf (2001), Urry (2001) e Portuguez (2001) também trazem considerações sobre essa perspectiva hedonista do lazer a partir da transformação do tempo livre em tempo de consumo, diante da atual “necessidade” de se usufruir diversas formas de entretenimento, em especial, a partir da busca por novas aventuras e experiências, por conhecer novas pessoas, lugares e culturas. Portuguez (2001), por exemplo, afirma que se divertir constitui uma aspiração significativa na modernidade, pois, nos dias atuais apenas se considera “livre” aquele tempo em que puramente há diversão, usar o tempo livre para curtir a casa, passar mais tempo com a família, ler aquele romance que tanto interessava, são, dentro da lógica vigente, atividades bem menos prestigiosas e exitosas que sair e divertir-se. Nesse sentido, em uma sociedade orientada para viagens de férias e turismo, é preciso ter motivos bem claros e uma justificativa necessária para não fazê-las sem que haja a perda de prestígio social, pois, é possível que a viagem seja um bem como o segundo carro ou casa de campo, que situam as pessoas num determinado estrato da sociedade (KRIPPENDORF, 2001).

Certamente essa discussão oferece aportes teóricos para uma reflexão mais profunda sobre o contexto histórico dos processos socioeconômicos e culturais que modificaram o papel do lazer na sociedade contemporânea. No entanto, dialogamos brevemente nesse enfoque do lazer como um consumo simbólico do tempo livre no sentido de traçar uma motivação que levem as pessoas ao uso fugaz dos espaços turísticos, sobretudo, através de passeios de excursão marcados pela grande fluidez e mobilidade.

Ressaltamos também que é exatamente por essas características que o excursionismo quando praticado pelos segmentos turísticos tem uma aceitação amplamente difundida. A dinâmica das excursões e curta duração da visita nas praias, supostamente, implicam a pouca

incidência de impactos ambientais, mesmo se tratando de uma atividade que envolve um fluxo grande de pessoas em sua prática; os gastos desse público no contrato da agência de viagem e no consumo de produtos e serviços nos empreendimentos turísticos representam uma importante receita para o crescimento do setor, por isso as excursões turísticas são sempre bem vindas no município. Nesse sentido, a visão que se compartilha a respeito desse estrato social é que se trata de pessoas educadas de segmentos sociais elevados, que consomem no local de destino e geram benefícios para a localidade.

A partir da caracterização das excursões populares e turísticas, podemos diferenciar as formas de vivenciar o lazer na praia, partindo do ponto de vista de Urry (2001) que adota a ideia do olhar, que pode ser um olhar romântico, isto é, direcionado a tranquilidade e ao contemplar individual da paisagem, e um olhar coletivo, que está direcionado a agitação, ao animalesco e ao apreciar do lugar onde todos se encontram. Podemos ainda interpretar o primeiro como o olhar dos turistas e o segundo como o olhar das classes populares. No entanto, o propósito da ida a praia de ambos os segmentos, mesmo diante de elementos distintos, assume motivações simbólicas que se identificam. O prazer de mostrar as fotos ou de relatar sobre a viagem, de lembrar os lugares, os encontros e as paisagens, por exemplo, pode ser considerado uma das grandes satisfações que perpassam o universo simbólico da viagem dos integrantes de ambos os segmentos excursionistas.

O consumo e as características de estilo de vida são os princípios que traduzem as distinções simbólicas para que o lazer adquira novos contornos (BOURDIEU, 1994). Assim, são as posturas corporais, as formas de se alimentar, de se vestir, de falar, as preferências musicais, as práticas esportivas, a qualidade do ônibus de excursão, etc. que exprimem distinções sociais e esquemas de classificação (BOURDIEU, 1994) nos espaços da praia. São também os elementos que produzem os sistemas de disposições, *habitus*, no qual as pessoas se identificam e reafirmam seus gostos de classe e, principalmente, mantém suas distâncias e aversões sócio-espaciais (BOURDIEU, 1994). Evitar, por exemplo, a praia aos domingos é uma maneira bem sutil de não se misturar e de se opor aos públicos populares mais pobres e menos sofisticados.

A partir desse enfoque distintivo, concluímos ainda que nas excursões populares os indivíduos se articulam para um lazer vinculado a possibilidade de diversão e descontração coletiva, por esse motivo na sua prática se desenrolam laços de sociabilidades. Nas excursões turísticas os indivíduos se agrupam para uma prática turística associada a algumas estratégias

de consumo, já que, em paralelo a potencial atratividade da praia, a oferta de produtos e serviços orienta para formas distintas de vivenciar o lazer no espaço praial.

No entanto, tais características não descartam a ideia de que a ida à praia seja um dos padrões sociais incorporados pelas classes populares nas suas formas de divertimento (PORTUGUEZ, 2001), mesmo porque, os primeiros registros apontam o lazer na praia como uma prática das classes sociais privilegiadas (CORBIN, 1989; MACHADO, 2000; RAUCH, 1995). Vale destacar ainda que, diante da difusão de elementos “[...] capazes de ditar moda e estilos de vida a serem imitados” (AOUN, 2001, p. 79) – tais como o corpo bronzeado, a cerveja gelada, os trajes de banho, e até mesmo a atração da praia como um lugar de encontros e contatos sociais – vivenciar um dia de lazer na praia acaba ganhando significados simbólicos, mesmo para aqueles que aparentemente não se encaixam nos padrões sociais de consumo comuns dos destinos turísticos.

Assim, podemos dizer que a praia, como cenário social de lazer, torna-se um espaço de inclusão e exclusão entre o rico e o pobre, o sujo e o limpo, o feio e o bonito, não só em função de distintos padrões de sensibilidades, como também pelos desiguais padrões de consumo que acabam repercutindo diferentes interesses em disputa, sobretudo quando a praia se torna um ponto de atração turística. Podemos dizer também, que essas características não só permitem visualizar os estigmas e as caricaturas criadas em torno dos segmentos que buscam o lazer na praia, como também contribui para a discussão dos atuais mecanismos de exclusão dos frequentadores cujas práticas estão em desacordo com os padrões sociais e espaciais impostas pelo modelo turístico.

## 6 REPERCUSSÕES DA POLÍTICA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DO CONDE/PB

No sentido de conhecer as repercussões da lei que instituiu a cobrança de taxas de turismo para acesso das excursões de “farofeiros” à praia, buscamos conhecer as visões dos diversos atores que fazem parte do cenário social da praia de Jacumã/PB a respeito do excursionismo na região e da política de restrição da referida atividade. Nesta análise, identificamos que a caracterização dos segmentos populares perpassa as categorias de poluidor e não consumidor, bem como, que os setores público e privado – particularmente, empreendedores turísticos – no município do Conde, se articulam nos interesses de apropriação do território, infringindo o direito de ir e vir e desconsiderando a praia como um espaço público de livre acesso.

### 6.1 CENÁRIO SOCIAL DA PRAIA DE JACUMÃ: discurso dos atores

Na idéia corrente de que o turismo pode se tornar uma fonte socioeconômica benéfica para as localidades onde a atividade é desenvolvida, o governo municipal do Conde tem buscado, através das secretarias de turismo e planejamento, inserir a região no circuito turístico da Paraíba, transformando o município num dos principais pólos receptores de turistas do Estado. As ações governamentais voltadas para o setor seguem a tendência de outros projetos turísticos implantados em costas litorâneas nordestinas, e a prioridade, segundo o secretário de turismo do município, “*é colocar o Conde na vitrine turística para a região se tornar conhecida e consolidar-se como destino turístico*”.

Nesse intuito, a participação dos gestores públicos em feiras e eventos nacionais e internacionais de turismo é uma das principais ações direcionadas a captação de investidores, e a divulgação da Costa do Conde que, de acordo com o secretário, possui uma diversidade de ecossistema com falésias, rios, Mata Atlântica, corais e baías, além de áreas propícias para o turismo rural e ecológico, já que a área rural do município oferece a possibilidade aos visitantes de contemplar atrativos diferenciados do turismo de sol e mar.

Além do fomento ressaltando as belezas naturais, os gestores públicos reconhecem a importância da infra-estrutura básica e de acesso para o desenvolvimento da atividade, e afirmam que na região essa questão ainda representa uma grande problemática. Entretanto, o Estado tem se preocupado bastante com o assunto, principalmente, porque o município carece de uma melhor parceria entre os governos estadual e federal para o andamento dos planos e projetos de melhoria da infra-estrutura na região.

Atualmente, segundo os secretários de turismo e planejamento, as vias de acesso à maioria das praias precisam ser asfaltadas, o esgotamento sanitário tem o predomínio de fossas sépticas, falta legislação para o controle da poluição sonora e visual, faltam serviços de limpeza das praias e segurança pública. Esses problemas destacados, segundo gestores, tornam-se um obstáculo na atração de investidores e visitantes, além de consideravelmente atenuantes quando se trata da presença de um fluxo grande de visitantes na região.

Além da infra-estrutura o secretário de turismo ressaltou a falta de equipamentos de logística na região – barzinhos, boates, shoppings, restaurantes, etc. Segundo o secretário esses equipamentos são necessários porque garantem uma maior diversidade de opções de entretenimento para os turistas, que “*encontram o que fazer na destinação, gastam mais e gostam mais do lugar*”, sendo dessa forma, importante atrair investimentos para a instalação desses equipamentos de entretenimento.

Com base nessa questão, perguntamos qual o objetivo da política que cobra taxas para entrada e circulação dos ônibus de excursão no município, já que o planejamento para o turismo local procura atrair mais visitantes. Segundo o secretário de turismo, “*o objetivo da política não foi elitista, mas 30 km de costa é muito pequeno quando se trata de receber um grande número de pessoas*”. Além disso, o planejamento requer “*um turismo de qualidade para que ele seja sustentado, e o excursionismo compreende uma atividade de quantidade.*”

O secretário ainda esclareceu que a Lei de cobrança foi copiada de outras regiões litorâneas, nas quais o turismo de massa também representava um grande problema ambiental, e que as principais ações que motivaram tal medida dizem respeito ao acúmulo de lixo produzido pelo aumento de visitantes circulando nas praias; e aos problemas de congestionamento pela presença de um número grande de ônibus de excursão na região. No entanto, tal cobrança de taxa de turismo está direcionada ao disciplinamento apenas do excursionismo popular, pois, de acordo com o secretário de turismo,

*Esse tipo de turista não interessa muito para gente, são maldosamente conhecidos por farofeiros porque trazem de casa sua comida. É um tipo de turista predatório que não usufrui de nada, pelo contrario só deixa problema, lixo e aborrecimento. [...] Os ônibus eram tudo quebrado, não tinha a mínima condição, se fosse começar a exigir as condições necessárias para eles saírem do interior para chegar aqui, não podiam nem trafegar nas estradas.*

No início, de acordo com o secretário de turismo, a cobrança de taxa para acesso à praia gerou bastante polêmica, contudo, no momento em que deu um freio no excursionismo de “farofeiros”, acabou repercutindo de forma positiva, pois “*os problemas de poluição sonora e visual, acúmulo de lixo e violência foram todos reduzidos, até mesmo no período de*



*carnaval.*” Tanto que outras regiões litorâneas do norte e sul da Paraíba, como é o caso de Lucena e Pitimbu, se interessaram pela Lei e pretendem adotar as mesmas medidas de restrição para controle do excursionismo.

Apesar da sutil antipatia pelas classes populares, e da Lei claramente representar uma barreira para os excursionistas “farofeiros” freqüentarem as praias do município do Conde, o secretário de turismo afirma que “*o direito de ir e vir é sagrado, é livre, agora tem que pagar*”. E esse pagamento é necessário, segundo o secretário, pois algumas praias, como é o caso de Jacumã, recebia em torno de 200 ônibus de “farofeiros” num domingo de sol, e isso causava grandes problemas.

Essa solução adotada para o disciplinamento do excursionismo além de ir de encontro a legislação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, instituído pela Lei Nº. 7.661, de 16 de maio de 1988, que traz a seguinte afirmativa:

Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. § 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo. § 2º. A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

Trouxe à tona disputas de interesses entre diversos atores envolvidos com as atividades de lazer e turismo na região. As entrevistas realizadas com os pequenos comerciantes locais e com os empreendedores turísticos da praia de Jacumã revelam esses contrapontos.

Os comerciantes locais da praia de Jacumã são favoráveis ao desenvolvimento do turismo na região, pois acreditam nos benefícios econômicos que podem ser gerados pela atividade, particularmente, no que diz respeito ao aumento das vendas nos seus estabelecimentos comerciais. No entanto, quando questionados sobre a atual política de turismo, esses comerciantes afirmaram não estarem de acordo. Vejamos algumas respostas.

Comente sobre a política de turismo que cobra taxas para entrada de excursões nas praias do município.

**Comerciante local há 03 ano na praia de Jacumã, residente na região.**

*“Sou totalmente contra porque você fere um ato da constituição que é o direito de ir e vir. Isso aqui não é um terreno do município do Conde, isso aqui faz parte do município do Conde, mas não é uma praia particular a qual ele pode tirar o direito de ir e vir. Pessoas que não tem condições de pagar ou que não querem pagar deixam de usufruir de um local público que é da União em si, e o comércio perde com isso porque eles deixando de vim deixam de consumir.”*

**Gerente de vendas há 02 anos e residente de Jacumã**

*“Misericórdia acabou! O comércio caiu muito por causa disso. Segundo o artigo 15 da constituinte nós temos o direito de ida e vinda, ninguém pode proibir. Só porque as pessoas tem um poder aquisitivo maior não podem pisar nas outras pessoas, isso não é certo. Não é certo mesmo.”*

**Comerciante ambulante não reside em Jacumã, trabalha há 02 ano na região**

*“Rapaz você agora me deixou numa sinuca. Porque é o tipo da coisa, eu sou contra isso aí né? Porque a praia é um local aberto para todo mundo. Essa questão de cobrar é meio esquisito.”*

**Comerciante local há 10 anos na praia de Jacumã, residente na região.**

*“Não concordei com essa Lei não. Muita gente disse que afastou a sujeira e atraiu quem tinha condições, mas quem tem condições não fica aqui. Eu não vi isso como positivo muito não. O fluxo de excursão era muito grande, tinha muito ônibus. Agora não tem ônibus nenhum, nenhum.”*

**Moradora local e comerciante em Jacumã há 20 anos**

*“Não concordo com a política de cobrança, porque diminuiu o movimento de pessoas na praia e isso afetou as vendas no meu comércio.”*

Notamos nas respostas dos pequenos comerciantes que eles não são favoráveis a cobrança de taxa de turismo no município e justificam chamando atenção para o fato de que a praia é um espaço público, que a cobrança desrespeita o direito de ir e vir do cidadão, e que esse direito é salvaguardo pela Constituição. Além disso, afirmam que a proibição do acesso livre à praia, imposta aos “farofeiros”, influenciou diretamente o comércio local, que teve seu lucro reduzido pela diminuição do fluxo de pessoas na praia.

Nesse ponto, destacamos que antes o movimento de pessoas na praia atraía a concentração dos comerciantes, atualmente, estes precisam adotar algumas estratégias para atrair clientes, num clima de considerável competição. Abordar as pessoas que estão caminhando na praia para oferecer e mostrar o cardápio do bar, contratar bandas para oferecer *shows* ao vivo no sentido de oferecer um serviço diferenciado, são alguns exemplos que mostram como os comerciantes estão buscando meios de atender o novo público da praia. Apesar disso, é comum encontrar algumas barracas fechadas e outras com mesas e cadeiras

desocupadas, mesmo no domingo de verão. Por esse motivo, os comerciantes locais expressaram total discordância quando responderam como se efetivou a decisão da prefeitura para implantação da lei que cobra taxa de turismo no município.

Como se efetivou a decisão da prefeitura para implantação da lei que cobra taxa de turismo no município?

**Residente e comerciante local a 03 ano na praia de Jacumã**

*“Isso eu acho que foi uma decisão impopular. Acho que a população em geral deveria ter sido consultada e o gestor local deveria trabalhar a parte de ouvir a população. O que a população quer? E a gente vê aqui muitas vezes as decisões sendo tomada no eu. Eu tomo essa decisão. Eu vou fazer isso porque eu quero fazer. Ta entendendo? Às vezes é uma decisão particular que não tá sendo aceita pela maioria.”*

**Residente e dona de bar na praia de Jacumã há 07 anos**

*“A prefeitura pegou a gente de surpresa com essa lei de cobrança”*

**Gerente de vendas há 02 anos e residente de Jacumã**

*“O prefeito Regis infelizmente não consultou os comerciantes locais. Isso é uma lei arbitrária, pra começar isso aqui é uma BR, PB 018 parece que é esse o nome, ele não pode proibir. O Ministério Público está com uma ação para vê se derruba essa lei. Ele não podia fazer isso.”*

**Moradora e proprietária de barraca nas proximidades da praia há três anos e meio**

*“Ah, o prefeito só beneficia os donos de hotéis e pousadas e os pequenos comerciantes são esquecidos.”*

**Moradora local e comerciante em Jacumã há 20 anos**

*“O prefeito não consultou nenhum comerciante pra saber a opinião a respeito dos ônibus de excursão.”*

Para os comerciantes locais a política de turismo foi uma iniciativa “individualizada” do poder público, que além de excluí-los o poder decisório da implantação da política, não se preocupou com os possíveis efeitos que os atingiriam antes de impor as regras para o excursionismo no município, pois, como os excursionistas populares representavam um público tradicionalmente freqüente na região, a ausência dos mesmos passou a significar redução de oportunidades para os pequenos comerciantes. Vale lembrar que a maioria deles tem o comércio como principal fonte de renda na família, sendo possível afirmar que o poder público local pretende desenvolver o turismo como principal atividade econômica na região, sem inclusão dessa comunidade, pois, os pequenos comerciantes ficaram desassistidos com a política de turismo.

Podemos considerar que essa não participação dos comerciantes locais na decisão de implantar a cobrança de taxa de turismo, tenha sido em função do caráter informal dos

estabelecimentos comerciais, e também por esses comerciantes não compartilharem da imagem que se tem dos grupos excursionistas que freqüentavam a praia de Jacumã. Vejamos nessa discussão a seguinte pergunta.

Qual a sua opinião sobre os excursionistas populares, isto é os “farofeiros”, e os turistas excursionistas?

**Residente e comerciante local a 03 ano na praia de Jacumã**

*“Dizem que os farofeiros não deixam dinheiro. Eu não concordo muito com essa parte ai, eles podem não deixar dinheiro para os grandes empresários de hotéis porque não veio se hospedar naquele hotel, mas eles deixam no supermercado, eles deixam no pequeno comércio. Com relação a deixar a praia suja ou não, que essa foi uma das coisas que as autoridades defendem, a praia continua suja, as pessoas que vem continuam sendo mal educadas. Isso não mudou. Então a gente não pode taxar que uma pessoa pobre é suja e uma pessoa rica é limpa.”*

**Moradora e proprietária de barraca nas proximidades da praia há três anos e meio**

*“O que os farofeiros trazem de casa não é o suficiente para um dia todo na praia. Depois de 12:00h eles sempre vinham na minha barraca comprar comida e bebida, agora não vem mais ninguém quase, vou ter que ir para outro lugar”*

*“Os turistas não param aqui, eles não consomem”*

**Comerciante local há 10 anos na praia de Jacumã, residente na região.**

*“Os farofeiros consumiam sim, eles contribuíam muito, passavam por aqui levavam uma quentinha, almoçavam. Os turistas que vem é para Tambaba e Coqueirinho, mas parar aqui Jacumã mesmo, não param não, não fica ninguém. Quem parava por aqui eram os farofeiros coitados.”*

**Residente e dona de bar na praia de Jacumã há 07 anos**

*“Alguns são mal educados, mas não eram todos, e eles não deixavam tudo espalhado pela praia, uns se juntavam para comer em algum lugar depois que saíam o lixo ficava dentro de um saco fechado no cantinho.”*

*“Os turistas não freqüentam os bares da praia”.*

**Residente e dono de bar na praia de jacumã há 20 anos**

*“Os banhistas, que eles chamam de farofeiro né? paravam o ônibus dele ali, uns deles traziam a comida, mas outros não traziam não, chegavam e diziam prepara um almoço. Chegavam aqui ocupavam duas, três mesas. O prefeito fala que no lugar que ficava os ônibus eles jogam restos de comida, jogam casca de fruta, um negócio e outro na praia. É verdade, eles fazem a bagunça deles. Eu queria limpar a bagunça deles todos os dias, mas não queria perder eles não.”*

*“Você ta vendo um turista aqui? Eles não vem pra aqui não.”*

Percebemos nessas respostas que para os pequenos comerciantes os “farofeiros” eram seus principais clientes, diferentemente dos turistas excursionistas que não são potenciais consumidores de seus produtos e serviços. Isso em parte desarticula o discurso que as excursões populares não circulavam renda na região, por supostamente serem consideradas

auto-suficientes com relação à oferta de produtos e serviços ofertados na praia. Esses comerciantes também reconhecem que os “farofeiros”, por trazerem parte de sua alimentação de casa, contribuíam no acúmulo de lixo gerando poluição, no entanto, eles não atribuem essa atitude a todos os praticantes das excursões populares. Essa opinião demonstra que os comerciantes locais não compartilham a visão estigmatizada em torno dos públicos de baixa renda.

Suas afirmações em torno da figura do “farofeiro” como consumidor e não poluidor foram tão contundentes, como se representasse uma tentativa de defender aqueles que foram excluídos por supostamente não consumir e por serem responsáveis apenas por provocar impactos ambientais na praia. Além disso, para a maioria dos comerciantes, não houve mudanças positivas na praia depois da implantação da referida lei, e os problemas de acúmulo de lixo e congestionamento continuam, independente das classes sociais que estão presentes na praia e das que foram afastadas pela cobrança de taxas de turismo.

A partir dessas considerações percebemos as contradições dos discursos que envolvem a formulação da política de turismo, e que o disciplinamento direcionado ao excursionismo acabou por influenciar na exclusão indireta desses comerciantes.

Já os empreendedores turísticos da praia de Jacumã – donos de hotéis, pousadas e restaurantes – também consideram o turismo uma importante atividade econômica geradora de renda, emprego e divisas, contudo, diferentemente, grande parte desses empreendedores é favorável a cobrança de taxa de turismo no município. Vejamos algumas respostas a respeito da referida Lei.

**Empreendedor turístico local, dono de restaurante há 10 anos na praia de Jacumã/PB, trabalha apenas na temporada de verão.**

*“Eu não sou de acordo, porque o direito de ir e vir é de todos. Eles querem o que? Privatizar uma praia? E quando se cobra uma taxa tem que dá uma estrutura. Essa lei tira o direito dos outros. É uma lei para excluir, não foi uma lei visando melhorar alguma coisa. Eu não trabalho com esse público, mas tem gente em Jacumã que trabalha.”*

**Administradora de pousada há 09 anos, cujos proprietários são de outro Estado.**

*“Não sou contra nem a favor. A questão é que tudo demais é demasiado, tinha vez que ali tinha 60, 80 ônibus estacionados, a praia ficava superlotada. Agora que proibiram, diminuiu o fluxo de pessoa. Para pousada isso não influi em nada, mas o pessoal que vinha dava lucro para os comerciantes da beira de praia né?”*

**Dono de pousada na praia de Jacumã/PB há 11 anos**

*“Eu concordo em número, gênero e grau. O que acontecia é que chegavam logo de manhã, especialmente nos domingos, os ônibus trazendo pessoas, de 6 ou 7 horas, pra passar o dia na praia. A gente vê que trazem seus próprios alimentos e bebidas e, conseqüentemente, o consumo das coisas disponíveis no município era muito limitada. Além de não deixarem dinheiro aqui deixavam a embalagem de suas comidas tudo espalhado pela praia.”*

**Administrador de hotel na praia de Jacumã, cujo proprietário é estrangeiro.**

*“O positivo é o seguinte, acabou com o turismo de massa, que não é um turismo bom para o desenvolvimento do local, porque? Porque as pessoas que vem desse turismo, suja muito né? [...] já traz sua comida, então não compra nada no comercio local, só vem usar a praia, que todo mundo tem direito, mas suja muito, joga lixo em todo canto. Além do mais o trânsito não é? Que a gente tem um problema muito grande com o trânsito e os ônibus ficavam ocupando espaço nas vias, então foi um ponto positivo porque acabou isso.*

**Administrador de hotel na praia de Jacumã desde 2004.**

*“Olha, esse é um ponto delicado. Em São Paulo isso é normal, 99% das praias tem. Por que? Para questão de manter o lugar bacana. O turista de ônibus que é chamado de farofeiro, vem e não cuida, não traz dinheiro para região, destrói tudo, suja e vai embora. Então, é importante que tenha esse tipo de fiscalização e controle para que realmente o turista que venha pra cá seja um turista de qualidade no sentido de não destruir o local e de fazer uso dos bares e dos hotéis, que geram inclusão social pela geração de empregos, pagam impostos, são empresas que normalmente agem em prol da limpeza das praias, agem em prol da manutenção de todos os ecossistemas, porque tudo isso é de nosso interesse.”*

Interessante notar que quando se trata de donos e/ou administradores de pousadas, hotéis e restaurantes, encontramos em Jacumã/PB dois tipos de empreendedores turísticos, os locais, nos quais seus proprietários e/ou administradores são pessoas da localidade; e os externos que optaram por investir em Jacumã diante do potencial atrativo da praia.

Aqueles empreendedores locais, mesmo não trabalhando com os públicos populares, reconhece que a cobrança de taxa de turismo afetou os pequenos comerciantes que tinham o público “farofeiro” como principal clientela, por esse motivo, não concordam ou dualizam o efeito – entre pontos positivos e negativos – da referida lei que cobra taxas de turismo para acesso às praias do município. Já os empreendedores turísticos considerados investidores externos, além de serem a favor, ressaltam a imagem dos “farofeiros” como não consumidores e atribuem a poluição na praia aos excursionistas populares.

Percebemos que esse discurso é predominante na tentativa de justificar a Lei, apesar de um dos administradores de hotel citar como exemplo outro Estado brasileiro, no qual a cobrança para acesso a praia é mantida como um controle necessário para o disciplinamento

do lazer de massa. Entendemos ainda que as características de não consumidor e poluidor de fato são marcantes para determinar o acesso à praia, e essa opinião, que faz parte do relato de muitos empreendedores, também mostra que o discurso dos empresários turísticos, na sua maioria, afina-se com o discurso dos gestores municipais.

Vale destacar, nesse contexto, que o discurso dos empreendedores turísticos é sempre predominante por ser argumentativo na questão de oportunidades geradas pelo *trade* turístico, particularmente, a geração de empregos. O que chama atenção para o fato que, apesar do turismo corresponder a uma modalidade de lazer, a inclusão da população local na atividade sempre se faz mediante a categoria trabalho, e em alguns casos as comunidades receptoras tem suas práticas de lazer cotidianas embaçadas ou enfraquecidas com a chegada do turismo, pois, o lazer turístico está direcionado para o usufruto de outros segmentos sociais. Além disso, a mobilização econômica do turismo em outros setores potencializadores da atividade – como agências de viagens, empresas de transportes aéreos e rodoviários, empresas de cartão de créditos, entre outros – é sempre mais significativa em comparação ao retorno financeiro que a atividade proporciona a comunidade, até mesmo pela oferta de emprego. Sendo dessa forma, pretensioso o discurso dos empreendedores, pois estes são sempre beneficiados com o desenvolvimento do setor.

A visão do “farofoeiro” como agente poluidor também é um ponto forte que sustenta um discurso ambiental presente na fala dos empreendedores, que demonstram certa preocupação em manter o ambiente praial salubre para um melhor usufruto do lazer. Trata-se de uma tentativa de justificar as medidas de restrição em favor da conservação e preservação do meio ambiente, bem como, de uma associação do turismo às preocupações com as questões ambientais. Segundo Alcantara (2005) esse apelo ecológico, amplamente difundido na sociedade, muitas vezes é usado como um elemento discursivo que ampara a manipulação territorial posta em prática por determinados atores sociais. E essa argumentação de qualidade ambiental da praia pode ser vista também na fala de alguns empreendedores na seguinte pergunta:

Que mudança você destaca após a implantação da referida lei no município?

**Empreendedor turístico local, dono de restaurante há 10 anos na praia de Jacumã/PB, trabalha apenas na temporada de verão.**

*“Não mudou nada. Diminuiu o fluxo de gente, mas, não mudou nada, tá do mesmo jeito. O carnaval foi triste, a praia tava podre. Carnaval em si não tem, porque o carnaval daqui de Jacumã é só aquela casca de propaganda. É mais o pessoal bebendo, só bebedeira, som alto. O mesmo barulho, barulho demais nos carros.”*

**Administradora de pousada há 09 anos, cujos proprietários são de outro Estado.**

*“Melhorou o trânsito, antes tinha muito índice de menino perdido, de afogamento. Agora depois desse controle a praia queira ou não ficou mais limpa.”*

**Administrador de hotel na praia de Jacumã, cujo proprietário é estrangeiro.**

*“Então, eu acho que agora pra o turismo bom, que é do pessoal que vem e se hospeda e que quer passar as férias, ficou melhor. Porque a praia está mais exclusiva, digamos assim. Ficou com menos pessoas, sem aquela agitação, porque as pessoas que vem pra aqui querem tranqüilidade e agora podem encontrar”*

**Dono de pousada na praia de Jacumã/PB há 11 anos**

*“Eu diria que para aqueles que freqüentam as praias há um maior conforto, porque não tem tanta conglomeração de pessoas como era no passado. Essas pessoas agora se espalham, não ficam todos concentrados num lugar só, assim as pessoas tem uma melhor qualidade de lazer.”*

**Administrador de hotel na praia de Jacumã desde 2004**

*“Há uma melhoria, tanto as praias estarem mais limpas quanto na própria facilidade de controle da prefeitura em relação aos turistas que vem para cá”*

Além da questão da poluição, brigas, violência, roubos, consumo exagerado de álcool, abuso de barulhos e acidentes são práticas diretamente associadas à presença dos segmentos populares na praia, o que acaba tornando o excursionismo de “farofeiros” uma atividade incômoda e indesejada, bem como, atribui uma imagem negativa e depreciativa aos excursionistas pobres, desqualificando a prática social e legitimando a repressão sobre a mesma (ALCANTARA, 2005; BRUHNS, 2000). Essa relação, que confirma simbolicamente a tendência de marginalizar o lazer das classes populares, se declara, principalmente, a partir da afirmação de alguns representantes dos empreendimentos turísticos, que ressaltam o fato que a praia de Jacumã se tornou mais exclusiva e confortável, menos agitada e poluída.

Aqui, entrelaçamos a ideia que Bauman (1998) propõe sobre a distinção entre a ordem e a desordem, pois, segundo o autor, a ordem está sempre relacionada a pureza, a higiene e a segurança, ao passo que a desordem significa tudo que é sujo, imundo, inseguro ou “fora do lugar”. Nesse sentido, eliminar a desordem representa um esforço positivo para manter um padrão ideal de ambiente, e na busca por determinar espaços pré-selecionados e idealizados, algumas pessoas são concebidas como obstáculos para uma apropriada organização dos espaços, os quais Bauman (1998) chama de estranhos.

Os estranhos são aqueles que não se ajustam aos padrões estéticos e morais do espaço, vem de longe e estão fora dos comportamentos que determinam a ordem, o que torna



necessário impor limites e distâncias fundamentais para manter a imagem ordeira e harmoniosa do lugar. São, de acordo com o autor, sócio-culturalmente construídos por questões de estilos de vida, padrões de consumo e identidades herdadas, porém, sua simples presença, mesmo que temporária, pode deixar turvo o que deve ser transparente, sendo a única resposta racional a essa presença, o esforço de excluí-los da sociedade. Para tanto o estranho precisa receber um estigma, pois, uma vez estigmatizado, dificilmente conseguirá negar a identidade ou característica de indivíduo indesejado e impuro, o que acaba por legitimar a exclusão como uma ação boa e correta (BAUMAN, 1998).

Nessa descrição, os “farofeiros” se encaixam como estranhos pelos estigmas já existentes em torno do termo e da prática social, por representarem membros da parcela mais pobre e negra da sociedade, e também porque, economicamente falando, são consumidores falhos, portanto inúteis para as orientações do mercado (BAUMAN, 1998). Assim, alguns empreendedores turísticos reproduzem o discurso de melhoria da qualidade ambiental e da qualidade do lazer, na intenção de justificar a expulsão dos “farofeiros” como um mal necessário.

Vale lembrar que alguns empresários do setor turísticos da região estão organizados através da Associação Turística da Costa do Conde, que representa atualmente a principal parceria entre Estado e iniciativa privada, a partir da qual se divide, principalmente, os trabalhos de divulgação turística. Nesse sentido, podemos considerar que a política de turismo seja uma medida de controle efetuada pelo Poder Público, na qual interesses particulares podem estar embutidos nessa parceria.

Entretanto, os moradores locais e os veranistas da praia de Jacumã também fizeram parte dessa pesquisa, e suas respostas surpreendentemente, reafirmaram o perfil dos “farofeiros” como consumidores e, mesmo aqueles que reconheceram alguns impactos pela presença dos públicos excursionistas na praia, não demonstraram perceber a política de controle como um aspecto positivo, em especial, por ser a praia um espaço público. A seguir destacamos algumas respostas.

Comente sobre a política de turismo que cobra taxas para entrada de excursões nas praias do município.

**Senhor, residente em Jacumã há 20 anos**

*“Não concordo não, mas ele quer, o prefeito quer. Esses ônibus deixam alguma coisa e muita gente depende deles. Eles traz as coisinhas deles, mas quando acaba dá um pouco de lucro. Porque o turismo, não vai pra a beira da praia e pra aquelas barracas vão pra as pousadas, e os ônibus não vai pra as pousada vai pra a barraca da praia.”*

**Jovem, residente em Jacumã desde criança**

*“No meu ponto de vista, a certo momento foi bom pra a gente que mora aqui, porque antes tinha muita confusão na beira da praia quando vinha os ônibus de excursão. Mas, em certo ponto não tão bom para os barraqueiros, porque eles perderam muito, apesar de que tinha ônibus que quando vinha trazia muita comida e bebida e as pessoas não consumiam nada.”*

**Senhor, residente em Jacumã há 08 anos**

*“Erradíssimo! Errado a praia é pública. Pra vim tomar banho, pra conhecer a praia tem que pagar? As barracas estão tudo vazias, o pessoal tão procurando outras praias. Isso é ruim para os comerciantes porque é o período deles lucrarem alguma coisa e não tão lucrando.”*

**Rapaz de 25 anos residente em Jacumã**

*“Não concordo porque a praia é pública. Acho que todos tem o direito de vim, mas tem que saber se comportar, trazer um saco de lixo, ter higiene.”*

Alcantara (2005) tratando sobre o controle do acesso dos ônibus de excursão às praias do litoral do Rio de Janeiro, cita o caso de Cabo Frio, onde o processo de segregação dos “farofeiros” acompanhou a reforma urbanística da área, posta em curso pelo poder público local, que reorganizou espacialmente quiosques e barracas na extensão de areia da praia, promoveu a recuperação da infra-estrutura básica e turística, e mudou o padrão da oferta dos produtos e serviços na região. Segundo o autor, as intervenções do poder público sobre o meio físico e a conseqüente renovação da paisagem tornou o discurso desenvolvimentista do turismo revigorante no depoimento de moradores dos mais diversos segmentos sociais. Sua pesquisa mostra que a população local de Cabo Frio não concebeu negativamente a proibição do acesso dos “farofeiros” a certos espaços da cidade.

Como em Jacumã esse processo não é compatível, pois, a região não dispõe de adequada infra-estrutura básica e turística para receber visitantes, e os projetos de qualificação urbanística na área estudada são todos planos previstos para o futuro – alguns deles, pode-se dizer, existente apenas verbalmente, considerando a escassa documentação que trate sobre o assunto – essa questão indica que a prefeitura buscou copiar a política de turismo de outras regiões turísticas, sem, no entanto, promover as mudanças urbanísticas do território que, na maioria das vezes, “respaldam” as medidas restritivas. Esse pode ser considerado um motivo relevante para a população local não ser favorável a Lei imposta no município, bem como, para reconhecer que o afastamento das classes populares afetou o comércio local que se voltava ao atendimento desse público.

Como se efetivou a decisão da prefeitura para implantação da lei que cobra taxa de turismo no município?

**Senhor, residente em Jacumã há 20 anos**

*“Toda vida foi liberado. Eu acho que teve alguma força, algum apoio de algum grandão aqui de dentro pra afastar eles.”*

**Senhor, residente em Jacumã há 08 anos**

*“Tão querendo arrecadar dinheiro né? Eu acho que seja isso.”*

**Jovem, residente em Jacumã desde criança**

*“(risos) Olhe é porque eu não estou por dentro do assunto. Não sei.”*

**Rapaz de 25 anos, pescador, residente em Jacumã**

*“Ninguém sabia dessa lei não, eu fiquei sabendo agora.”*

As respostas dos residentes em Jacumã demonstram que a decisão dos gestores públicos na implantação da Política, não foi compartilhada com a população local, tanto que alguns moradores se questionam sobre o verdadeiro objetivo da política. Afastar os “farofeiros” da praia e arrecadar dinheiro são possibilidades destacadas pelos moradores, diante do desconhecimento das ações que motivaram o poder público implantar a Lei no município.

Os veranistas da praia de Jacumã, também entrevistados, deram respostas condizentes com as afirmações da população local. A seguir temos algumas respostas referentes à pergunta sobre a política de turismo que disciplina o acesso dos ônibus de excursão as praias da Costa do Conde.

**Rapaz de João Pessoa/PB, há cinco anos veraneia em Jacumã com amigos**

*“Não concordo porque a praia é um patrimônio público, mas acho que o motivo foi a quantidade de ônibus na região e o lixo que deixavam nas praias”*

**Jovem de Campina Grande/PB, há seis anos veraneia e passa o carnaval em Jacumã, costumava praticar o excursionismo para visitar as praias do município**

*“É um absurdo! Olhe, o ano passado a gente veio fora desse período de carnaval, a gente já tinha entrado na cidade, a gente veio numa van, aí a guarda municipal parou e fez a van voltar porque ninguém tava disposto a pagar. Eles alegam que essa taxa é cobrada porque os turistas, que eles chamam no popular de farofeiros, estavam estragando a praia, mas eu acho que com essa taxa estão trazendo mais prejuízo, porque agora [...] você não ver ninguém na beira mar. Os farofeiros, por mais que algumas pessoas não venham para ficar na barraca, consomem alguma coisa. Eu mesma posso me encaixar nessa lista de farofeiros como eles tratam, mas eu sempre venho e consumo na barraca não trago nada para a praia.”*

**Jovem de João Pessoa/PB, há dezoito anos veraneia em Jacumã em casa de família**

*“Essa política implantada de forma direta seleciona as pessoas que devem ter acesso à praia. As praias são públicas e todos devem usufruir delas independente da classe social que ocupam.”*

**Senhor de João Pessoa/PB, há 10 anos veraneia e passa o carnaval em Jacumã/PB com a família.**

*“Rapaz eu não concordo não, porque a praia é uma área livre pra todo mundo. Ai a pessoa vem pra praia, aí pra entrar de ônibus tem que pagar? É mesmo que cobrar uma entrada pra um show. Isso aqui é uma coisa que ninguém botou nada aqui não, é uma coisa divina que Deus deu para todo mundo.”*

Percebemos na resposta de uma das veranistas que o perfil do público que costuma veraneiar em Jacumã não se difere do perfil dos “farofeiros”, a mesma chega a afirmar que se encaixa no segmento popular, mas, no entanto, consome produtos e serviços no comércio local, não podendo ser, dessa forma, taxada como uma visitante que não consome e só polui ao usufruir os espaços da praia. Os demais veranistas também discordam da cobrança, principalmente, por ser a praia um espaço público, que deve ser compartilhada por diversas classes sociais.

Em sua opinião, que medida deveria ser implantada no sentido de disciplinar a atividade excursionista?

**Veranistas de Campina Grande/PB, há seis anos passa o carnaval em Jacumã e costumava praticar o excursionismo para visitar as praias do município.**

*“A taxa que é cobrada é um absurdo, o valor poderia ser mais baixo eu acho.”*

**Jovem de João Pessoa/PB, há dezoito anos veraneia em Jacumã em casa de família**

*“A cobrança de taxas não é a mais ideal. Deveria-se pensar em programas de conscientização dos turistas quanto à preservação do meio ambiente, aumentar a fiscalização e o policiamento na área e adjacências.”*

**Rapaz de João Pessoa/PB, há cinco anos veraneia em Jacumã com amigos**

*“Educação, para educar os usuários a manter e conservar as praias limpas.”*

**Senhor de João Pessoa/PB, há 10 anos veraneia e passa o carnaval em Jacumã/PB com a família**

*“A prefeitura tem que fazer uma estrutura que garanta área pra quem vem pra cá, porque eles não podem empatar ninguém de armar uma tenda, de fazer um piquenique na areia da praia, eles não podem empatar não.”*

As referidas respostas dos veranistas da praia de Jacumã são todas relevantes para a discussão dessa pesquisa. O preço da taxa de turismo impossibilita as classes populares

arcarem as despesas da viagem e o pagamento de um pedágio para acesso à praia; não existem programas educacionais no município que visem um disciplinamento do lazer, a partir de campanhas de educação sanitária e ambiental que chamem atenção para a necessidade e importância de conservação da praia, bem como, dos seus elementos naturais e paisagísticos; e a prefeitura não oferece nenhum tipo de infra-estrutura para hospitalidade dos excursionistas.

Assim, a partir da investigação realizada em torno dos efeitos da política de turismo no município do Conde, percebemos que as medidas adotadas para controle e disciplinamento da prática do excursionismo na região estudada se baseiam na ideia de exclusão, pois a transformação da praia em destino turístico requer a invisibilidade dos grupos sociais incompatíveis com a organização espacial do território que se pretende realizar para atender demandas turísticas.

Pode-se dizer que o consumo distintivo do lazer dos públicos excursionistas, traduzido nas formas de se alimentar, nos produtos e serviços utilizados, e nas formas de ocupação dos espaços da praia, acabou refletindo em disputas simbólicas de poder no uso e apropriação dos espaços de Jacumã, bem como, das outras praias do município. Nesse contexto, como o racismo ambiental trata das injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre os grupos menos dotados de recursos financeiros e políticos (HERCULANO e PACHECO, 2006; ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009), no caso estudado, identificamos a proximidade desse conceito por três motivos.

O primeiro, expresso no discurso discriminatório presente na formulação da política de turismo que associa a degradação ambiental aos “farofeiros”, já que eles são apontados pela falta de modos e respeito por fazerem de cozinha, dormitório e banheiro os espaços da praia e do mar; são poluidores pela produção de barulho, pela sensação de invasão na praia causando feiúra e deselegância; e são considerados uma praga que espanta a boa clientela em função da sua condição socioeconômica que não permite a utilização dos empreendimentos turísticos locais (MACEDO e FIGUEIREDO, 1986 apud BRUHNS, 2000). Enquanto que os turistas excursionistas são vistos como pessoas de boa educação e comportadas por pertencerem aos segmentos sociais mais elevados.

O segundo, pela privatização do uso do meio ambiente comum – a praia: água, ar, sol, vento, etc. – expressa na cobrança de taxa de turismo. A desigualdade de acesso aos recursos naturais é apontada como um dos principais fatores de injustiça ambiental, pois representa a apropriação desigual da natureza tanto na esfera da produção como no consumo (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009). Na praia de Jacumã essa injustiça é justificada

pelos critérios de classificação – estereótipos baseado em padrões de consumo – existentes em torno dos segmentos excursionistas.

E o terceiro diz respeito ao disciplinamento desigual, na medida em que as regras acabaram por afetar os públicos sócios economicamente menos favorecidos, ou seja, os excursionistas populares, e os grupos sócios politicamente menos organizados, isto é, os pequenos comerciantes locais. Dessa forma, o racismo ambiental é vislumbrado na política que, proporcionando efeitos diferenciados sobre os grupos, promove a discriminação e exclusão sócio-ambiental dos mais pobres em detrimento a inserção dos mais ricos.

Segundo Acsegrad, Herculano e Pádua (2004), por tratamento justo nenhum grupo de pessoas deve suportar uma parcela desproporcional das consequências de decisões e da execução de políticas e programas federais, estaduais ou locais, bem como, das consequências resultantes da ausência ou omissão dessas políticas. Os autores ainda destacam que, muitos exemplos de injustiças ambientais são resultantes da lógica perversa de um sistema de produção, que permite que grandes empresas lucrem em detrimento da segregação sócio-espacial dos mais pobres, que tem menos poder de se fazer ouvir na sociedade e nas esferas de poder.

Nesse contexto, chamamos atenção para a pesquisa de Guedes (2005) sobre a análise de impactos ambientais no Distrito de Jacumã, na qual a pesquisadora identifica que os empreendimentos turísticos são responsáveis por grandes impactos ambientais negativos na região, por se instalarem em áreas protegidas por lei, em áreas com fortes restrições de ocupação, e pela sua grande capacidade de gerar resíduos. Assim como, o estudo de Silva (2010), sobre compatibilidades físico-ambientais e urbanísticas também no Distrito de Jacumã, onde a pesquisadora destaca como resultado, a expansão urbana incompatível com os condicionantes ambientais, em função da ocupação de áreas com extrema carência e ineficiência de infra-estrutura básica, como esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, etc.

As pesquisadoras ainda destacam a construção de pousadas no topo de falésias, acompanhando a topografia desenhada pela formação geológica, a invasão de espaços que davam acesso à praia para ampliação das instalações de empreendimentos turísticos, entre outros fatores (GUEDES, 2005; SILVA, 2010). Contudo, essas problemáticas parecem não preocupar os governantes, já que os empreendimentos turísticos são sempre bem vindos no município e usufruem de relações privilegiadas com o poder público local.

Vale lembrar ainda que, conforme explica Alcantara (2005), as excursões populares são relativamente pontuais no tempo e no espaço, por estarem presentes na praia geralmente

nos domingos no período de verão, e por se concentrarem em pontos específicos da orla. Sendo possível afirmar que os impactos ambientais dessa prática são menos danosos a outros processos de apropriação do espaço.

A partir dessa discussão, considerando que os excursionistas populares eram tradicionais frequentadores da praia de Jacumã, antes dela se tornar um atrativo turístico, podemos dizer que tal política buscou solucionar os problemas ambientais do lazer de massa na região, sem internalizar os segmentos sociais envolvidos no processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo do excursionismo na praia de Jacuma/PB, analisamos contextos que se fazem relevantes para compreender a dinâmica sócio-espacial do desenvolvimento turístico, em especial nos espaços litorâneos. Foi visto que o discurso do turismo se articula com as concepções desenvolvimentistas correntes na atual sociedade, já que propõe abranger dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas através da viabilidade de uma simples prática de lazer. A análise sobre políticas públicas de turismo mostrou que a atuação do poder público no incentivo da atividade se realiza como proposta de crescimento sócio-econômico, entretanto, observou-se a efetiva ausência de políticas de lazer para o reconhecimento do uso do espaço público litorâneo pelos segmentos sociais populares.

A política de cobrança de taxas de turismo analisada reflete essa desatenção com uma parcela significativa de cidadãos. Por isso, destacamos uma importante contradição da Lei 575/2009, pois a mesma esclarece que seu objetivo é o disciplinamento do turismo de massa de excursão, e suas atribuições recaem exclusivamente sobre os segmentos populares, pois apesar de o excursionismo popular ser considerado como segmento do turismo de massa, por não serem organizadas por agência de viagens e turismo, as excursões populares não são consideradas excursões turísticas, são apenas conhecidas como excursões de “farofeiros”, domingueiras, piratas e/ou clandestinas (RODRIGUES, 2001; AOUN, 2001).

Nesse sentido, essas excursões informais passaram a ser alvo de cobrança para o acesso à praia por causarem prejuízos ambientais para área, e supostamente não gerarem renda para o local de visitação. O que “justifica” a cobrança por parte da prefeitura no sentido de gerar receita para ser revertida na melhoria da infra-estrutura, assim como são – ou deveriam ser – utilizados os impostos cobrados para outras atividades produtivas. Contudo, a pesquisa revelou que os excursionistas populares eram tradicionais clientes consumidores do comércio local, de modo que podemos dizer que a presença dessas excursões contribuía na geração e circulação de divisas no município.

Quanto às excursões turísticas, ressaltamos que o município do Conde não dispõe de agências de receptivos, e essas excursões são organizadas por agências de viagens de outros municípios, cidades e Estados. Dessa forma, não geram impostos diretos para localidade e, mesmo os excursionistas utilizando produtos e serviços turísticos da região, parte dos empreendimentos turísticos, além de estarem envolvidos com algum tipo de isenção de impostos, são de proprietários estrangeiros ou de outros Estados brasileiros (GUEDES, 2005), cujas receitas não beneficiam a localidade, exceto sob forma de pagamento para uma parcela



de trabalhadores. Assim, podemos considerar que as excursões turísticas igualmente não geram benefícios econômicos importantes para o município, e acabam perdendo para a localidade seu caráter de excursão formal, mesmo formalizadas com o cadastro das empresas que oferecem serviços turísticos fornecido pela EMBRATUR.

Além disso, conforme argumenta Guimarães (2006), quando nos deparamos com o turismo de praia, percebemos algumas dificuldades de delimitar o que venha ser turismo e não-turismo, por esse motivo, a Organização Mundial de Turismo - OMT estabelece critérios para designar que tipo de viagem deve ser considerada turística. Seguindo a referida organização, as viagens turísticas são aquelas nas quais os visitantes permanecem pelo menos 24 horas no local visitado por motivo de lazer, prazer, negócios, missões, razões familiares, desportos, etc.; já o excursionismo são as viagens, cujos visitantes são temporários e permanecem menos de 24 horas no local de destino, com as mesmas finalidades que caracterizam a prática turística (ANDRADE, 2002; GUIMARÃES, 2006).

Essas definições, segundo Guimarães (2006), são apenas para delimitar o turismo no ponto de vista da segmentação do mercado, no entanto, seguindo as classificações da OMT, os “farofeiros” e os “turistas excursionistas” não se encaixam no que é designado para definição do que venha a ser turista, podendo apenas serem classificados como visitantes de um dia, particularmente pelo período de permanência no local receptivo.

Nesse exato contexto, considerando esse ponto de semelhança entre os dois públicos excursionistas, a massificação da prática do excursionismo na região estudada, não poderia ser considerada apenas do ponto de vista da prática popular, e o disciplinamento da Lei 575/2009 deveria também está direcionado para as excursões que são empreendidas por turistas de outras localidades. No entanto, as distintas formas de consumo e estilo de vida caracterizam um público como “farofeiros” e outro como “turistas”, e é a partir dessas características que a política de turismo designa os segmentos a serem disciplinados para o acesso à praia.

Ainda nesse contexto, é preciso considerar que o fluxo de excursões turísticas no período de verão também é um fluxo de massa, pois a partir das informações obtidas junto as agências de receptivo de João Pessoa/PB, foi constatado que algumas empresas de turismo chegam a levar aproximadamente 150 turistas por dia para conhecer a Costa do Conde. Somando-se a isso esses passeios são organizados pelas agências durante os cinco dias de semana, o que garante uma circulação de visitantes tão significativa quanto o movimento proporcionado pelas excursões populares, típicas do domingo de verão.

Relembramos outro ponto contraditório, que é o fato da prefeitura não oferecer nenhum tipo de infra-estrutura para acolhimento e limitação do acesso das excursões à praia – tais como guarita, estacionamento, área para piquenique, vestuário, etc. O que torna incoerente a cobrança de turismo, pois nenhum serviço é garantido para aquelas excursões que se dispuserem a pagar a referida taxa. Da mesma forma, a prefeitura não dispõe de serviços públicos regulares para garantir a organização mínima do espaço, tais como limpeza em trechos da praia, guardas vidas, segurança pública, etc. Assim como lembra Arruda (2010) para que se cobre dos “farofeiros” exercícios de limpeza ou outras posturas de ordem, é necessário que exista o mínimo de infra-estrutura com coletores de lixo dispostos na praia, banheiros públicos e serviços essenciais para garantir a segurança dos visitantes que buscam o desfrute do lazer.

Por esse motivo, consideramos que a política de turismo para a exclusão dos “farofeiros” da praia de Jacumã, bem como, de outras praias do município, representou uma das primeiras ações do poder público local para iniciar um processo de urbanização turística na área estudada, sobretudo, a partir da chegada de alguns complexos turísticos na região – uns já em funcionamento como é o caso do *resort Mussulo*, outros ainda com as obras em fase de andamento.

No entanto, considerando que a urbanização turística promovida a partir da concentração de mega empreendimentos, além da inserção dos territórios na divisão internacional de trabalho, responde a uma ocupação privada e esteticamente seletiva, particularmente, pela introdução de novos padrões de consumo. Podemos dizer que esse modelo de urbanização por si só acaba funcionando como fronteiras invisíveis para os “farofeiros” que, muitas vezes, inibidos com as novas formas físicas e práticas sociais que o ordenamento turístico promove, são levados a frequentar balneários mais populares.

Dessa forma, a cobrança de taxa de turismo no município do Conde acaba se confirmando como uma barreira não apenas simbólica, mas também material, pois exclui determinados segmentos sociais de um processo de ordenamento seletivo do espaço para favorecer o turismo. O que nos leva a confirmar a hipótese que a implantação da cobrança de taxas de turismo visou excluir da praia os “farofeiros”, já que o arroz, a farofa e o frango assado não combinam com as paisagens que se pretende criar para atrair produtores e consumidores turísticos. E é nessa lógica, que mais uma vez colocamos o caso como injustiça ambiental, já que a política de turismo na região está baseada num modelo de desenvolvimento para a apropriação do espaço de acordo com interesses excludentes.

Ressaltamos, no entanto, que apesar dos excursionistas populares declararem serem contra a cobrança de taxas de turismo para acesso as praias do município<sup>2</sup>, essas pessoas através do passeio de excursão buscam o lazer, que de acordo com alguns autores (DUMAZEDIER, 1999; GUTIERREZ, 2001; KRIPPENDORF, 2010), representa um momento de descontração para escapar da rotina diária, descansar do período de trabalho e esquecer algumas dificuldades. Nesse sentido, se torna mais prático e menos desgastante para essas pessoas buscarem outras praias do que iniciar um movimento de luta para reivindicar seu direito ao acesso as áreas da Costa do Conde, sobretudo, a praia de Jacumã que durante muitos anos foi uma das preferidas pelos “farofeiros”.

Certamente essas novas apropriações espaciais pelos excursionistas populares não descartam o preconceito nem a injustiça praticada a eles pelas classes dominantes, muito menos negam um movimento por justiça ambiental, pois, se essas políticas sob forma de normas discriminatórias acabam servindo de exemplos para outras localidades, cada vez mais os estratos sociais, desprivilegiados dos padrões de consumo desejáveis, irão encontrar dificuldades para acesso aos espaços públicos de lazer.

Por fim, chamamos atenção para um exemplo de excursionistas que a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer em uma de suas pesquisas de campo: uma excursão popular organizada por cortadores de cana da zona rural de Goiania/PE, famílias que sobrevivem com uma média de um salário mínimo e participam do passeio de excursão à praia uma vez no ano, já que o gasto de 10,00 reais com o transporte se torna um custo considerável diante da baixa condição socioeconômica desses cidadãos. Questionamos, com base nesses excursionistas, se o ordenamento do território para o desenvolvimento do turismo, mesmo diante de todo potencial socioeconômico, cultural e ecológico, justifica privar o direito e o acesso dessas pessoas vivenciarem um dia de lazer na praia.

---

<sup>2</sup> Esse relato foi obtido pela pesquisadora mediante as entrevistas com os excursionistas populares na praia do Seixas. No entanto, consideramos esta parte da entrevista como uma conversa informal, já que a caracterização dos públicos populares e turísticos focou o estudo do sentido simbólico de vivenciar um dia de lazer na praia. Nesse sentido, não iniciamos a discussão sobre a política de turismo com os referidos excursionistas para análise nesta pesquisa, principalmente, porque nem todos os “farofeiros” sabiam da existência da cobrança da taxa no município. Os que sabiam demonstraram indignação diante da nova política municipal, mesmo desconhecendo o valor cobrado; outros achavam que a não organização do passeio para a praia de Jacumã tratava-se apenas de uma mudança de destino por opção dos praticantes do excursionismo.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 75-96
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: ASCELRAD, Henri; HERCULANO, SELENE; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p. 9-20
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALCANTARA, Guilherme de. **Abaixo a farofa!** : exclusão “legitimada” em territórios de praia. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 158f. Disponível em: <  
TTP://teses.ufrj.br/IPPUR\_M/GuilhermeDeAlcantara.pdf> Capturado em: 06 de out. de 2008. 16:06:02
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Turistificação: os novos atores e imagens do litoral cearense. In: **Nordeste**: turismo, meio ambiente e globalização. VI Encontro Regional de Estudos Geográficos. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997. p. 27-36
- ARRUDA, Alian Paiva de. **Os “farofeiros” em excursão nas lagoas de Arituba, Boágua e Carcará (Nísia Floresta/RN)**: análise de uma outra face do turismo potiguar. Dissertação (Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. Disponível em <  
[http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado/tde\\_arquivos/16/TDE-2010-10-25T074614Z-3001/Publico/AlianPA DISSERT.pdf](http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado/tde_arquivos/16/TDE-2010-10-25T074614Z-3001/Publico/AlianPA DISSERT.pdf)> Acesso em: 22 de out. de 2011. 16:47
- AUGÉ, Marc. *El viaje imposible: el turismo y sus imágenes*. Gedisa Editorial. Barcelona, España, 1997.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.
- AOUN, Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 2001.
- BANDUCI JR. Álvaro; BARRETTO, Margarita. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. (Orgs.) São Paulo: Papyrus, 2001.
- BARBOSA, Luciana Marciel. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário**: políticas para o desenvolvimento local no Ceará. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2011. Disponível em: <[www.uece.br/mag/dmdocuments/luciana\\_maciel\\_dissertacao.pdf](http://www.uece.br/mag/dmdocuments/luciana_maciel_dissertacao.pdf)> Acesso em: 21 de Ago. de 2011. 21:29

BARRETTO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 17-36.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENEVIDES, Ireleno porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997 p. 23-41

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Desenvolvimento local e redes socioproductivas. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**. Rede DLIS, 2001. p. 45-56.

BONFIN, Ana Sherlly.; MARINHO, Aline Barros; FERREIRA, Ana Isabela Cavalcante CEZARINO, Fabíola Alves; ASSIS, Geraldo Andrade; MEDEIROS, Isabella Cordeiro **Diagnóstico Turístico do Município do Conde**. João Pessoa, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de Classe e Estilo de Vida. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2 ed., 1994, p. 82-121

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Lei Nº. 7.661, de 16 de maio de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm)> Acesso em: 28 de ago. de 2011. 15:30

BRUHNS, Heloisa Turini. Turismo e lazer: viajando com personagens. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 81-103

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamonde, 2008.

BUENO, Francisco da Silveira. (Org.) **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Ministério da Educação: Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro, 1986.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ASCELRAD, Henri; HERCULANO, SELENE; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p.41-66

CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário picoral à criação da sociedade amigos da praia de Torres - SAPT (1910-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: < [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=144767](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144767)> Acesso em: 16 de fev. de 2011. 20:15:01

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.38-54

CASTRO, André Luiz Costa; NASCIMENTO, Raquel Lima. **Índice de Desenvolvimento Turístico**. ABBTUR Nacional, Associação Brasileira de Bacharés em Turismo. Capturado em: <[http://www.abbtur.org.br/index.php?secao=ver\\_artigo&id=2](http://www.abbtur.org.br/index.php?secao=ver_artigo&id=2)> Acesso em: 29 mar. 2006.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo X espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo e pós-modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-50

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas Papyrus, 1998

COSTA, Jean Henrique. Turismo, desenvolvimento desigual e relações de trabalho no litoral potiguar. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de (Org.). **Políticas de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais**. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 39-68.

CRUZ, Rita de Cássia. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália, Ines G. de. **Turismo: Impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adry Balastrieri (Org.). **Turismo; modernidade; globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 9-15

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. **Economia do turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUEDES, Joelma Abrantes. **Empreendimentos turísticos e impactos ambientais no Distrito de Jacumã município do Conde/PB**. Dissertação (Mestrado). João Pessoa:

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, 2005.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 43-71

GUIMARÃES, Vera Maria. **A modernidade e os encontros turísticos**: turistas na Barra da Lagoa. (Tese) Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. São Paulo, 2001.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2004.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Racismo ambiental. **I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, INTERFACEHS. Disponível em: <[www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod\\_artigo=113](http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113)> Acesso em: 08 de Nov. de 2011. Às 11:00h.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 30 de Jun. de 2011.

KANITZ, Heidi Gracielle; MORAIS, Jefferson Dantas freire de Moraes; MARTINS, Liége Azevedo; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. Plano Nacional de Turismo 2007/2010: análise e desafios de sua implementação. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de (Org.). **Políticas de turismo e desenvolvimento**: reflexões gerais e experiências locais. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 99-122

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LIMA, Ingrid Carneiro de; ARAGÃO, Raimundo Freitas. Gestão do território para o turismo e implicações na mudança do imaginário social e ambiental: o Ceará virtualizado. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de (Org.). **Políticas de turismo e**

**desenvolvimento:** reflexões gerais e experiências locais. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 123- 140

LOIOLA, Elizabeth. **Turismo e desenvolvimento**. Revista Bahia Análise & Dados. Salvador, Bahia. SEI. v.11 n. 2 p. 51-74. Setembro, 2001. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110)> Acesso em: 20 de jun. de 09.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa T. **Viagens à natureza:** turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997. p. 43-58

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 105-129

MACHADO, Adjane de Araújo; ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Excursões populares e turísticas:** um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia. Disponível em <<http://www.pontourbe.net/edicao9-artigos/198-excursos-populares-e-turisticas-um-enfoque-sobre-quase-grupos-e-praticas-de-lazer-na-praia>> Acesso em: 03 de Jan. de 2012.

MACHADO, Helena Cristina F. *A construção Social da Praia*. **Revista Sociedade e Cultura** 1, Cadernos do Noroeste, série Sociologia. v. 13, p. 201-218, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2003.

MARQUES, Denilson Bezerra; LUCENA, Pierre. O turismo do Vale do São Francisco Pernambucano entre a rede de produção e ação comunicativa: elementos de uma política pública para a formulação de plano estratégico. In: AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de. **Gestão Pública:** práticas de desafios. Recife: Bagaço, 2007. p. 431-467.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.) **Antropologia das sociedades contemporânea:** métodos. São Paulo: Unesp, 2010.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do Meio Ambiente:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária:** Prainha do Canto Verde a “canoa” que não quebrou e a “fonte” que não secou? Dissertação (Mestrado em Psicologia de Comunidade e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[www.ivt-rj.net/ivt/bibli/TeresaMendonca.pdf](http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/TeresaMendonca.pdf)> Acesso em: 17 de Out. de 2011. 22:16

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Orla**. Disponível em: <[www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura](http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura)> Acesso em: 12 de Out. de 2011 às 17:05.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional de turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília: MT, 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 05 de jun. de 2011.

MOLINA, Sergio E.; RODRIGUES, Sergio A. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

MURICY, Ivana T. **O Éden terrestre**: o consumo da cidade como mito. Revista Bahia Análise & Dados. Salvador, Bahia. SEI. v.11 n. 2 p. 108-193. Setembro, 2001. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110)> Acesso em: 20 de jun. de 09. 13:57

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. (Orgs). **Desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-30.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e Espaço**: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

POTER, Roy. Os Ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos tempos livres**: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 1995. p. 21-58.

RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada. In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos tempos livres**: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 1995. p. 93-135

REJOWSKI, Mirian; YASOSHIMA, Beatriz Veronezes Stigliano; SILVEIRA, Adalgiso Silva. Desenvolvimento do turismo. In: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002, p. 43-73

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flávia Lessa. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heliosa T. (Orgs.) **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997. p. 2742

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hicitec, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p.55-62

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e a atividade turísticas. In: In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997 p.42-54

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; WIDMER, Gloria Maria. Planejamento turístico. In: ANSARAH, Marília Gomes Reis. **Turismo. Como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. p.65-86

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões políticas, teórica e ontológica. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: teorias, debates, aplicabilidades**. São Paulo: Textos Didáticos, 1996. p. 13-48

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do turismo: estudo de suas causas primeiras**. Rio Grande do Sul: Educs, 2005.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Apresentação. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 7-15

SILVA, Maria Gloria Lanci da. **Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. **Identificação das compatibilidades físico-ambientais e urbanísticas e definição de diretrizes para o uso e ocupação do solo no Distrito de Jacumã, município do Conde/PB**. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SIMÃO, A. G.; SILVA, C. L.; SILVA, H. P.; CASTANHEIRA, M. A. V.; JUREC, P. S.; WIENS, S. Indicadores, políticas públicas e sustentabilidade. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 36-54

SOLHA, Karina Toledo. Papel do poder público para o turismo sustentável. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. São Paulo: Manole, 2010. p. 31-44

SOUZA, Michele de. O reverso da interiorização: análise do turismo em Aquiraz/CE. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de (Org.). **Políticas de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais**. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 69-97

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos**. São Paulo: Aleph, 2000.

URRY, John. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VALENTE, Adriano Chaves. **Financiamento e execução de projetos de infra-estrutura em parceria público-privada**. Monografia (Curso Sui Juris) União Educacional do Planalto Central. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 05 de Jan. de 2012.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

YCARIM, Melgaço Barbosa. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Alpeph, 2001.

WAINBERG, Jacques. O movimento turístico: olhadelas e suspiros. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo e pós-modernidade**: (des)inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 09-19

# APÊNDICE

**LISTA DE APÊNDICE**

<b>APÊNDICE A</b> Praia de Jacumã, Paraíba .....	109
<b>APÊNDICE B</b> Barracas na praia de Jacumã, Paraíba.....	110
<b>APÊNDICE C</b> Praia do Seixas, Paraíba .....	111
<b>APÊNDICE D</b> Concentração dos ônibus das excursões populares, praia do Seixas/PB.....	112
<b>APÊNDICE E</b> Concentração dos excursionistas populares praia do Seixas/PB. ....	113
<b>APÊNDICE F</b> Instalação de barracas na estreita faixa da praia do Seixas/PB.....	114
<b>APÊNDICE G</b> Roteiro das entrevistas com os excursionistas populares na praia do Seixas/PB .....	115
<b>APÊNDICE H</b> Questionário a ser aplicado com os turistas excursionistas na Costa do Conde/PB .....	116
<b>APÊNDICE I</b> Roteiro da entrevista com Gestor Público Municipal .....	118
<b>APÊNDICE J</b> Roteiro das entrevistas com comerciantes locais, empreendedores turísticos, população local e veranistas da praia de Jacumã/PB .....	119
<b>APÊNDICE K</b> Termo de consentimento livre e esclarecido .....	120
<b>APÊNDICE L</b> Página do artigo publicado na revista eletrônica PontoUrbe.net .....	121

## APÊNDICE A

**Figura 1:** Praia de Jacumã, Paraíba.



**Fonte:** Machado, 2011

**Figura 2:** Praia de Jacumã, Paraíba.



**Fonte:** Machado, 2011

## APÊNDICE B

**Figura 1:** Barraca na praia de Jacumã, fechada em pleno domingo de verão. Detalhe para os sacos de areia usados como barreira para o avanço do mar.



Fonte: Machado, 2011

**Figura 2:** Mesas e cadeiras das barracas na praia de Jacumã, vazias em pleno domingo de verão.



Fonte: Machado, 2011

## APÊNDICE C

**Figura 1:** Praia do Seixas/PB

**Fonte:** Machado, 2011

**Figura 2:** Praia do Seixas/PB

**Fonte:** Machado, 2011



## APÊNDICE D

**Figura 1:** Concentração dos ônibus de excursões na praia do Seixas/PB.



**Fonte:** Machado, 2011

**Figura 2:** Concentração de excursionistas no retorno das excursões na praia do Seixas/PB.



**Fonte:** Machado, 2011

## APÊNDICE E

**Figura 1:** Concentração de excursionistas na praia do Seixas/PB



Fonte: Machado, 2011

**Figura 2:** Concentração de excursionistas praia do Seixas/PB. Detalhe para as tendas que são armadas para abrigar os excursionistas.



Fonte: Machado, 2011

## APÊNDICE F

**Figura 1:** Instalação de barracas, mesas e cadeiras dispostas na estreita faixa da praia do Seixas/PB.



Fonte: Machado, 2011

**Figura 2:** Improvisação de instalação de barraca na praia do Seixas/PB.



Fonte: Machado, 2011 (Pesquisa Direta).

**APÊNDICE G**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS EXCURSIONISTAS POPULARES  
PRAIA DO SEIXAS/PB**

**1. Perfil Socioeconômico**

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: ( ) 20-30 ( ) 31-40 ( ) 41-50 ( ) +51

Renda: ( ) 1-3 salários ( ) 4-7 salários ( ) 8-10 salários ( ) +10 salários

Escolaridade: ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Pós-graduação

Ocupação: \_\_\_\_\_

Origem (Cidade/UF): \_\_\_\_\_

**2.** É a primeira vez que você visita a praia do Seixas?

**3.** Como você ficou sabendo da existência da praia?

**4.** Costuma vir a praia através do excursionismo?

**5.** Que tipo de comunicação é realizada para você ter o conhecimento e participar da excursão à praia?

**6.** Qual a relação que você tem com as outras pessoas participantes da excursão?

**7.** Que tipo de alimentação e bebida você trouxe para passar o dia na praia e como se dá a partilha desses alimentos?

**8.** Fale sobre o que você mais gosta na viagem de excursão à praia.

**9.** Comente o que representa para você um dia de lazer na praia.

**10.** Fale qual o custo que você teve com a viagem, e se esse custo compensa o dia de lazer na praia.

## APÊNDICE H

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO

**QUESTIONÁRIO FORMULADO PARA APLICAR COM OS TURISTAS  
EXCURSIONISTAS - COSTA DO CONDE/PB**

Prezado(a) Participante,

Sou estudante do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba, e estou realizando uma pesquisa sobre Políticas Públicas de Turismo no Município do Conde/PB. Sua participação nesse estudo é voluntária, consiste em responder um simples questionário e mesmo você não recebendo benefícios diretos pela participação, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente,  
Adjane de Araújo Machado

**Instruções:** As perguntas são objetivas, você deve responder marcando um X na opção desejada e você pode marcar mais de uma opção para cada questão, exceto a primeira pergunta referente ao perfil socioeconômico.

### QUESTIONÁRIO

#### 1. Perfil Socioeconômico

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: ( ) 20-30 ( ) 31-40 ( ) 41-50 ( ) +51

Renda: ( ) 1-3 salários ( ) 4-7 ( ) 8-10 ( ) +10

Escolaridade: ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Pós-graduação

Profissão: \_\_\_\_\_

Origem(Cidade/UF): \_\_\_\_\_

#### 2. É a primeira vez que você visita as praias da Costa do Conde/Litoral Sul, Paraíba?

( ) Sim ( ) Não

#### 3. Como você ficou sabendo da existência das referidas praias?

( ) Publicidade na Internet, Tv, revistas, etc. ( ) Agência de Viagem

( ) Indicação do Hotel ( ) Indicação de Amigos ou familiares

( ) Outros \_\_\_\_\_

**4. É a primeira vez que você faz um passeio de excursão turística?**

Sim  Não

**5. Você participou do passeio na companhia de:**

Família  Amigos  Colegas de viagem  Desconhecidos

**6. Quais os espaços que mais lhe atraiu ou chamou atenção na região?**

Os praias  A hospitalidade da população  Os bares e restaurantes

Os hotéis e pousadas  O artesanato  A culinária

Outros \_\_\_\_\_

**7. O que você mais gostou na viagem de excursão turística?**

A oportunidade de conhecer vários atrativos turísticos num só dia  O baixo custo do passeio  A oportunidade de realizar uma passeio coletivo  A oportunidade de conhecer outras pessoas integrantes da excursão.

**8. Você achou a infra-estrutura básica da região adequada para receber visitantes (Pavimentação, Sinalização, etc.)?**

Sim  Não

**9. Você achou a infra-estrutura turística da região adequada para receber visitantes (Meios de hospedagem, equipamentos de alimentos e bebidas, de entretenimento, etc.)?**

Sim  Não

**10. Você voltaria a Costa do Conde para se hospedar na região?**

Sim  Não

**11. Quais os tipos de equipamentos de Alimento e Bebidas você utilizou na região?**

Barracas da praia  Restaurantes  Lanchonetes  Mini-mercados

Vendedores Ambulantes

**12. Qual a média de custo que você teve com a viagem de excursão?**

50 -100  100-150  150- 200  200 -250  +300 reais

**13. Esse custo compensou o dia de lazer nas praias da Costa do Conde?**

Sim  Não

**Consinto em participar deste estudo**

Sim  Não

**APÊNDICE I****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO****ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL**

1. Comente um pouco sobre sua trajetória como secretário de turismo do Conde
2. Com relação ao planejamento público para o desenvolvimento turístico, quais as prioridades que tem sido trabalhada?
3. O planejamento municipal segue a Política Nacional de Turismo?
4. Qual a importância da gestão pública no desenvolvimento da atividade turística na região?
5. Quais os principais problemas existentes para esse planejamento?
6. Quais os atrativos do município do Conde podem ser destacados como potencial turístico?
7. Que tipo de turismo se pretende incentivar na região e para que segmento?
8. Como se efetiva a parceria público/privada na promoção do turismo local?
9. Quais os principais parceiros e quais as vantagens dessa parceria?
10. Qual o objetivo da política de turismo que cobrar taxas para o acesso das excursões às praias da região?
11. Quais as principais ações que motivaram tal medida?
11. Qual a foi a repercussão da implantação da referida Lei no município?
12. Comente sobre o carnaval 2010/2011 sem a presença das excursões populares.

**APÊNDICE J**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO

**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM COMERCIANTES LOCAIS,  
EMPREENDEDORES TURÍSTICOS, POPULAÇÃO LOCAL E VERANISTAS DA  
PRAIA DE JACUMÃ**

**1. Perfil Socioeconômico**

Residente ( ) Veranista ( ) Origem (Cidade/UF): \_\_\_\_\_

Comerciante ( ) Categoria: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo na região: \_\_\_\_\_

2. Você acha favorável o desenvolvimento do turismo no município do Conde?
3. Que tipo de benefício você acredita que o turismo pode trazer para a região?
4. Comente sobre a política de turismo que cobra taxas para entrada de excursões nas praias?
5. Como se efetivou a decisão da prefeitura para implantação da lei que cobra taxa de turismo no município?
6. Que tipo de mudança – positiva e/ou negativa – você destaca depois da implantação da política de turismo na região?
7. Em sua opinião, que medida deveria ser implantada no sentido de disciplinar a atividade excursionista?
8. Qual a sua opinião sobre o “excursionista farofeiro” e o “turista excursionista”?
9. Comente se as condições de infra-estrutura básica e turística da região são adequadas para receber visitantes?
10. Comente sobre o Carnaval 2010/2011 sem a presença das excursões populares.



**APÊNDICE K****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Participante,

Sou Adjane de Araújo Machado, estudante do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba, e estou realizando um estudo, sob supervisão da professora Maristela Oliveira de Andrade, cujo objetivo é realizar uma pesquisa sobre Políticas de Turismo para o excursionismo no Município do Conde/PB.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A participação nesse estudo é voluntária e se você quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, serão omitidas informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não recebendo benefícios diretos pela sua participação, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras no telefone 3216-7472, ou pela entidade responsável - Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB.

Atenciosamente

Adjane de Araújo Machado

**Consinto em participar deste estudo**

---

Assinatura do Participante

## APÊNDICE L

→  [www.pontourbe.net/edicao9-artigos/198-excursoes-populares-e-turisticas-um-enfoque-sobre-quase-grupos-e-praticas-de-lazer-na-praia](http://www.pontourbe.net/edicao9-artigos/198-excursoes-populares-e-turisticas-um-enfoque-sobre-quase-grupos-e-praticas-de-lazer-na-praia)



ISSN 1801-2114  
revista do núcleo de antropologia urbana da USP

# PONTO URBE : ARTIGOS

Edição Atual   Edições Anteriores

Excursões populares e turísticas: um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia

Mapa da Edição 9

 PARTILHAR

### Excursões populares e turísticas: um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia

Maristela Oliveira de Andrade - Professora da UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
[andrademaristela@hotmail.com](mailto:andrademaristela@hotmail.com)

Adjane Araújo - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Prodema/UFPB.  
[adjanearaujo@gmail.com](mailto:adjanearaujo@gmail.com)

### RESUMO voltar ao topo

Este ensaio propõe um estudo sobre o sentido simbólico do lazer na prática do excursionismo, a partir de uma análise sobre a praia como cenário de lazer e sociabilidades. Excursionismo é aqui definido como sendo os passeios e/ou viagens temporárias organizadas de forma coletiva, permitindo a formação de quase grupos que exercem uma sociabilidade ocasional. Nessa perspectiva, traçamos a caracterização de dois segmentos de excursionistas, os populares conhecidos como "farofeiros" e os turistas, que se diferenciam nas suas formas de vivenciar a praia e pelos seus distintos padrões de consumo. Com base nesta distinção, buscou-se analisar a implementação de políticas públicas de turismo que atuam na exclusão das classes populares, através de medidas de restrição que disciplinam o acesso dos excursionistas aos espaços da praia.




# ANEXO

**LISTA DE ANEXO**

<b>ANEXO A</b> Folder que traz o destaque das palavras do prefeito do município do Conde, afirmando o turismo como presuposto para o desenvolvimento socioeconômico e chamando atenção para as belezas naturais do região. ....	124
<b>ANEXO B</b> Folder com destaque para a presença de turistas e investidores estrangeiros no Município do Conde, Paraíba .....	125
<b>ANEXO C</b> Folder utilizado na divulgação das costa do Conde em feiras e eventos nacionais e internacionais de turismo. ....	126
<b>ANEXO D</b> Folder que traz o destaque dos principais projetos a serem realizados pela prefeitura do Conde, no sentido de atrair investidores para o município.....	127

## ANEXO A

**Figura:** Folder que traz o destaque das palavras do prefeito do município do Conde, afirmando o turismo como presuposto para o desenvolvimento socioeconômico e chamando atenção para as belezas naturais do região.

Aluízio Régis - Prefeito de Conde

# Conde, Turismo como vocação

**O prefeito do município de Conde Aluízio Régis**



O turismo tem sido um dos fatores preponderantes do nosso governo, principalmente na geração de empregos e promoção do crescimento sócio-econômico.

A implantação de novos empreendimentos turísticos tem colocado o município de Conde numa posição privilegiada no contexto do turismo local, nacional e internacional.

Contando com um considerável número de hotéis, o segundo em todo o Estado, o Conde lidera na conquista de novos parceiros. Contamos, hoje, com mais de uma dezena de diferentes nacionalidades que decidiram investir em nosso litoral, a exemplo das duas pousadas de proprietários suecos que já atuam no mercado estrangeiro captando grupos oriundos dos países escandinavos. Assim sendo, resolvemos implementar ainda mais esse

fluxo, com a participação do Conde na Feira de Goteborg, o maior mercado turístico de toda Escandinávia.

O turismo, portanto, integra a concepção de desenvolvimento que o nosso governo defende, visto que há um incontestável potencial turístico que o município dispõe através dos seus trinta quilômetros de litoral.

Nas páginas seguintes, o leitor terá a oportunidade de constatar nossas belezas naturais, descobrindo uma terra emocionante, inigualável, principalmente quando descobrir Tambaba, seus segredos e modo diferente de vida, em permanente contato como a natureza.

Hoje, o município vive um momento de grande entusiasmo com a retomada do crescimento e do turismo, nossa bandeira maior para consolidar o Conde como o maior destino turístico da Paraíba.



foto: Gustavo Moura

**Fonte:** Revista de Turismo: informando o trade turístico paraibano, 2005.

## ANEXO B

**Figura:** Folder com destaque para a presença de turistas e investidores estrangeiros no Município do Conde, Paraíba.

**LITORAL SUL - South Coast**

**INVASÃO ESTRANGEIRA  
MUITO BEM RECEBIDA**  
*Welcoming the foreign invasion*

**N**ão chega a ser uma Torre de Babel, mas é impressionante como se falam línguas estrangeiras no Litoral do Sul da Paraíba. O fenômeno se deve não apenas ao fluxo natural de visitantes estrangeiros, mas, sobretudo, ao grande número de empresários do setor turístico que vieram do exterior e aqui montaram, com sucesso, os seus negócios. São inúmeros hotéis, pousadas, bares e restaurantes que têm origem em investimentos vindos de fora do país e que adquiriram cor local para conferir tempero brasileiro aos seus serviços. É uma invasão estrangeira muito bem recebida pela Paraíba, pois aumenta a oferta do produto turístico no Estado, preservando valores do nosso patrimônio cultural. Selecionamos a seguir depoimentos de alguns dos investidores estrangeiros que hoje falam a língua do sucesso no Litoral Sul da Paraíba:

*It cannot be called the Tower of Babel, but it is impressive how many languages are spoken in the south coast of Paraíba. This phenomenon is not only because of the large number of foreign visitors, but, especially, due to the variety of companies from the tourism sector that came from abroad and have installed their trades successfully. There are innumerable hotels, inns, bars and restaurants which were originated by international investments, acquiring the local details to temperate their services with the brazilian taste. The state of Paraíba welcomes this foreign invasion because it increases the offer of tourism, preserving our cultural heritage values. As follows, we picked up some testimonies from foreign investors that, nowadays, speak the language of success on the south coast of Paraíba.*

**Fonte:** Prefeitura Municipal do Conde/PB.

## ANEXO C

**Figura:** Folder utilizado na divulgação das costa do Conde em feiras e eventos nacionais e internacionais.



**Fonte:** Prefeitura Municipal do Conde/PB.

## ANEXO D

**Figura:** Folder que traz o destaque dos principais projetos a serem realizados pela prefeitura do Conde, no sentido de atrair investidores para o município.

**1) Principais projetos em andamento / Main current projects**

Urbanização da orla marítima de Jacumã, Coqueirinho, Carapibus e Tabatinga  
*Seaside infra structure improvements of Jacumã, Coqueirinho, Carapibus and Tabatinga beaches*

Urbanização da área quilombola do Gurugi  
*Improvements of the quilombola do Gurugi district*

Instalação da fábrica de doces caseiros Dona Antônia  
*Settlement of Dona Antônia homemade sweets factory*

Implantação do Complexo Turístico de Gramame, com instalação de campo de golfe e centro de convenções  
*Establishment of a Tourist Complex, that includes golf course and a convention center in Gramame*

Construção do Portal Turístico de Jacumã  
*Construction of a Touristic Monumental Gate in Jacumã*

Construção do Centro de Informações Turísticas de Jacumã  
*Construction of a Tourist Information Center in Jacumã*

Instalação do binário rodoviário do litoral Sul, Rodovias PB 018 e PB 008  
*Construction of a double road system between PB 018 and PB 008 roads*

**2) Promoção turística / Tourist promotion**

Feira Internacional de Turismo, em Gotemburgo na Suécia  
*International Tourism Fair - Gotemburg / Sweden*

BNTM em Fortaleza  
*BNTM in Fortaleza (Brazil National Tourism Mart)*

Bolsa de Turismo em São Paulo  
*Tourism Congress - São Paulo*

Seminário PRODETUR II  
*PRODETUR II Seminar - João Pessoa - PB*

ABAV- Feira das Américas – Rio de Janeiro.  
*Brazilian Travel Agencies Association- America's fair Ri*

9º Seminário Internacional de Investimentos em Hotéis  
 Paulo  
*Ninth International Hotels and Resorts Investment Semir*

Encontro com empresários do setor turístico / Skall Clu  
 Tourist sector entrepreneurs meeting/ Skall Club- São Po

**3) Promoções de Eventos / Events**

I Fórum de Oportunidades e Investimentos  
 I Investment's and Opportunitie's Forum

Maremoto  
 I Maremoto (Motorcycling Meeting)

Congresso Internacional de Naturismo  
 Naturism International Congress

Encontro Paraibano de Presidentes de Câmaras Municipais  
 National Meeting of Presidents of City Councils - Paraíba

**4) Captação de investimentos hoteleiros / Tourist sector investment**

Construção do Mussolo Beach Resort  
 Construction of Mussolo Beach Resort

Construção do Hotel Aruanã  
 Construction of Aruanã Hotel

Construção de mais cinco pousadas de porte médio  
 Five new guest houses

**Fonte:** Prefeitura Municipal do Conde/PB.